

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Campus de Rio Claro

**O CANTO DA ARAPONGA: POSSIBILIDADES DE UM  
TURISMO NO ESPAÇO RURAL DA MICRORREGIÃO DE  
VIÇOSA – MG.**

Leomar Tiradentes

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Müller

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao  
Programa de Pós-Graduação em Geografia –  
Área de Concentração em Organização do Espaço  
para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Rio Claro (SP)

2004

G330.98 Tiradentes, Leomar.  
T596c O canto da Araponga : possibilidades de um turismo no  
espaço rural da microrregião de Viçosa – MG / Leomar  
Tiradentes. -- Rio Claro : [s.n.], 2004  
160 f. : il., tabs., figs., fots., mapas

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista,  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Orientador: Geraldo Müller

1. Geografia econômica. 2. Turismo no espaço rural. 3.  
Propriedades rurais. 4. Ecoturismo. 5. Turismo rural. I. Título

Ficha catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP  
Campus de Rio Claro/SP

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Geraldo Müller (orientador)  
UNESP – Rio Claro

Prof. Dr. Herbe Xavier  
PUC - Minas

Prof. Dr. Sílvio Carlos Bray  
UNESP – Rio Claro

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Ariza da Cruz  
USP

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Iandara Alves Mendes  
UNESP – Rio Claro

LEOMAR TIRADENTES

Rio Claro, 14 de dezembro de 2004.

Resultado: APROVADO.

## DEDICATÓRIA

À Adriane Pinheiro,  
pela maravilhosa mistura de ter sido  
forte e paciente ao mesmo tempo.

À pequena Maria Eduarda,  
pelas ausências...

Aos meus pais, pela educação, apoio e carinho  
durante estes anos de minha vida.

À Letícia, Matheus e Bárbara.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela oportunidade que me concedeu em fazer o curso de mestrado.

Ao Prof. Dr. Geraldo Müller pela sua compreensão.

Aos professores Rodolfo e Silvana e também a Mariana, que muito me auxiliaram durante a realização das disciplinas concentradas e em toda a Pós, dividindo comigo as minhas angústias e frustrações.

Ao amigo Dante Reis que em várias ocasiões assumiu o papel de co-orientador.

Aos amigos de Viçosa pelo apoio.

Aos funcionários da Fundação João Pinheiro, do IGA, da EMATER; da Secretaria de Turismo e da Secretaria de Agricultura dos Municípios de Viçosa e Araponga e do Centro de Informações Ambientais de Araponga que contribuíram com as informações e dados.

Aos proprietários rurais que abriam as portas de suas propriedades para a realização desta pesquisa.

Aos novos amigos de Rio Claro – SP, que não foram poucos e que muito colaboraram para a realização da pesquisa.

Aos amigos de república em Rio Claro que dividiram comigo meus anseios e conquistas.

Aos amigos de Porto Ferreira, Pinhalzinho, Campinas, Brotas, Araras, Piracicaba, São Carlos, Mineiros do Tietê e Espírito Santo do Pinhal.

Aos amigos da Pós-Geografia em especial: Rosane, Amanda, Luciene, Ivo, Valéria, Adriano, Adriana Bieiras, Vera Lúcia, Zilda, Daniela, Jucilene Galvão, Diego, Francisco, Taís, Roucheli, Andrei e tantos outros.

Aos funcionários da Pós-Geografia da UNESP-RC, Maíca, Arnaldo, Dê, Rosana, e do DEPLAN, Bete e Sueli que sempre me acudiam nos momentos de necessidades.

As funcionárias da Biblioteca da UNESP-RC, representadas pela Meire, Mônica e Moema.

As funcionárias da Secretaria da Pós-Graduação: Eliane, Cristina, Marie, Sandra e Valéria, pela atenção e prontidão que auxiliaram no bom andamento desta pesquisa.

Aos araponguenses que participaram da pesquisa.

A cidade de Rio Claro pela acolhida.

A todos, o meu muito obrigado.

## **BIOGRAFIA**

LEOMAR TIRADENTES, filho de Dorival José Tiradentes e Maria Terezinha Tiradentes, nasceu no dia 22 de outubro de 1967, em Goiânia, Goiás.

Cursou o ensino fundamental na Escola Estadual Professora Olga Mansur e o ensino médio no Colégio Lyceu de Goiânia em sua terra natal.

Em 1992, obteve o título de bacharel e licenciado em Geografia, pela Universidade Federal de Goiás, em Goiânia.

Em 1996, obteve o título de especialista em educação pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

Em 1999, obteve o título de bacharel em Educação Física também pela Universidade Federal de Viçosa.

Em 2000, obteve o título de especialista em treinamento de alto nível pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica - RJ.

Em 2002, iniciou o curso de mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Campus de Rio Claro, na área de organização do espaço, concluído em dezembro de 2004, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

## SUMÁRIO

Índice.....	vii
Índice de Figuras, Gráfico e Mapas.....	x
Índice de Fotos.....	xi
Índice de Tabelas.....	xii
Resumo.....	xiii
Abstract.....	xiv
I – Introdução.....	01
II – Referencial Teórico.....	11
III – Caracterização da Região.....	42
IV – O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.....	73
V – As Propriedades Rurais do Estudo de Caso.....	87
VI – Resultados e Discussão.....	118
VII – Considerações Finais.....	142
VIII – Referências Bibliográficas.....	149
Anexo.....	160

## ÍNDICE

Índice de Figuras, Gráfico e Mapas.....	x
Índice de Fotos.....	xi
Índice de Tabelas.....	xii
Resumo.....	xiii
Abstract.....	xiv
1. - Introdução.....	01
1.1. – Identificação e relevância do problema.....	03
1.2. – Objetivos.....	04
1.3. - Objeto de estudo.....	05
1.4. – Hipóteses centrais.....	07
1.5. – Método de investigação.....	07
2. – Referencial Teórico.....	11
2.1. – Os antecedentes históricos do turismo no espaço rural.....	11
2.2. – Os conceitos do turismo no espaço rural.....	14
2.3. – O turismo no espaço rural.....	18
2.4. – As tipologias do turismo no espaço rural.....	20
2.4.1. – O turismo rural.....	21
2.4.2. – O ecoturismo.....	25
2.4.3. – O agroturismo.....	29
2.5. – Turismo, lazer e recreação.....	31
2.6. – Turismo e meio ambiente.....	34
2.7. – Os atrativos turísticos e o produto turístico.....	38
3. – Caracterização da Região.....	42
3.1. – A Zona da Mata Mineira.....	42
3.2. – A Microrregião de Viçosa.....	47

3.3. – O município de Araponga.....	50
3.3.1. – Localização geográfica .....	50
3.3.2. – Histórico.....	53
3.3.3. – Clima.....	53
3.3.4. – Geologia e Relevo.....	54
3.3.5. – Solos.....	56
3.3.6. – Vegetação.....	57
3.3.7. – Hidrografia.....	58
3.3.8. – Demografia.....	60
3.3.9. – Educação.....	62
3.3.10. – Agropecuária e estrutura fundiária.....	64
3.3.11. – Estrutura urbana.....	67
3.3.12. – Recursos naturais.....	71
4. – O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.....	73
4.1. – Localização.....	73
4.2. – O quadro natural.....	75
4.3. – A ocupação do PESB.....	77
4.4. – A estrutura fundiária e o sistema produtivo.....	78
4.5. – As parcerias e o zoneamento da área.....	81
5. – As propriedades rurais do estudo.....	87
5.1. – O turismo no espaço rural de Araponga .....	87
5.2. – Camping Remanso.....	89
5.3. – Camping Vale da Lua.....	97
5.4. – Pousada Serra D’água.....	105
5.5. – Fazenda Serra do Brigadeiro.....	113
6. - Resultados e discussão.....	118
6.1. – Origem do turismo no espaço rural de Araponga.....	118
6.2. – A importância do turismo nas propriedades rurais.....	120

6.3. – Ameaças e oportunidades do TER nas propriedades rurais.....	122
6.4. – Os atrativos turísticos.....	123
6.5. – Estratégias e investimentos para desenvolver o TER na região de Araponga.....	125
6.6. – Os diferentes atores envolvidos.....	126
6.7. – As muitas modalidades de atividade turísticas.....	132
6.8. – As relações entre as propriedades envolvidas.....	135
6.9. – Os padrões de desenvolvimento local das propriedades envolvidas com o turismo.....	137
6.10. – A relação de dependência com a paisagem natural.....	139
7. – Considerações Finais.....	142
8. – Referências Bibliográficas.....	149
9. – ANEXO.....	160

## ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICO E MAPAS

### FIGURAS

Figura 1 - Modalidades das atividades de turismo no espaço rural (TER)	16
Figura 2 - Representação gráfica do universo do TER e do TR	17
Figura 3 - Esquema representativo do turismo nas propriedades rurais pesquisadas	122

### GRÁFICO

Gráfico 1 - População total de Araponga 1991 e 2000	60
---	----

### MAPAS

Mapa 1 - Regiões de Planejamento do Estado de Minas Gerais	43
Mapa 2 - Microrregião de Viçosa – IDH Municipal 2000	49
Mapa 3 - Município de Araponga	51
Mapa 4 - Localização do Município de Araponga	52
Mapa 5 - Microbacias do Município de Araponga	59
Mapa 6 - Mapa urbano de Araponga	68
Mapa 7 - Localização do PESB em Minas e na Zona da Mata Mineira	73
Mapa 8 - Áreas de zoneamento do PESB, Pontos turísticos e limites das APAs	74
Mapa 9 - Municípios Formadores do PESB	78
Mapa 10 - Localização das propriedades rurais	88

**ÍNDICE DE FOTOS**

Foto 1 - Região Serrana do Estouros	55
Foto 2 - Pico do Boné em Araponga	56
Foto 3 - Expansão urbana em Araponga	69
Foto 4 - Sede da Brigada de Incêndios e Centro de Informações Ambientais	71
Foto 5 - Neblina em área serrana da localidade de Estouros	76
Foto 6 - Remanso no Córrego do Boné	89
Foto 7 - Coletor de lixo no Camping Remanso	90
Foto 8 - Cachoeira do Córrego do Boné	92
Foto 9 - Sede da fazenda do Camping Remanso	94
Foto 10 - Venda rural	94
Foto 11 - Secagem do café	95
Foto 12 - Estrada de acesso ao Camping Vale da Lua	97
Foto 13 - Sede do Camping Vale da Lua e Restaurante	99
Foto 14 - Banheiro no Camping Vale da Lua	100
Foto 15 - Vegetação típica da mata atlântica	101
Foto 16 - Cachoeira no Camping Vale da Lua	102
Foto 17 - Sede da Pousada Serra D'água	106
Foto 18 - Bar e restaurante na pousada	108
Foto 19 - Queda d'água próxima à sede da pousada	109
Foto 20 - Pequeno lago com praia artificial	110
Foto 21 - Loteamento de Chácaras próximo da sede da pousada	111
Foto 22 - Sede da Fazenda do Brigadeiro	114
Foto 23 - Sede da Fazenda do Brigadeiro	115
Foto 24 - Topografia e vegetação ao lado da sede da Fazenda do Brigadeiro	116
Foto 25 - Topografia e vegetação ao lado da sede da Fazenda do Brigadeiro	117

**ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 1 - Localização das propriedades turísticas	09
Tabela 2 - Classificação dos atrativos turísticos segundo Barreto	39
Tabela 3 - Municípios da Microrregião de Viçosa	47
Tabela 4 - Indicadores básicos Microrregião de Viçosa 1985 e 1997	50
Tabela 5 - População por situação de domicílio	60
Tabela 6 - Estrutura etária	61
Tabela 7 - Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade	61
Tabela 8 - IDH de Araponga	62
Tabela 9 - Nível educacional da população jovem	63
Tabela 10 - Nível educacional da população adulta	64
Tabela 11 - Produção agropecuária de Araponga	65
Tabela 12 - Estrutura fundiária	66
Tabela 13 - Porcentagem da área do PESB nos municípios que o compõe	75
Tabela 14 - Estrutura fundiária no entorno do PESB	79
Tabela 15 - Zona de uso intensivo de algumas localidades turísticas	83
Tabela 16 - Uso e potencialidades do PESB	85

**RESUMO****O CANTO DA ARAPONGA: POSSIBILIDADES DE UM  
TURISMO NO ESPAÇO RURAL DA MICRORREGIÃO DE  
VIÇOSA – MG.**

Autor: Leomar Tiradentes

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Müller

Na presente pesquisa analisamos as atividades turísticas em quatro propriedades rurais do Município de Araponga na Microrregião da Zona da Mata de Viçosa – MG, identificando suas diferentes realidades, seu processo de construção, desenvolvimento e compreensão quanto ao modo como elas interagem no espaço local. De caráter exploratório e de natureza qualitativa, utilizamos o estudo de caso como metodologia, tendo como instrumentos a observação e as entrevistas semi-estruturadas. O objetivo principal desta pesquisa foi analisar o turismo no espaço rural como fator de desenvolvimento das propriedades que já realizam algum tipo de oferta turística. Os resultados indicaram que as atividades turísticas estão inseridas na realidade das propriedades rurais, coexistindo com as práticas agropecuárias cotidianas, e com suas diferentes terminologias para as várias realidades turísticas no campo tais como pousada rural, camping, entre outras, que não abordam necessariamente a mesma modalidade de atividades. De maneira geral, o turismo no espaço rural encontra nas propriedades rurais pesquisadas, um local adequado para o seu pleno aproveitamento, desde que realizado de maneira planejada e responsável.

Palavras-chave: Geografia e turismo, turismo no espaço rural, geografia regional.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Dissertação de mestrado

## **A B S T R A C T**

At the present research we analyse tourist activities in four rural properties of Araponga town at Zona da Mata Micro region of Viçosa in the state of Minas Gerais, it identifying your different realities, your construction process, development and understanding like they interact in the local space. Of exploring character and qualitative nature, we use the studying of case like methodology, it having like tools observation and interviews semi-structured. The main objective of this research was analyse tourism in rural space like development factor of properties have already made some kind of tourist offer. The results indicated that tourist activities are inserted in the reality of rural properties, it existing together with daily farming and cattle raising practices, it there being different terminologies to several tourist realities at the country like rural inn, camping, and others, it doesn't necessarily approaching the same kind of activities. In general, the tourism in rural space finds in researched rural properties an appropriate local to its full utilization since it put into practice in some planned and answerable way.

**Keywords:** geography and tourism; tourism in rural space; regional geography.

## 1. INTRODUÇÃO

Nas sociedades contemporâneas observa-se uma enorme necessidade no ser humano em se deslocar pelo espaço, seja ele local ou global. Esta tendência de deslocamento se consolidou e assumiu uma nova roupagem, sendo hoje denominada de turismo, um fenômeno que vem transformando diferentes espaços, possibilitando serviços altamente rentáveis para a economia contemporânea à medida que a própria sociedade se urbaniza.

Este desenvolvimento urbano, fruto do próprio avanço da sociedade, paradoxalmente resultou numa crise social e estrutural das cidades, provocada principalmente com o inchaço das metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas e outras, causando a intensa deteriorização do seu entorno, que se espelha na ocupação desordenada do espaço, na destruição ambiental, na pressão constante sobre os serviços urbanos básicos e, sobretudo, na violência endêmica e incontrolável que fez com que seus moradores procurassem sair do caos urbano em busca ao resgate de uma vida menos estressante e um maior contato junto à natureza ou ainda a uma atividade turística prazerosa que os revitalizasse novamente.

Neste sentido, o turismo pode ser considerado um fenômeno resultante de viagens e estadas temporárias de pessoas que viajam por lazer ou propósitos recreativos. Vale salientar porém, que o turismo é muito mais que um deslocamento temporário de pessoas em busca de lazer ou descanso; é uma prática sócioespacial complexa e multifacetada.

Ao valorizar o meio natural, o turismo o torna um elemento de valor econômico, que passa a servir às necessidades humanas. Deste modo, os recursos naturais são incorporados de vez ao mercado de consumo, tornando-se um fenômeno da sociedade humana, que experimenta na atualidade uma crescente demanda.

No percurso desta valorização, o turismo assume variadas formas ou facetas tais como, por exemplo, o turismo rural, que apenas recentemente assumiu características de atividade produtiva, devido principalmente à importância que o elemento natural adquiriu nas últimas décadas e também devido às transformações conquistadas pelo mundo rural.

Quando se fala em turismo, pensamos na maioria das vezes, em um turismo de espaços naturais ou culturais, um retorno à vida bucólica. Desta maneira, ao enveredar-se no turismo rural o turista busca serviços para recreação ou lazer em espaço aberto, junto à natureza. Porém, o turismo rural se diferencia do turismo de espaços naturais, pois a paisagem rural é construída pela sociedade na qual está inserida.

Dale (2001), reforça a complexidade do turismo, situando-o como resultado do somatório de recursos naturais, culturais, sociais e econômicos, e que tem campo de estudo super abrangente, complexo e pluricausal. Dentro desta complexidade, podemos destacar os diversos enfoques que envolvem a temática e suas divergências conceituais e tipológicas.

Definir o turismo ainda não é uma tarefa fácil, existe uma imprecisão quanto a definição, pois a partir dos anos 80, a disseminação do aproveitamento da natureza para fins turísticos de muitas paisagens brasileiras, possibilitou uma infinidade terminológica ligada ao turismo relacionado à natureza, tais como: turismo verde, agroturismo, turismo de aventura, turismo ambiental, turismo de ação, ecoturismo, turismo de saúde, entre outros.

Baseando-se num modelo europeu, autores como Almeida e Blós (2001); Silva, Vilarinho e Dale (2000) e Rodrigues (2000) preferem empregar a expressão turismo em espaço rural para a totalidade dos movimentos turísticos em espaço rural (TER), abarcando assim, toda e qualquer forma de turismo nesse espaço.

Conceitualmente, o TER é qualquer tipo de atividade turística inserida geograficamente nos espaços rurais, sem necessariamente envolver-se com a dinâmica da propriedade rural e de seu cotidiano produtivo, podendo apresentar, em alguns casos, formatos tipicamente urbanos (ROQUE, 2001).

A EMBRATUR classifica essa modalidade de turismo como parte da diversificação do produto turístico nacional, partindo daí, a definição de turismo rural que é entendida como o deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e instalações rurícolas.

Para Ruschmann (2000) o turismo rural deve ser formado em estruturas eminentemente rurais, de pequena escala, ao ar livre, que possibilite ao visitante o contato com a natureza, sem esquecer a herança cultural das comunidades do campo e as chamadas sociedades e práticas tradicionais.

De maneira geral, o que observamos é que o turismo se apresenta de várias formas no país, porém, como afirma Elesbão (2003), a atividade turística não deve ser apresentada como uma panacéia para a área do campo, mas sim, uma opção de renda e emprego principalmente às regiões que apresentam algum tipo de estagnação.

Assim, o turismo e suas variações representam um fenômeno econômico, político, social e cultural de grande expressão no mundo atual, visto por alguns como uma alternativa adicional de geração de ocupações e de rendas não-agrícolas em áreas rurais decadentes ou estagnadas, tendo por característica marcante o fato de ser um turismo local, de território restrito.

### **1.1. Identificação e relevância do problema**

O turismo é, incontestavelmente, um fenômeno dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais e representa hoje, uma das mais importantes formas de reprodução de capital e de captação de divisas.

Divulgado pela mídia, o turismo vem despertando o interesse dos proprietários rurais em atrair um público urbano cada vez mais cativo para o espaço rural, aumentando assim, as oportunidades de desenvolvimento de suas propriedades.

Aliado a esse fator, o caos urbano vem a cada ano levando um número expressivo de cidadãos a buscar no campo - entenda-se aí às propriedades rurais - um refúgio de lazer, de combate ao estresse, de descanso e também uma maior aproximação com a natureza; o que tem levado para o campo um conjunto de atividades não-agrícolas, como por exemplo, a prestação de serviços, que responde cada vez mais pela dinâmica do meio rural local.

Ao analisarmos o turismo, e em especial o TER, indagamos como este fenômeno pode propiciar uma melhoria no desenvolvimento das propriedades rurais localizadas no município de Araponga-MG, Zona da Mata de Viçosa e como se caracteriza esta atividade turística.

Neste trabalho, analisamos as atividades de turismo no espaço rural das propriedades agrícolas do Município de Araponga-MG da Zona da Mata de Viçosa,

caracterizando os tipos de atividades existentes. Para uma melhor compreensão, o mesmo foi dividido em etapas.

Na primeira etapa, encontra-se a identificação e a relevância do problema, os objetivos da pesquisa, as hipóteses e os procedimentos metodológicos em que o trabalho está pautado.

Num segundo momento são abordados os aspectos históricos e conceituais das atividades turísticas no espaço rural e suas relações com o lazer, a recreação, o meio ambiente e os atrativos turísticos, dentro de uma reflexão teórica sobre o tema, compreendendo o segundo capítulo.

Em seguida, é descrita a caracterização da região da Zona da Mata Mineira, visando a colocar o leitor em maior contato com a área a ser trabalhada, à qual também aborda o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB). Neles compreendem-se os capítulos três e quatro respectivamente.

A quarta etapa corresponde ao quinto e sexto capítulos e se caracterizam pela ordenação, sistematização, análise e discussão das informações obtidas junto às propriedades rurais de Araponga que já trabalham com o turismo, e que são o objeto de estudo desta pesquisa.

Por último, são apresentadas as conclusões obtidas.

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1. Objetivo Geral**

Analisar o turismo no espaço rural como fator de desenvolvimento rural das propriedades que já realizam algum tipo de oferta turística no município de Araponga-MG, Microrregião da Zona da Mata de Viçosa.

### 1.2.2. – Objetivos específicos

- Identificar as propriedades rurais que trabalham com o turismo no espaço rural e seus atrativos (cenário / paisagem) turísticos locais;
- Identificar os fatores que possibilitam o desenvolvimento do empreendimento turístico das propriedades inseridas no contexto do turismo rural;
- Identificar as atividades (práticas de lazer) de turismo existentes no espaço rural destas propriedades rurais.

### 1.3. Objeto de estudo

No mundo contemporâneo o turismo tem-se destacado como um fenômeno social e como uma das atividades econômicas mais importantes que vem contribuindo para a inserção das propriedades rurais. Estas são os principais locais detentores de recursos naturais, históricos e culturais que, em seu círculo exploratório, visam extrair lucro para os proprietários.

O turismo vem tirando proveito dessa demanda com o intuito de vender os espaços das pequenas comunidades tradicionais. A consequência é o surgimento de comunidades descaracterizadas de suas culturas e prejudicadas na qualidade de vida, pois elas se encontram, na maioria das vezes, despreparadas para proteger sua autenticidade.

Para se manter produtivo, o campo depende cada vez mais do governo, mas mesmo com esse auxílio, em muitos casos a produtividade permanece insuficiente para assegurar o bem-estar das populações rurais, que experimentaram ou ainda experimentam, dolorosas fases de escassez dos mais elementares recursos de subsistência. É neste sentido que novas experiências vêm sendo implementadas no meio rural, na tentativa de amenizar, pelo menos em parte, seus mais variados problemas.

A solução para este dilema seria o turismo? Consideramos que esta atividade poderá contribuir para fixar as populações no campo, melhorar sua situação econômica, sem necessidade de incrementar a produção agrária – o que pressupõe uma ação de defesa e cuidado dos valores patrimoniais.

Diante dos baixos investimentos que as propriedades rurais receberam nos últimos anos, o que resultou numa desvalorização significativa do espaço rural, o turismo surge nessas áreas como uma nova possibilidade de desenvolvimento, à medida que ele chega até as mais distantes propriedades em relação aos grandes centros. Os proprietários apostam no sucesso do empreendimento turístico, tomando como referência o exemplo de algumas propriedades pioneiras em outros estados e também na crescente divulgação que a mídia vem dando a essa atividade.

Acreditamos que os proprietários rurais, principalmente os pequenos e médios, têm buscado novas maneiras de inserção de suas áreas no contexto do turismo; porém, aquele contingente interiorano mais necessitado de ampliar suas rendas é exatamente o mais pobre. Tal circunstância costuma coincidir com bagagem cultural mais limitada, com uma menor capacidade de tomar iniciativa, com uma ausência de capitais para investir e, sobretudo, com moradias muito humildes, de difícil adaptação às demandas do turismo. Isso sem considerar que, com frequência, a auto-estima de muitas destas comunidades é demasiado baixa.

Nesse contexto, a relação básica entre o proprietário e o turismo é marcada principalmente pela possibilidade de aumentos da renda de sua propriedade, e conseqüentemente do aumento de seus lucros. Fala-se do turismo como o único fator capaz de alavancar áreas estagnadas do município, levando-as ao desenvolvimento local.

Percebemos que os proprietários rurais vêm abrindo suas estruturas produtivas para além da agricultura e pecuária, alojando e entretendo os visitantes dos meios urbanos, o que deveria resultar numa parceria com outros setores, tais como organizações agrícolas, autoridades locais, prestadores de serviços e outros.

Como no turismo tradicional, o turismo rural também gera renda, que é proveniente de impostos e de divisas para a localidade onde ocorre. Desta maneira, ele explora e capitaliza o meio natural ou rural, ainda que numa proporção inferior ao tradicional; de outra maneira, não agregaria valor econômico, a não ser aquele diretamente relacionado à produção agrícola ou à pecuária.

São os proprietários ou gestores que constituem o grupo dominante e têm um papel ativo na exploração da atividade e na criação do ambiente físico e social, pois ao visarem o entretenimento e a satisfação dos visitantes, tendem a remodelar a paisagem agrária. Já o turista é visto por alguns gestores como uma população itinerante, não-agregativa e não-associativa, pouco se envolvendo com a comunidade local. Suas

ocupações no meio receptivo são geralmente individuais e egocêntricas, sendo, portanto, percebidos pelos proprietários apenas como a fonte principal de sua renda.

Em resumo, podemos afirmar que a relação básica entre o proprietário e o turismo é dada pela possibilidade de diversificação da atividade rural, à qual, em prosperando, agregará valor às atividades primárias da propriedade.

Diante do exposto acima, estabelecemos como objeto de estudo desta pesquisa, as propriedades rurais do município de Araponga-MG que já exercem algum tipo de atividade turística.

#### **1.4. Hipóteses centrais**

O turismo está em uma contínua transformação, graças principalmente a uma parcela significativa da população que tem buscado no turismo do espaço rural um contato maior com a natureza e com a vida simples, além de procurar resgatar suas possíveis origens culturais. Esta demanda pelo turismo no espaço rural tem possibilitado uma melhoria nos padrões de desenvolvimento local das propriedades envolvidas com o turismo.

Considerando a enorme gama de possibilidades de oferta turística que o espaço rural possui, observa-se uma atenção especial que o turismo no espaço rural tem com a natureza, o seu principal atrativo. A atividade turística especialmente localizada na área de estudo possui uma relação de dependência com a paisagem natural.

#### **1.5. Modo de investigação**

Quanto à natureza do estudo, a presente pesquisa é de caráter qualitativo e apresenta uma natureza exploratória devido à escassez de dados e à necessidade de se conhecer melhor o potencial turístico das propriedades rurais da Microrregião de Viçosa, localizadas no município de Araponga-MG. A caracterização do turismo nestas

propriedades e o levantamento de seus atrativos turísticos é uma forma de descrever suas potencialidades, fornecendo subsídios para um diagnóstico de suas realidades.

Para compreender melhor o problema deste estudo, foi feita uma abordagem metodológica baseada em estudo de caso, a partir de cuja descrição tenta-se elucidar a questão do turismo no espaço rural.

Em decorrência desta opção metodológica, o levantamento de campo foi feito por meio de entrevista semi-estruturada em todas as propriedades envolvidas com o turismo no espaço rural. Procuramos identificar o que propomos nos objetivos, sendo que as entrevistas foram realizadas no período de 04 a 16 de julho e de 02 a 05 de setembro do corrente ano.

As entrevistas foram planejadas e programadas considerando o problema e os objetivos desta pesquisa, abordando temas voltados ao desenvolvimento das atividades turísticas neste meio.

Na realização da etapa de observação e da entrevista, utilizamos um bloco de notas para registro de informações de interesse da pesquisa. Fizemos também uso de registro de fotos, através de uma máquina semiprofissional.

Na etapa das entrevistas, todas foram inicialmente gravadas, utilizamos um microgravador, e posteriormente transcrevemos para um arquivo e respeitamos a fala (*ipsis verbis*) e a idéia central de cada entrevistado.

Visitamos in loco todos os proprietários das propriedades envolvidas com o turismo no espaço rural, objetivamos identificar os atrativos rurais que possibilitariam um fluxo turístico no município, perfazendo um total de cinco propriedades.

Inicialmente contactamos um morador da cidade para auxiliar na localização das propriedades, já que algumas se encontram a mais de vinte quilômetros da sede municipal, e eram desconhecidas por nós.

Realizamos as entrevistas nas próprias propriedades, onde após a apresentação e algumas conversas informais, solicitamos aos proprietários a permissão para a entrevista, onde eles responderiam algumas questões pré-elaboradas para nosso objetivo (Anexo 1).

Estivemos visitando cinco propriedades em Araponga no período de julho a setembro. Objetivando a melhor compreender o fenômeno turístico nas propriedades rurais, identificamos inicialmente as funções turísticas que possuíam estas propriedades.

Das cinco propriedades iniciais, uma ainda está em construção, portanto, não recebe turistas, por isso a descartamos, pois não atendia a nosso objeto de estudo que são as propriedades rurais às quais já exercem algum tipo de atividade turística (Tabela 1).

<b>PROPRIEDADE RURAL</b>	<b>NOME DO EMPREENDIMENTO</b>
FAZENDA DO SR. DICO SIMÃO	CAMPING REMANSO
FAZENDA SERRA DO BRIGADEIRO	FAZENDA SERRA DO BRIGADEIRO
FAZENDA SERRA D'ÁGUA	POUSADA SERRA D'ÁGUA
FAZENDA DO SR. VANDERLI	CAMPING VALE DA LUA
FAZENDA DO EDIO MIRANDA	POUSADA DAS CACHOEIRAS (Em construção)

**Tabela 1** - Localização das propriedades turísticas (Organização do autor).

Das quatro propriedades restantes, duas se caracterizam como área de camping e estão localizadas na mesma região rural, denominada de Estouros, tendo como principal atrativo o Pico e o Córrego do Boné. Nestas propriedades a atividade turística tem se mostrado acanhada, não se caracterizando como uma fonte de recursos significativos.

Localizada a apenas seis quilômetros da sede do município, a terceira propriedade se caracteriza por ser uma pousada rural e mantém-se exclusivamente da prática turística, substituindo aos poucos sua antiga produção cafeeira e tornando a mesma uma atividade de subsistência.

A quarta e última propriedade é a mais longínqua e a de pior acesso. Ela se transformou numa estação experimental conveniada da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e seu objetivo maior é estudar o ecossistema da Mata Atlântica. Assim, esta propriedade não recebe turistas em massa, apenas pesquisadores ou pequenos grupos agendados previamente.

Cada uma das propriedades por nós visitadas e pesquisadas serão melhor detalhadas no quinto capítulo.

Na escolha das propriedades levamos em consideração, o levantamento realizado anteriormente por nós, junto a órgãos públicos como o IBGE, a EMATER (Escritório Regional e Locais), Secretaria Municipal de Agricultura e Departamento de Turismo de Viçosa, e na Prefeitura Municipal de Araponga. As informações obtidas junto a esses

órgãos serviram de base para identificarmos (informalmente!), no município de Araponga quais as propriedades que exercem algum tipo de atividade turística.

Em todos os órgãos que visitamos, constatamos que não existe registro local ou regional oficial sobre as propriedades envolvidas com o turismo no espaço rural. Todas as informações obtivemos verbalmente através de contato direto com funcionários dos órgãos visitados, o que exigiu uma verificação *in loco* das informações recebidas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Os antecedentes históricos do turismo no espaço rural

O termo turismo possui origem latina e seu significado é de giro e volta, é na verdade uma prática de viagem. Hoje, tornou-se um fenômeno contemporâneo capaz de atrair desde visitantes solitários - turismo individual - até mesmo multidões de adeptos - turismo de massa - aos mais diferentes pontos do planeta, estando relacionado com a economia, com o reconhecimento de outras realidades e principalmente com o lazer e o descanso de uma grande parcela da população.

Turismo significa a possibilidade de viajar para outras terras, conhecer e até mesmo procurar compreender os mais diferentes povos, nações e culturas, ou pode ser também a possibilidade de reconhecer ou usufruir o mundo que está à sua volta.

Dias (2002) estabelece uma definição de turismo como: “o conjunto das relações de fenômenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária”.

Apoiando-se em Barreto, Assis (2001) considera o turismo um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Para o objetivo desta pesquisa, o conceito de turismo que adotamos foi o da Organização Mundial do Turismo (OMT) que descreve o turismo como sendo:

As atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares diferentes do de sua moradia habitual, por um período de tempo contínuo inferior a um ano, com fins de lazer, por negócios ou outros motivos, não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Disponível em: < [www.world-tourism.org](http://www.world-tourism.org) >.

Para a OMT, o turismo se refere a todas as atividades dos visitantes, considerando como turista, o visitante que permanece pelo menos vinte e quatro horas no lugar que visita, com pernoite; e visitantes de um dia ou excursionistas, como aqueles que não pernoitam.

Segundo Oscar de la Torre:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (DE LA TORRE apud IGNARRA, 2003, p. 13).

E Ignarra (2003, p. 14), define o turismo como “o deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante”.

Como se vê pelas definições, o turismo é um fenômeno complexo. É uma combinação de atividades, serviços e indústrias que se relacionam com a realização de uma viagem individual ou em grupos.

A literatura recente sobre o turismo parte do princípio que ele é tão antigo como a própria humanidade. Para Ignarra (2003) as viagens de visitação como parte do movimento turístico surgiram com os babilônios por volta de 4000 a.C. É na Idade Média que se inicia o hábito das famílias nobres de enviarem seus filhos para estudarem nos grandes centros culturais da época. Já no século XVIII a aristocracia inglesa realizava longas viagens de estudo, repleto de atrativos que denominavam de “turísticos”. Mas foi com o advento das ferrovias no início do século XIX que o turismo ganhou impulso, propiciando um deslocamento mais rápido e um maior volume de usuários, ganhando uma nova força com o desenvolvimento da aviação civil, o que possibilitou um maior intercâmbio turístico.

Segundo Roque (2001, p. 4), nesta fase do século XIX, o “turismo era uma atividade voltada para a elite, símbolo de *status* social e produto do desejo da maioria da população”. É somente na primeira metade do século XX que a classe média passará a participar das atividades turísticas, efetivando as viagens, o lazer e o ócio como uma necessidade básica do indivíduo.

É possível, portanto, identificar o turismo desde a antiguidade, porém, como atividade produtiva complementar às atividades agropecuárias e geradoras de renda, principalmente no espaço rural, só ocorreu a partir das últimas décadas do século passado.

No Brasil, segundo Silva (2003), desde a época de D. João VI registram-se movimentos turísticos; destacando-se as viagens históricas de inúmeros cientistas, fascinados pelas belezas naturais do país. Entre eles, destacam-se: Saint-Hilaire, Karl Von Martius, Humboldt, Fritz Müller, Hjalmar Monsén, Albert Löfgren<sup>2</sup> e outros.

Vale ressaltar que esses movimentos apontados pela autora como turísticos não podem ser considerados como turismo pelas definições oficiais, pois historicamente, nesta perspectiva, fatos históricos como as entradas e bandeiras, que ocorreram bem antes da chegada de D. João VI, também poderiam ser entendidos como turismo.

Segundo essa mesma autora o marco inicial das atividades turísticas brasileiras ocorre em 1922, com o centenário da Independência do país, quando é criada no Rio de Janeiro a Sociedade Brasileira de Turismo e posteriormente denominada de Touring Club do Brasil. Contrariando essa autora, Ignarra (2003) afirma que a história do turismo no Brasil começa com o próprio descobrimento do país.

Ainda de acordo com Silva (2003), em 1952 acontece a criação da ABAV (Associação Brasileira das Agências de Viagem) e em 1956 a palavra turismo é empregada oficialmente num discurso do então presidente JK pela primeira vez.

Ignarra (2003) e Silva (2003) concordam que somente em 1968 é que são criados os instrumentos legais de regulamentação da atividade turística, como o CNTUR (Conselho Nacional do Turismo), o FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo) e da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo).

Palco de muitos acontecimentos históricos que marcaram época na formação do Brasil, como a Revolta de Felipe dos Santos em Vila Rica (1720) e a Inconfidência Mineira (1789), Minas Gerais destacou-se por suas origens históricas e suas características naturais, facilitando ao estado receber incursões pelo seu território em busca de ouro e pedras preciosas desde o século XVI.

Essa característica peculiar do estado contribuiu para a efetivação de sua vocação para as mais diferentes tipologias do turismo. Como observa Roque (2001):

---

<sup>2</sup> Fundador do Instituto Florestal de São Paulo. Maiores informações: [www.iflorestasp.br](http://www.iflorestasp.br)

Minas Gerais é o estado brasileiro que detém o maior número de empreendimentos voltados para atividades turísticas no espaço rural. Oferecendo um produto voltado para a tradição agropecuária, enriquecido pela arquitetura de suas antigas fazendas, igrejas e monumentos, serras, cachoeiras e muitos outros atrativos que disponibilizam um grande número de opções. (ROQUE, 2001, p. 36).

Sem apresentar, no entanto, dados concretos, acreditamos que a afirmação acima esteja pautada na diversificação turística que o Estado de Minas Gerais apresenta, favorecido principalmente pela sua beleza natural, pela sua localização geográfica e também pela proximidade dos grandes centros consumidores de turismo no país.

Na microrregião de Viçosa, o turismo no espaço rural também é recente, porém, não possui uma data referencial, mas ganhou forças com a explosão de pesque-pagues na região no final dos anos noventa e com a transformação de uma antiga fazenda de café em hotel-fazenda no município de Araponga em 2001.

Os vários empreendimentos turísticos existentes nas mais diferentes microrregiões do estado acabaram se agregando a associações representativas do turismo no espaço rural como a AMETUR (Associação Mineira de Turismo Rural)<sup>3</sup>, a ASTRAL (Associação Sulmineira de Turismo Rural) e a ASSITUR (Associação Itabiritense de Turismo Rural), entre outras.

## **2.2. Os conceitos do turismo no espaço rural**

De acordo com Roque (2001) a origem de atividades turísticas no espaço rural como estratégia de reprodução sócio-econômica, surgiu na Alemanha há aproximadamente cento e cinquenta anos, nessa época as fazendas já recebiam visitantes, principalmente durante as férias escolares, ofertando acomodações e a convivência com o cotidiano rural.

Na literatura corrente, o conceito de turismo no espaço rural está ainda em construção. Existe uma grande diversidade de terminologias e conceitos e suas mais

---

<sup>3</sup> Fundada em 1996, a AMETUR, é uma associação de proprietários de hotéis-fazenda e pousadas com o objetivo de organizar empresarialmente, valorizar e desenvolver o potencial turístico que o meio rural oferece.

diferenciadas interpretações. Primeiramente, faz-se necessário compreendermos o que os autores chamam de turismo rural (TR), para em seguida analisarmos o turismo no espaço rural (TER).

Oxinalde citado por Silva, Vilarinho e Dale (2000), alerta para o primeiro problema encontrado ao estudar e descrever o turismo rural que são as divergências de definições. Essas dificuldades também se estendem às palavras turismo e rural, bastante ambíguas.

Segundo aquele autor:

[...] o turismo rural engloba modalidades de turismo que não se excluem e que se complementam, de forma tal que o turismo no espaço rural é a soma de ecoturismo e turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, agroturismo e turismo de aventura. (OXINALDE apud SILVA; VILARINHO; DALE, 2000, p. 16).

Para Rodrigues (2000) o turismo rural é uma modalidade ainda relativamente nova no país, não existindo marcos precisos para datar o início dessa atividade. As primeiras iniciativas ocorreram em 1986, em algumas propriedades rurais do município de Lages (SC), que propunham passar “um dia no campo”.

Para a EMBRATUR (1994) o turismo rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometida com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade, sendo, portanto, turismo rural diferente de turismo no espaço rural.

Zimmermann (1995) define o turismo rural como

[...] um segmento do turismo desenvolvido em áreas rurais produtivas, relacionado com os alojamentos na sede da propriedade (adaptada) ou em edificações apropriadas (pousadas) nas quais o turista participa das diferentes atividades agropecuárias desenvolvidas nestes espaços, quer no lazer ou aprendizado. Deve se incluir nesta modalidade, a oferta de produtos naturais de origem.<sup>4</sup>

Zimmermann citado por Roque (2001), aponta que os princípios que regem o turismo rural são: o atendimento familiar, a preservação das raízes, a harmonia e sustentabilidade ambiental, a autenticidade de identidade, a qualidade do produto e o envolvimento da comunidade local. Contudo, existem diferentes inter-relacionamentos entre esses princípios, que potencializam as diversas formas do TR que podem interagir

---

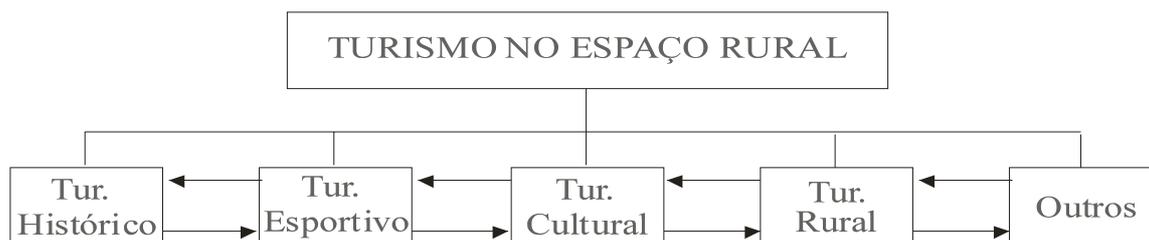
<sup>4</sup> Disponível em: [www.zimmermann.com.br/espaco.htm](http://www.zimmermann.com.br/espaco.htm)

entre si, complementarem-se ou serem identificados isoladamente, tais como: o agroturismo, hotel-fazenda, fazenda-hotel, pousada-rural, colônias de férias rurais e outros.

Nesse sentido, alguns autores como Novaes (1999), Silva, Vilarinho e Dale (2000), Weissbach (2001), Roque (2001) e Silva (2003), comungam da expressão turismo no espaço rural ao se referirem à totalidade dos movimentos turísticos que se desenvolvem no meio rural. Os autores reservam a expressão “turismo rural” para as atividades que se identificam com as especificidades da vida rural, seu habitat, sua economia e sua cultura.

Baseados em autores que tratam dos problemas de definição do turismo rural, Silva, Vilarinho e Dale (2000), apontam duas tendências da literatura dedicada ao assunto. Na primeira, o critério diferenciado se baseia nos elementos que compõem a oferta, abordando a cultura rural como o elemento mais importante, aplicando denominações específicas tais como agroturismo, turismo verde, eqüestre e de caça para indicar o caráter prioritário do componente ofertado. Na segunda tendência, o critério diferenciador é a distribuição dos rendimentos gerados pelas atividades turísticas, que é recebida pela comunidade rural ou pelos agricultores.

Para Roque (2001) as diferentes formas de se fazer turismo no espaço rural podem ser classificadas com base nos valores inerentes a cada uma delas como suas diferentes motivações, oportunidades, necessidades e disponibilidade de produtos a serem ofertados. Em determinadas situações, estas formas podem interagir e se complementarem ou serem identificadas isoladamente dependendo da realidade local (Figura 1).

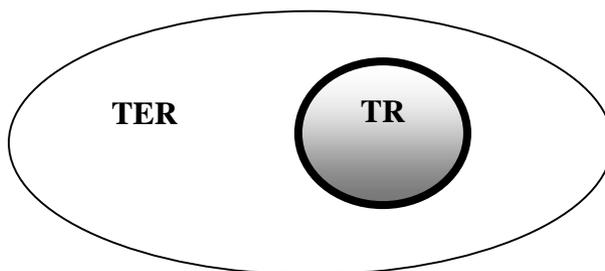


**Figura 1** - Modalidades das atividades de turismo no espaço rural (ROQUE, 2001, p. 17).

Como afirma Roque (2001, p. 20), o universo do turismo rural encontra-se inserido dentro do universo do turismo no espaço rural, mas não pode ser considerado como a totalidade representativa deste universo. Apontando ainda que, erroneamente muitos

utilizam o turismo rural como sinônimo de turismo no espaço rural, pois “toda forma de TR é uma atividade turística no espaço rural, mas nem toda forma de TER, segue os moldes do turismo rural, podendo ter características tipicamente urbanas”.

Ainda em Roque (2001), esta realidade pode ser representada figurativamente, o TER e TR, demonstrando suas correlações onde encontram-se sobrepostos e suas diferenciações nas outras áreas (Figura 2).



**Figura 2** - Representação gráfica do universo do TER e do TR (ROQUE, 2001, p. 21).

Compreendemos que o turismo no meio rural consiste em atividades de lazer realizadas no meio rural e abrange várias modalidades que são definidas com base em seus elementos de oferta, tais como: turismo rural, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de negócios, turismo jovem, turismo social, turismo de saúde e turismo esportivo.

Ainda no conceito de TER, segundo Campanhola e Silva (2000), inclui ainda: os “spas” rurais; os centros de convenções rurais; locais de treinamentos para executivos; parques naturais para atividades esportivas; as caminhadas (trekking); visitas a parentes e amigos; visitas a museus, igrejas, monumentos e construções históricas; os festivais, rodeios e shows regionais; as visitas a paisagens cênicas e a ambientes naturais; a gastronomia regional; os campings, as colônias de férias, os hotéis-fazenda<sup>5</sup>; as fazenda-hotéis<sup>6</sup>, os esportes da natureza; chácaras de recreio e condomínios rurais.

Assim, o turismo no espaço rural é uma atividade que abarca toda e qualquer forma de turismo nesse espaço, com atrações peculiares a cada uma. São, portanto, atividades que podem conviver no mesmo espaço e tempo, a partir de estratégias bem elaboradas.

<sup>5</sup> Hotéis instalados no meio rural, com atividades de lazer restritas ao seu entorno.

<sup>6</sup> Hotéis instalados em propriedades agrícolas produtivas; constituem atividade do agroturismo.

### 2.3. O turismo no espaço rural

Nos últimos anos, as atividades turísticas no espaço rural têm ganhado uma dimensão econômica e social, apresentando-se com uma conotação diferenciada onde o turismo procura preservar os atrativos locais, envolvendo diferentes atores, demonstrando novos valores e projetando-se como tema de interesse e objeto de pesquisa dos mais variados meios acadêmicos e econômicos.

O espaço pode ser considerado como a matéria prima do turismo e, sem subestimar os outros fatores, as condições geográficas desempenham um papel de primeiro plano freqüentemente essencial nas atrações de um lugar turístico. As condições naturais, o patrimônio cultural e histórico, o potencial técnico e o ambiente econômico são os critérios que intervêm sozinhos ou em combinação, nos diferentes tipos de localização turística (LOZATO, 1985).

Segundo Campanhola e Silva (2000) as transformações pelas quais tem passado o meio rural brasileiro nas últimas décadas, contribuem para não considerá-lo como essencialmente agrícola, pois muitas atividades tipicamente urbanas passaram a ser desenvolvidas no meio rural, geralmente de maneira complementar às atividades agrícolas.

Para Schneider e Fialho (2000) a definição do que se entende por “espaço rural” vem sofrendo alterações, não só pelo crescimento da importância das atividades não agrícolas, que minaram a identidade do rural com a atividade agrícola, mas também pela associação crescente do meio rural com a qualidade de vida. Além disso, o ambiente rural também vem incorporando aspectos relacionados ao lazer e ao ludismo, que em grande medida, estão contribuindo para redefinição de percepções simbólicas da população urbana.

Entre outros fatores relacionados a essa transformação do meio rural estão:

- aumento do tempo livre, devido às facilidades de avanços tecnológicos de comunicação, que ligam os centros urbanos ao meio rural, reduzindo o tempo da locomoção entre esses espaços;
- a expansão das residências secundárias e dos sítios de lazer ou até mesmo a criação de condomínios fechados em áreas rurais, considerados uma opção de segurança, conforto e qualidade de vida;

- o estresse e o crescente custo de vida urbano decorrente do crescimento intenso e desordenado das cidades.

Esse processo de destaque das atividades turísticas no meio rural se dá entre outros fatores por causa do desgaste dos tradicionais produtos turísticos, o que tem levado muitos empreendedores e turistas a buscarem novos espaços de consumo.

Para Novaes (1999) o turismo pode ser um recurso para os espaços rurais que procuram uma nova alternativa de desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de valorizar seu patrimônio, suas paisagens e sua cultura.

Nos últimos anos, as atividades de TER vem alcançando fantásticos índices de crescimento, sendo possível reconhecer uma multiplicidade de formas de fazer turismo nos espaços rurais. Algumas estão diretamente envolvidas com o cotidiano agropecuário, voltadas para a valorização do campo e reconhecimento da cultura local. Outras, como os grandes empreendimentos hoteleiros, utilizam o rural somente como espaço físico para sua implantação e não interagem com a realidade local (ROQUE, 2001).

Podemos afirmar que as mudanças que ocorrem no meio rural não são exclusivas do turismo, mas sim, decorrentes do avanço da própria sociedade.

Vale ressaltar que o desenvolvimento do turismo no espaço rural implica no desenvolvimento de novas atividades, algumas com base agrícola tais como: as floricultoras, criação de aves exóticas, da horticultura e cultivo de plantas ornamentais. Outras nada têm de base agrícola, como por exemplo, o pesque-pague que tem se convertido em importante atividade rural e fonte de renda para os agricultores.

Dentre os principais obstáculos encontrados para a realização do turismo no espaço rural, Froehlich e Rodrigues (2000) apontam: dificuldades de acesso e transporte; falta de infra-estrutura e facilidades para atrair e manter o fluxo turístico; insuficiência de investimentos públicos e privados para o desenvolvimento do mercado; carência de pessoal especializado, em vários níveis; e, falta de um quadro institucional adequado para o desenvolvimento e promoção do turismo.

É fundamental que o espaço rural, no contexto do TER e encarado enquanto componente do espaço turístico, seja tratado como um verdadeiro conjunto receptivo (local do destino turístico) onde também tornam-se importantes aspectos como a paisagem ao longo das estradas e trilhas percorridas pelos turistas, além do efetivo envolvimento da população local.

## 2.4. As tipologias do turismo no espaço rural

Segundo Novaes (1999) o turismo no espaço rural inclui uma gama de modalidades, e como atividade de interesse multidisciplinar, acontece no meio ambiente, isto é, fora das áreas urbanizadas. Além disso, ele

É um agente motivador do trabalho para as famílias residentes no campo. Como forma alternativa de turismo, as propriedades rurais que possuem atividade produtiva podem oferecer não só diversos tipos de serviços turísticos, como hospedagem, alimentação e venda de produtos artesanais locais, mas também a oportunidade dos visitantes desfrutarem de trilhas e diferentes ambientes rurais, em contato com a natureza e costumes fora do ambiente urbano. (NOVAES, 1999, p.140).

O espaço rural comporta várias tipologias e expressões de turismo. As variações de nome da tipologia ocorrem, segundo Dale (2001), em função de aspectos distintos tais como:

- Atrativos principais: quando se procura passar alguns dias em um ambiente típico de uma propriedade rural produtiva, fala-se na tipologia de turismo rural; quando se procura passar alguns dias junto a atrativos naturais, trata-se da tipologia ecoturismo; e quando se procura passar alguns dias em áreas de valor histórico e cultural, fala-se na tipologia do turismo cultural;
- Forma de hospedagem: quando se utiliza uma residência secundária, fala-se na expressão do turismo de residência secundária;
- Forma de gestão do turismo; quando se planeja e gerencia grandes números de turistas presentes na área ao mesmo tempo, fala-se na expressão turismo de massa. (DALE, 2001, p.26-27).

Portanto, o turismo no espaço rural permite agrupar todas estas tipologias e expressões. Mas cada tipologia turística possui suas particularidades, e que acreditamos que deva ser aprofundada quando se trata de abordagens individuais.

No caso deste estudo, optamos por estudar turismo rural, o ecoturismo e o agroturismo, no contexto de turismo no espaço rural, por se encontrar mais próximo da realidade da Microrregião da Zona da Mata de Viçosa.

Conhecer essas variáveis com mais detalhes permitirá compreendermos suas características, ao mesmo tempo em que identificamos qual dessas tipologias ocorrem com maior frequência na citada microrregião e suas relevâncias para o turismo local.

#### **2.4.1. O turismo rural**

Segundo Schneider e Fialho (2000), o turismo rural constitui uma atividade que une a exploração econômica a outras funções como a valorização do ambiente rural e da cultura local. E em uma conceituação mais ampla, pode-se afirmar que o turismo rural consiste de atividades de lazer realizadas nesse ambiente.

Ao iniciarmos a reflexão sobre o turismo rural no país, a primeira questão a ser tratada é a imprecisão de conceitos, conforme foi citada anteriormente.

Essa imprecisão está relacionada às dificuldades que as próprias palavras que a compõem – turismo e rural – têm de não possuir um sentido bastante variado. Não existe uma conceituação única, e cada país adota um significado ligeiramente diferente, pois constituem realidades diferentes e complexas (ARAÚJO, 2000).

No Brasil, para a EMBRATUR (1994) qualquer atividade turística desenvolvida no meio rural vem a constituir-se em turismo rural. Weissbach (2001), no entanto, afirma que na atualidade a EMBRATUR tem trabalhado com uma preocupação maior sob o ponto de vista dos empreendedores, abordando outra definição para o turismo, apoiada no conceito de Silva, Vilarinho e Dale (2000), que justificam:

[...] é uma atividade multidisciplinar que se realiza no meio ambiente, fora das áreas intensamente urbanizadas. Caracteriza-se por empresas turísticas de pequeno porte, que têm no uso da terra a atividade econômica predominante, voltada para práticas agrícolas e pecuárias. (SILVA; VILARINHO; DALE, 2000, p.19).

Percebe-se que, além da abrangência, o conceito revela uma preocupação econômica no aproveitamento do espaço rural. De acordo com a colocação de Silva (2000), o turismo rural envolveria entre outros, as seguintes atividades e produtos:

- caminhadas, visitas a parentes / amigos, visitas a museus, galerias e sítios históricos;

- festivais, rodeios e shows regionais, esportes na natureza, visitas a paisagens cênicas fauna e flora; e

- gastronomia regional, artesanato e produtos agroindustriais, camping, hotéis-fazenda, albergues e spas.

Segundo Blos (2000), na França e na Espanha, o turismo rural ocorre normalmente em residências familiares que mantêm suas tradicionais atividades agrícolas, ou seja, permanecem apoiadas na pequena produção familiar embora como prestadores de um serviço turístico.

Roque (2001) também identifica um modelo adotado em algumas propriedades onde o turismo rural se faz presente, uma grande semelhança aos padrões rurais franceses, porém com peculiaridades e características próprias como, por exemplo, a atividade turística ser gerenciada pela família, sendo, na maioria das vezes, as mulheres as responsáveis pela organização das atividades.

Acreditamos que de maneira geral, o turismo rural praticado em nosso país, em especial na região da pesquisa, é um tipo de turismo baseado no padrão europeu de desenvolvimento, principalmente o francês, que pelo seu pioneirismo ainda se faz presente na maioria das propriedades rurais.

Rodrigues (2000) numa tentativa de compreender melhor o TR propõe uma classificação relacionada basicamente ao patrimônio cultural: o primeiro grupo tem um cunho histórico e o segundo, de natureza contemporânea. Assim, ela fala em Turismo Rural Tradicional e Turismo Rural Contemporâneo. O primeiro, de origem agrícola, é constituído por propriedades que historicamente estavam relacionadas à exploração agrária, durante os ciclos econômicos, principalmente o ciclo do café; apresentando um rico patrimônio arquitetônico, baseando suas atividades nos serviços especializados implantados para o entretenimento do visitante, abandonando a agropecuária como atividade principal. De colonização européia, sua origem é relacionada à imigração européia no Brasil, principalmente na Região Sul. A atividade agrícola ainda é importante, o turismo se caracteriza como uma atividade complementar.

O segundo, contemporâneo, caracteriza-se por apresentar equipamentos implantados a partir dos anos 70, sendo considerada como uma modalidade alternativa ao

turismo de modelo sol e praia. Destacam-se: a) hotéis-fazenda (são os hotéis localizados na zona rural, valorizam a cultura rural, como o folclore, a gastronomia, as atividades rurais como, por exemplo, as cavalgadas); b) pousadas-rurais (de menor porte e menos luxo que os hotéis-fazenda procuram ofertar a fruição da vida no campo); c) spas rurais (também é considerado como turismo de saúde, situam-se na zona rural com o intuito de oferecer ao hóspede o bucolismo da vida campestre; nele os visitantes hospedam-se com fins estéticos); d) segunda residência campestre (são casas, chácaras e pequenas propriedades, geralmente em municípios vizinhos aos grandes centros urbanos, acolhendo os moradores dessas cidades); e e) campings rurais (localizados geralmente em vales de rios e em áreas de ampla cobertura vegetal; hospedam jovens e famílias com crianças; absorvem uma demanda bastante importante do turismo rural).

A proposta de classificação do TR acima apresentada é no nosso entendimento a que melhor atende as inúmeras modalidades de turismo rural no Brasil. Cabe ressaltar porém, que essa classificação é acima de tudo acadêmica, já que do ponto de vista do empreendedor, ocorrem vários cruzamentos num único negócio.

O turismo rural, segundo Almeida e Blos (2000), tem uma característica marcante que é o fato de ser um turismo local, de território restrito e gerido pelos próprios residentes em cinco níveis: de iniciativa local; de gestão local; de impacto local; marcado pelas paisagens locais e valorizador da cultura local.

Novaes (1999) corrobora em parte as afirmações acima quando afirma que a implantação dessa atividade implica nos seguintes princípios: uso sustentável dos recursos; revitalização das economias locais; qualidade de gestão; integração da população local; desenvolvimento planejado e controlado que implica na capacidade de carga, baixo impacto e sustentabilidade.

Para Novaes (1999), os objetivos do turismo rural devem favorecer o fluxo econômico no meio rural, provocando a revitalização econômica e social e, ao mesmo tempo, conservando e melhorando o seu entorno. Ao se ofertar o TR, esse mesmo autor considera que ele deve atender as características de:

- integração: adaptação da atividade turística reduzindo os impactos ao implantá-la.
- sustentabilidade: objetiva o equilíbrio entre o aproveitamento do recurso e sua manutenção e conservação.
- qualidade: como destaque dos equipamentos e atividades.

- oferta integral: articulada com atividades e alojamentos.

Novaes (1999) aponta ainda, que existem no meio rural outras atividades não-agrícolas que se agregam às tradicionais cadeias produtivas agroindustriais. Como: o impacto da proliferação das chácaras de recreio e condomínios rurais; a pesca amadora; o turismo de rios e represas; os cursos especiais como culinária típica, artesanato e outros.

Entre as inúmeras vantagens do turismo rural, Moleta citado por Weissbach (2001), aponta as seguintes situações:

- Diversificação de renda facilitando a criação de nova receita financeira e de um mercado para os produtos locais;
- Geração de empregos, mantendo os empregos tradicionais e ocupando a mão-de-obra familiar;
- Efeitos multiplicadores, que possibilita a criação de atividades produtivas em função do retorno financeiro da atividade;
- Preservação do patrimônio, tanto natural quanto cultural;
- Melhoria da qualidade de vida local;
- Diversificação dos pólos turísticos;
- Melhoria da formação educacional do homem do campo, devido à necessidade de atualização de conhecimentos frente ao empreendimento;
- Desenvolvimento do espírito de participação e parceria, através da criação de associações do setor.

Ao empreender o turismo rural, o turista objetiva encontrar uma oferta de serviços que o leve a um lazer em espaço aberto junto à natureza.

Weissbach (2001), comentando concepção de Barrera, afirma que:

[...] do ponto de vista dos visitantes, acredita [Barrera] que tanto as pessoas que se alojam em um prédio agrícola com o interesse de conhecer, desfrutar e praticar alguma atividade agropecuária, como os caçadores, pescadores, cientistas, estudantes, turistas de passagem que participam de um evento ou retiro, praticam o turismo rural. (WEISSBACH, 2001, p. 68).

Finalmente, cabe ressaltar que ocorre hoje uma revalorização do espaço rural, propiciada principalmente pela crise urbana vivenciada pelos cidadãos, os quais vêem no turismo rural uma possibilidade de vida saudável. Ademais, a mesma revalorização favorece uma diversificação das atividades desempenhadas pelas comunidades rurais, uma vez que pode integrar produtividade e desenvolvimento local.

#### **2.4.2. O ecoturismo**

Podemos dizer que é a partir da década de 1970, quando o mundo todo passa a valorizar a biodiversidade dos países subdesenvolvidos para os mais variados fins, que se abre a possibilidade do uso da natureza como mercadoria para fins turísticos, gerando uma nova forma de turismo, chamada de ecoturismo.

Também denominado de turismo ecológico, turismo de natureza ou mesmo turismo alternativo, essa é mais uma das atividades turísticas no espaço rural onde o principal atrativo é o ambiente natural como oferta.

Sobre o ecoturismo, Wearing e Neil (2001), afirmam que atualmente não há uma definição geral em circulação,

[...] mas qualquer conceito de ecoturismo deve envolver a viagem para áreas naturais relativamente tranquilas e não contaminadas, com o objetivo de estudar, apreciar e desfrutar o ambiente natural dessa área [...] trata de uma viagem responsável, em que se conservam os ambientes naturais e se sustenta o bem-estar da população local. (WEARING; NEIL 2001, p.229).

Percebe-se na fala dos autores, uma relação intrínseca com o desenvolvimento sustentável<sup>7</sup>.

Para Ruschmann (2000), o ecoturismo é constituído de estruturas eminentemente rurais, de pequena escala, ao ar livre, proporcionando ao visitante o contato com a

---

<sup>7</sup> Aqui se considera o conceito dado pelo IBGE no documento metodológico: Zoneamento Ecológico-Econômico na Região Amazônica (IBGE, 1993, p. 15), definindo-o como o processo de melhoria social e econômica que satisfaz as necessidades e os valores de todos os grupos de interesses e ao mesmo tempo permite a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

natureza, com a herança cultural das comunidades de campo e as chamadas sociedades e práticas tradicionais; diferenciando do turismo rural que é mais voltado para a produção agrícola e à prestação de serviços no meio rural envolvendo principalmente a família.

Tendo como base o conceito de Goodwin, Fennell (2002) define o ecoturismo como o turismo na natureza, de baixo impacto, que contribui com a manutenção de espécies e habitat, por meio de uma contribuição à conservação e/ou indiretamente produzindo rendimentos para as comunidades locais, para que elas valorizem e protejam suas áreas naturais como fonte de renda.

No Brasil, a EMBRATUR (1994) entende por ecoturismo o

[...] segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”. (EMBRATUR, 1994, p.19).

Já Gomes (1998), afirma que, por enquanto, esta atividade não dispõe de um conteúdo definido, sendo aqui desenvolvida de modo ainda desordenado, inclusive impulsionada, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica.

Para esse mesmo autor, desenvolver o ecoturismo significa, inicialmente,

[...] tomar em consideração que o sucesso da tarefa depende diretamente da conservação do patrimônio natural e cultural, ao tempo que supõe, necessariamente, comprometer a sua exploração, com a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde se localiza o atrativo ecoturístico. (GOMES, 1998, p. 397).

E, segundo Weissbach (2001), esse tipo de turismo

[...] surgiu do casamento de dois grupos com interesses diferentes: os ecologistas – preocupados com o futuro dos recursos naturais e sua devastação – e das pessoas ligadas às atividades econômicas do turismo – que aproveitaram para incorporar novos atrativos aos seus negócios sob a bandeira preservacionista”. (WEISSBACH, 2001,p.62).

Entendemos ecoturismo como toda a atividade turística realizada no espaço rural que busca um maior contato com o meio natural de forma consciente, numa interação com a população local, na tentativa de evitar as ações impactantes.

Atualmente o ecoturismo assume uma característica de proteção ao meio ambiente e de conservação dos recursos naturais, sendo visto por algumas pessoas como a ferramenta mais significativa na questão da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Acreditamos que essa característica assumida pelo ecoturismo tem como finalidade ser o instrumento inicial que possibilite a discussão da trilogia crescimento x desenvolvimento x conservação, a ser debatida pela sociedade, mas não pode ser tratada como panacéia para os problemas do campo.

Gomes (1998) afirma que, no Brasil, o ecoturismo tem sido visto como uma alternativa econômica com perfil de sustentabilidade, conservação dos recursos naturais e culturais e beneficiador das populações locais, apresentando-se inclusive, como possível redutor dos impactos negativos pelo turismo tradicional.

Associado ao ecoturismo, emprega-se o termo turismo sustentável, que segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT<sup>8</sup>.

[...] é aquele que satisfaz as necessidades presentes dos turistas, ao mesmo tempo que preserva as regiões de destino e incrementa novas oportunidades para o futuro. Ele deve ser concebido de modo a conduzir à gestão de todos os recursos existentes, tanto do ponto de vista da satisfação das necessidades econômicas, sociais e estéticas quanto da manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas de suporte à vida (OMT, 1998, p. 21).

Para Silveira citado por Souza (2003), o turismo sustentável é aquele que deve atender às necessidades dos turistas e das populações locais no presente, sem pôr em risco a capacidade das gerações futuras de atender às suas necessidades.

A questão do turismo sustentável ou sustentabilidade turística não é consenso na literatura corrente. Para Rodrigues citada por Souza (2003), o turismo cria ou produz territórios, da mesma forma que as demais atividades do modo industrial de produzir mercadorias.

Comungamos com as idéias dessa autora, quando afirma que a atividade turística está relacionada ao mercado, tornando-se incompatível a idéia de sustentabilidade, pois compreende também uma forma de consumo da natureza.

---

<sup>8</sup> Citado em Souza (2003) p. 257.

Nesta lógica, Villaverde (2003) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável, apesar de ser cientificamente legítimo,

[...] é antes de tudo um instrumento político, e, portanto, funciona como uma panacéia que pretende garantir a exploração econômica ao longo do tempo e em escala planetária". ( VILLAVERDE, 2003, p. 58).

Por outro lado, há autores que vêem como a principal vantagem do turismo ecológico, além da viabilidade econômica de regiões longínquas e carentes, a conscientização preservacionista ou conservacionista do patrimônio natural, tanto dos visitantes, quanto da comunidade local, o que pode levar a um efeito multiplicador nas esferas nacional e internacional (WEISSBACH, 2001).

Moraes (2000) aponta as seguintes características do ecoturismo: a) promove uma conduta ambiental positiva; b) não degrada os recursos naturais; c) e base da motivação em valores intrínsecos; d) beneficia a vida silvestre e o meio ambiente; e) orienta a experiência para o ambiente natural; e f) conduzir a atividade em uma dimensão de experiência cognitiva e emocional.

Baseando-se nestas características, pode-se afirmar que o ecoturismo envolve uma série de ações voltadas para o contato com a natureza, o que acabou gerando uma série de atividades tais como: esportes de aventura na natureza, observação da fauna e flora, estudos do meio, todas praticadas no meio rural (PIMENTEL, 2003).

Ainda citando essas atividades dentro de um produto turístico, pode-se acrescentar:

- acampamento;
- asa delta, paraglyder, pára-quedismo, balonismo;
- biking (caminhadas de um dia);
- bóia-cross (descida de rios com auxílio de bóias especiais);
- canyoning (descida de penhascos ou cachoeiras utilizando técnicas do rapel);
- cavalgada;
- cicloturismo;
- corridas de aventura;

- escalada;
- espeleoturismo (turismo em cavernas);
- estudos do meio (visitas com fins educacionais, realizadas geralmente por escolares);
- mergulho;
- montanhismo (nome genérico das atividades praticadas em ambientes de montanha pode incluir escaladas e ou caminhadas);
- observação de fauna e flora;
- passeios de charrete ou de jipe;
- rafting (descidas de rios encachoeirados feitas em botes infláveis);
- rapel;
- safári fotográfico;
- trekking (caminhadas de mais de um dia, geralmente com pernoites);
- tropeirismo ou turismo eqüestre.

Em resumo, podemos afirmar que o ecoturismo tornou-se a ferramenta mais utilizada na contemplação, socialização ou mesmo competição junto ao espaço natural. Vale ressaltar que essa tipologia do turismo no espaço rural pode e deve se tornar junto aos visitantes um importante aliado na prática da conservação da natureza.

### **2.4.3. O agroturismo**

O agroturismo refere-se às atividades turísticas que ocorrem no interior das propriedades, gerando ocupações complementares com as atividades agropecuárias produtivas (PORTUGUEZ, 1999).

Silva, Vilarinho e Dale (2000) citados por Weissbach (2001) apresentam um conceito mais detalhado do agroturismo para o caso brasileiro.

Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidades, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc), a partir do ‘tempo livre’ das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa. São exemplos de atividades associadas ao agroturismo: a fazenda-hotel, o pesque-pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo. (SILVA, VILARINHO; DALE apud WEISSBACH, 2001, p. 66).

Como afirma Weissbach (2001), nessas propriedades o visitante desempenhará atividades típicas do meio rural, sobretudo as ligadas à cultura agropecuária do local, tais como: ordenha, tratamento dos animais, aragem da terra, cultivo da terra e etc.

Segundo Tessari citado por Portuguesez (2001), o agroturismo tem por objetivos:

- a) fomentar uma nova modalidade de turismo diversificando as práticas turísticas na região;
- b) promover a melhoria da qualidade de vida da população rural através de uma nova alternativa de ocupação estável e de complementação de renda;
- c) redução do fluxo e dos efeitos do êxodo rural na região envolvida com essa prática turística;
- d) valorização do potencial agrícola e turístico do campo; e
- e) ser um reforço da filosofia do turismo ambiental numa tentativa de promover a conservação do meio rural e da cultura local.

Cavaco (2001) entende o agroturismo como um subproduto da agricultura que tem seu atrativo na paisagem em comunhão com a tradição do campo, a vida animal, as condições de vida e de trabalho das comunidades rurais.

O agroturismo é uma alternativa de fomento à economia local, que no entanto, não deve concorrer com outras atividades já existentes, mas deve procurar ser um vínculo para alavancar o produto turístico do meio rural que valorize o homem rural, as suas atividades e a natureza.

Campanhola e Silva (2000) apontam que os pequenos produtores agropecuários têm grandes dificuldades de se engajarem no agroturismo, devido principalmente a alguns entraves como:

- a) deficiência da capacitação para desenvolver atividades não agrícolas;
- b) dificuldades de agregar um negócio não agrícola dentro da propriedade, devido à tradição agrícola;
- c) baixa capacidade econômica para assumir riscos;
- d) dificuldades de acesso a programas de governo;
- e) baixa tradição de associativismo ou cooperativismo que podem facilitar nas estratégias de marketing e comercialização de seus produtos;
- f) dificuldade de acesso à informação mercadológica dos produtos turísticos; e
- g) baixo intercâmbio com agências e operadoras de turismo.

Finalizando, cabe ressaltar que o agroturismo não se resume a atividades desqualificadas, rústicas e simples do campo, como muitos pensam, mas exige muito profissionalismo e boa capacitação de quem trabalha com essa atividade, pois para atender ao turista, que é cada vez mais exigente, o proprietário e os envolvidos nessa atividade precisam ter um caráter empreendedor e um bom trato com os visitantes.

## **2.5. Turismo, lazer e recreação**

A necessidade de fugir dos grandes centros aponta para uma necessidade comum da população urbana atual: o lazer; que por sua vez está diretamente relacionado ao turismo.

Para Bomtempo (1994), o lazer é uma atividade basicamente desligada das relações de produção e não pode ser definido apenas como tempo livre. Já Barbanti (1994) afirma que não há uma conceituação uniforme em relação ao lazer.

O termo é normalmente usado em contraste com o conceito de trabalho tanto em relação ao tempo e conteúdo como também à estrutura. [...] É aquela parte do tempo de que as pessoas dispõem livremente, fora de sua atividade profissional ou produtiva. (BARBANTI, 1994, p. 178).

Magnani (2000) trata o lazer

[...] como um determinado conjunto de atividades individuais ou coletivas voltadas para a satisfação de uma série de interesses – no plano da criação, formação e aprimoramento pessoal, entretenimento, descanso etc. – realizadas no tempo liberado das obrigações impostas pelo trabalho profissional e por outras responsabilidades sociais”. (MAGNANI, 2000, p.21).

Segundo Gutierrez (2001, p.7) o lazer também pode ser definido como “atividade não obrigatória de busca pessoal do prazer no tempo livre”. E as características que definem uma atividade de lazer são:

- liberdade de escolha, que é o resultado de uma opção livre do indivíduo;
- uma atividade desinteressada, que não visa uma utilidade prática imediata;
- hedonista, que busca o prazer ou alguma forma pessoal de satisfação dos sentidos;
- pessoal, que é essencialmente uma opção íntima, individual e regida pela liberdade.

O lazer é um fenômeno decorrente dos efeitos da revolução industrial do pós-guerra (RODRIGUES, 2001) e, de acordo com Bramante (1998) foi ampliado pelo crescente processo de urbanização das cidades, e vem sendo também ao longo do tempo conceitualmente confundido com outros derivativos, tais como recreação, jogo, esporte e etc.

No turismo, o lazer passa a significar uma atividade recreativa que tende a transformar-se em mercadoria, uma vez que passa a ser percebida como o principal motivo ou atrativo das viagens de turismo no espaço rural. Assim, o lazer constitui-se em atividades realizadas dentro de um tempo livre.

Pichler citado por Ruschmann (1994) considera como tempo livre aquele em que o indivíduo está livre para optar pela realização de atividades ou experiências vivenciais para sua emancipação, integração social, regeneração e contemplação, sendo entendido como aquele totalmente distinto do trabalho.

Concordamos com Weissbach (2001), quando afirmar que lazer lembra distração, ócio, tempo sem compromisso, portanto, remete ao tempo livre, tempo esse que é cada vez mais usado pelas pessoas para descansar, repousar, recrear, enfim, desocupar-se das obrigações diárias ou profissionais. Segundo esse mesmo autor,

Na atualidade, o lazer faz parte do processo de reprodução do capital, na medida que se organiza em função do consumo e da venda de lazeres. Tanta é a associação consumptiva ao lazer, que em geral reduz-se a atividade a alguns eventos organizados e vendidos. Um grande número de pessoas associa o lazer às atividades recreativas ou a eventos organizados com a finalidade consumista, ignorando o caráter abrangente do termo e a possibilidade existente de se fazer lazer sem a necessidade de empregar dinheiro (jogo de cartas, visita a amigos, jogo de bola, etc). (WEISSBACH, 2001, p.14).

No entanto, Camargo citado por Weissbach (2001) também coloca a questão do lazer como subjetiva, pois deriva de uma escolha pessoal que busca, necessariamente o prazer; pois o caráter subjetivo do lazer manifesta-se também quando se considera algo que possa ser altamente atraente e prazeroso para alguém.

Por recreação entendemos como as atividades realizadas durante o tempo de lazer. O termo origina-se do latim “recreare” e segundo Ruschmann (1994), refere-se à restauração e ao restabelecimento; da integridade do corpo e da mente do indivíduo. Ruschmann (1994), utiliza o parâmetro da distância, para distinguir recreação de turismo, assim, as atividades realizadas próximas da origem residencial do indivíduo (até cento e cinquenta quilômetros) são consideradas como recreação quando não ocorre a pernoite, quando o deslocamento for maior e realizado num tempo superior a vinte e quatro horas, ocorrendo o pernoite, é caracterizado como turismo.

Concordamos parcialmente com Ruschmann, porque entendemos que o fator distância não é o critério mais relevante, e sim, o pernoite.

Buscando satisfazer o tempo não ocupado, inúmeras atividades voltadas a assumir o tempo livre das pessoas surgiram nas últimas décadas, dentre elas destaca-se o turismo no espaço rural, que busca preencher o tempo livre ou de lazer ainda disponível.

Para Weissbach (2001 p.10), “a própria compreensão da atividade turística pressupõe o conhecimento do lazer enquanto manifestação do tempo ocioso”, uma vez que representa as atividades realizadas dentro de um tempo livre com a finalidade de

entretenimento ou recreação. Assim, o turismo surge como um elemento que possibilita momentos de lazer, representando a efetivação das ações desejadas pelos indivíduos.

Destaca-se, porém, que o turismo como forma de lazer não é para todos, pois depende da disponibilidade de rendas que o “candidato” ao lazer possua, portanto, o turismo vem se caracterizando como uma forma de exclusão e de alienação da sociedade, já que não é para todos.

## **2.6. Turismo e meio ambiente**

Ao se falar de turismo e meio ambiente, é impossível negar a intrínseca relação que existe entre eles, uma vez que o meio ambiente constitui-se na principal ‘matéria-prima’ da atividade turística. Pois o contato com a natureza é hoje a principal motivação de viagens, de lazer ou mesmo recreação.

Ruschmann (1994), apresenta quatro fases que caracterizam historicamente as atividades turísticas no meio ambiente mundial:

A primeira fase, ocorrida no século XVIII, se caracteriza pela descoberta da natureza e das comunidades receptoras. A motivação principal era a busca de ambientes onde a industrialização ainda não havia chegado ou centros turísticos à beira mar. Possuíam uma postura de ‘sociedade em férias’.

A segunda fase se caracterizou por um turismo mais dirigido e elitista. É o período da *belle époque* (final do século XIX até o início do século XX). Nesta fase, a natureza passa a ser domesticada, porém não esquecida.

A fase seguinte, ocorre a partir da década de 50, atingindo seu auge entre os anos 70 e 80. É o período mais devastador, sendo caracterizado pelo domínio brutal do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras. É a fase de excessos, sem nenhuma proteção ao meio ambiente.

A quarta fase surge em meados dos anos 80 e é a fase na qual o turismo passa a considerar os problemas do meio ambiente. A natureza e seus componentes são os pretextos para a descoberta, a educação e o espírito de aventura. Busca-se agora, uma natureza preservada.

Recentemente, portanto, os ambientes naturais conservados ganham cada vez mais importância em todos os países e, claro, nos meios de comunicação. É nesse contexto que o turismo no espaço rural se apóia, utilizando um discurso ‘preservacionista’ e ao mesmo tempo ‘conservacionista’.

De acordo com Weissbach (2001) é necessário distinguir o meio ambiente em ambiente natural, que constitui a natureza ‘intocada’, onde o homem ainda exerce pouca interferência – praticamente inexistente – e os ambientes humanizados, que correspondem aos espaços modificados pela ação humana em seu processo de produção. Portanto, teríamos a paisagem física constituída pelos elementos naturais e a paisagem humanizada, também entendida aqui como meio cultural, que abarcaria todos os produtos e serviços idealizados pelo ser humano.

Aprofundando um pouco mais essa questão, o mesmo autor afirma que:

[...] nesse processo de prover a sua existência, a raça humana cria ambientes artificiais – não naturais – onde as relações sócio-econômicas possam melhor acontecer. Assim, originam-se núcleos urbanos, que diferenciam-se dos ambientes adaptados, na medida em que esses não implicam em total artificialização do espaço, senão em um ajustamento do meio à necessidade circunstancial, enquanto a cidade é resultado de uma total alteração do espaço. Incluso nesse processo de aproveitamento do meio, tanto natural quanto o humanizado, para a satisfação das necessidades humanas, o turismo apresenta-se como uma atividade capaz de usufruir de ambos os locais. Utilizando as potencialidades características de cada ambiente com a finalidade de ofertar um produto atrativo, o turismo beneficia-se das paisagens naturais e culturais, reservando a cada uma delas um valor, conforme a demanda requerer. (WEISSBACH, 2001, p.23).

Conforme Boud-Bovy citado por Cruz (2001), o turismo frequentemente exerce influências – benéficas ou maléficas – sobre os ambientes, afetando os recursos de formas contraditórias. Podendo ao mesmo tempo:

- a) degradar irreversivelmente as maiores atrações que o justificaram e o atraíram;  
e
- b) proteger o meio, uma vez que estimula o interesse da população e das autoridades para a apreciação do valor do ambiente introduzindo medidas para sua proteção.

Comungando das idéias de Cruz (2001), podemos afirmar que os problemas ambientais nada mais são do que a materialização, no espaço, das distorções e contradições presentes nas relações sociais, e toda medida, portanto, relativa à melhoria da qualidade ambiental – preservação da dada área, despoluição de um rio, rodízio de automóveis – será sempre um paliativo, por mais significativa que possa parecer.

Segundo Cruz (2001),

[...] o turismo tem reconhecidamente, uma capacidade avassaladora de transformar os lugares (natureza e cultura), mas, a priori, isso não é bom ou ruim. Somente as análises de caso podem revelar como, quando e onde o turismo impactou positiva ou negativamente o patrimônio natural ou cultural de um lugar. E quando se tratar de impactos socioeconômicos e culturais, é preciso ter ciência de que todo julgamento será permeado por ideologias e que, portanto, aquilo que for considerado negativo por determinado autor poderá ser visto como positivo por outro. (CRUZ, 2001, p.30).

Ainda em Cruz (2001), encontra-se que da apropriação de espaços naturais pelo turismo decorrem transformações espaciais relacionadas, principalmente, aos fatores de acessibilidade e hospedagem. Ou seja, para que o consumidor possa alcançar determinado destino, faz-se necessária a existência de alguma infra-estrutura de acesso.

Existe uma estreita relação entre o meio ambiente e o turismo, principalmente quando se observa que as mais variadas formas turísticas se apropriam direta ou indiretamente dos recursos oferecidos pela natureza; essa apropriação resulta no que a literatura corrente denomina de impactos, que podem ser negativos ou positivos junto à natureza.

De forma resumida podemos apontar os seguintes fatores ou danos provocados pelo turismo:

- degradação ecológica (destruição da fauna e flora);
- poluição do ar, água e sonora;
- destruição da paisagem ou a má utilização do ambiente natural;
- ocupação do solo de maneira intensa, provocando conseqüências irreversíveis;
- destruição de valores tradicionais;
- congestionamentos;
- aumentos dos custos de serviços devido a ausência de uma infra-estrutura básica;

- conflitos entre a população fixa e turista.

Como constata Weissbach (2001), os riscos causados pelo turismo são provenientes em grande parte pelo setor privado da economia. Para esse autor a afirmação encontra respaldo no sistema econômico vigente, uma vez que a economia é regida pelo mercado e este funciona de maneira especulativa e com uma visão de curto prazo; enquanto que as conseqüências ambientais só se manifestaram em longo prazo, o que dificulta a medição das conseqüências ocorridas no meio ambiente. É na verdade, a mercantilização dos espaços naturais.

Atualmente, diante da importância crescente da atividade turística, Ruschmann (1994), propõe várias medidas preventivas a serem adotadas para preservação dos sistemas naturais:

- combater todo o tipo de contaminação provocada pelo turismo, assegurando o tratamento das águas servidas e do esgoto, limpando, protegendo e conservando as áreas turísticas, desenvolvendo estudos do impacto turístico no local e evitar grandes aglomerações de turistas e equipamentos;

- integração dos equipamentos turísticos à paisagem, procurando regular a construção de equipamentos, incentivando o desenvolvimento de uma arquitetura adequada às tradições locais e zelando pelo equilíbrio entre os espaços explorados intensamente;

- reduzir os efeitos negativos de motorização dos turistas, estimulando a prioridade ao transporte público, regulando o tráfico de veículos ou mesmo aumentando as possibilidades de atividades recreativas nas zonas urbanas e de residência da população.

O objetivo dessas medidas visam garantir os recursos para o futuro, mas que só serão alcançados se forem precedidos de uma política turística racional na ocupação do território.

Ruschmann (1994) aponta os seguintes princípios para que ocorra um equilíbrio entre o turismo e o meio ambiente: a) garantir o equilíbrio entre a proteção ambiental e a programação de equipamentos turísticos constitui, atualmente, uma necessidade imperativa; b) não existe um turismo ‘bom’ ou ‘mal’, ou um que respeita o meio ambiente e outro que o destrói; c) é preciso ter certa cautela com as afirmações muito generalistas; d) evitar as perigosas políticas do tudo ou nada; e e) a consideração da qualidade do meio ambiente passa a constituir-se num critério essencial para a definição de um turismo qualitativo que, entretanto, apresenta certos custos.

Faz-se necessário uma participação de todos os envolvidos nas atividades turísticas, seja o turista agindo de uma forma mais consciente, seja o poder público investindo em projetos conservacionistas ou criando uma legislação imperativa e preventiva mais eficaz ou até mesmo subsidiando o consumo dos atrativos turísticos. Finalmente deve-se procurar achar um ponto de equilíbrio ou uma forma de convívio mais harmônico entre o turismo e meio ambiente.

## **2.7. Os atrativos turísticos e o produto turístico**

Entende-se por atrativo turístico o elemento ou objeto que atrai a atenção das pessoas sobre um determinado lugar, sendo também um estímulo a mais para agenciar novos visitantes ao seu espaço, podendo ser naturais – paisagens e climas – e culturais – museus, locais históricos, eventos, festas e outros.

Cerro citado por Ruschmann (1994), considera como atrativo turístico, todo e qualquer elemento que tem a capacidade própria, ou em combinação com outros, para atrair visitantes de uma determinada localidade ou zona.

Para esses autores, os atrativos turísticos distinguem-se em dois tipos: os atuais e os potenciais. No primeiro, também chamado de reais, se enquadram os atrativos que estão sendo utilizados para a atividade turística em todos os níveis - do local ao internacional - e contam com uma infra-estrutura e equipamentos de atendimento aos visitantes. O segundo são os que mesmo possuindo um alto grau de atratividade, por variados fatores ou motivos, ainda não estão sendo utilizados para o turismo.

Para Barreto citado por Silva (2003), os atrativos turísticos são aquelas matérias-primas com as quais podemos planejar atividades turísticas; porém, diverge de Ruschmann (1994) quanto à classificação, compreendendo que esta pode ser melhor entendida em dois níveis: recursos naturais e culturais. (Tabela 2)

Para Silva (2003), o atrativo turístico possui maior valor quanto mais acentuado for seu caráter diferencial, pois o turista procura sempre conhecer aquilo que lhe é novo ou diferente de seu cotidiano.

Ruschmann (1994), afirma que os atrativos constituem a base na qual se fundamenta qualquer plano de desenvolvimento turístico, devendo ser prioritariamente inventariado e avaliado o seu potencial real.

Moraes (2000) considera recursos turísticos, como sendo sinônimo de atrativo, podendo ser permanentes, principalmente os naturais, mas necessitam de uma constante preservação sob a pena de se esgotarem; muitas vezes é necessário um conhecimento multidisciplinar para garantir a sua utilização, pois a própria construção da infra-estrutura local pode descaracterizar o empreendimento.

RECURSOS NATURAIS	GEOMORFOLÓGICOS	Litoral, lagoas ou represas, correntes de águas, vulcanismo e relevo
	BIOGEOGRÁFICOS	Agrupamentos animais e vegetais
	MISTOS	Combinação de geomorfológicos e biogeográficos
RECURSOS CULTURAIS	HISTÓRICOS	Jazidas arqueológicas, patrimônio tombado e artefatos
	CONTEMPORÂNEOS NÃO-COMERCIAIS	Obras de arte, museus, instituições de ensino, autódromos e etc
	CONTEMPORÂNEOS COMERCIAIS	Parques de diversão, balneários, clínicas de montanhas, de cultura e etc

**Tabela 2:** Classificação dos atrativos turísticos segundo Barreto apud SILVA (2003).

Para o SEBRAE mencionado em SILVA (2003)

o atrativo pouco vale se não contar com uma estrutura turística para receber as pessoas, sendo composto pela **infra-estrutura básica**, com os serviços de água, energia, saúde e saneamento, telecomunicações, limpeza urbana, entre outros e as formas de **acesso**, representado pelas hidrovias, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, rodoviárias e ferrovias. Além disso, outros importantes fatores são os **equipamentos turísticos**, instalações indispensáveis para o turismo, sem as quais ele não existe, como hotéis, transportes, agências de viagem, centros de informações turísticas e parques de diversão; os **serviços turísticos**, os quais têm a sua existência justificada quase que exclusivamente em virtude do turismo, podendo requerer equipamentos ou serem oferecidos por autônomos, como os guias, camareiras e recreacionistas; os **equipamentos de apoio**, instalações que existem para atender outras necessidades da comunidade, mas também, de muita utilidade para o turismo, a exemplo dos postos de gasolina, hospitais, casas de câmbio e

lojas; analogamente, os **serviços de apoio**, atendendo outros segmentos da sociedade, mas que também são usados pelo turista, como os serviços de garçons, os serviços mecânicos, e bancários e; por fim, as **facilidades**, publicações que auxiliam o turista a transitar na localidade turística, como os mapas, folders, guias e programações. (SEBRAE apud SILVA, 2003, p.14-15, grifos da autora).

Percebe-se na citação acima que todos os atrativos turísticos devem ser colocados a disposição dos turistas, e agregados a outros serviços de apoio que são oferecidos no local ou na cidade mais próxima, sendo portanto, importante destacar os produtos oferecidos.

Ruschmann (1994) também propõe que se estabeleça a distinção entre as atrações que são consideradas básicas, que constituem o suporte da atividade e são as grandes responsáveis pelo afluxo de turista ao local onde se localizam os equipamentos e serviços e as denominadas secundárias, que possuem uma força de atratividade menor. Estas, porém, são importantes no processo de desenvolvimento, pois complementam e proporcionam a diversificação das atividades realizadas pelos turistas que visitam os atrativos básicos, criando níveis hierárquicos com a finalidade de se estabelecer o real interesse sobre os atrativos turísticos. Tais como:

- hierarquia 3 – atração excepcional, altamente significativa para o mercado turístico internacional, capaz de motivar uma importante corrente turística por si só;
- hierarquia 2 - atração com aspectos significativos para o país, capaz de atrair um fluxo de turistas nacionais e até internacionais;
- hierarquia 1 – atração com alguns aspectos chamativos, capaz de atrair turistas de outras regiões, por outras motivações turísticas ou mesmo capaz de motivar correntes turísticas locais;
- hierarquia 0 – atração sem méritos suficientes para ser incluída nas categorias anteriores, porém, fazem parte do patrimônio turístico como elemento complementar a outros interesses no desenvolvimento de complexos turísticos;

A principal função desses níveis é ao nosso ver, inventariar os recursos turísticos físicos, que apesar de ser uma tarefa complexa, tem-se a vantagem de trabalhar com um indicador praticamente invariável que são as atrações naturais, potencializando assim, esses atrativos turísticos.

Por produto turístico entende-se segundo Novaes (2000), um bem ou serviço negociado na indústria turística: pode ser unitário (passagem aérea, serviços de guia de turismo, hospedagem etc.) ou um conjunto destes (pacote de viagem).

E de acordo com Silva (2003, p.15) o produto turístico possui características que o torna individualizado e diferente em relação aos produtos industrializados, do comércio e até mesmo de maneira em geral da prestação de serviços. “É preciso estar atento para algumas peculiaridades dos negócios que envolvem o turismo”.

Krippendorff citado por Silva (2003) destaca:

- Todo produto turístico é um bem de consumo abstrato;
- Simultaneidade espacial e temporal da venda e da prestação do serviço turístico com o seu consumo;
- O produto turístico não é estocável;
- Necessidade de presença da clientela no local da prestação do serviço;
- Os serviços turísticos são prestados de forma irregular, devido a dificuldade de se aperfeiçoar mão-de-obra;
- Ocorrem em temporadas curtas do ano (sazonalidade);
- A demanda é instável o que dificulta a previsão pela procura dos serviços turísticos;
- Demanda heterogênea;
- O produto turístico é estático; e,
- Apesar de possuírem atrações diferenciadas, os produtos turísticos enfrentam acentuadas concorrências entre si.

O objetivo de se conhecer o produto turístico está relacionado diretamente aos tipos de funções turísticas que os empreendimentos podem apresentar, objetivando realizar um planejamento estratégico de atuação nas propriedades ou nos locais onde os produtos turísticos possam ocorrer.

Em suma, de acordo com Zimmermann e Castro citados por Weissbach (2001), para que haja um desenvolvimento satisfatório do turismo rural, a propriedade rural a ser explorada deve ser avaliada levando em consideração o potencial para o turismo, 1) a capacidade de gestão do produtor, 2) a capacidade financeira do interessado, 3) a sustentabilidade ambiental e 4) a aceitação mercadológica.

### **3. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO**

#### **3.1. A Zona da Mata Mineira**

A mesorregião de Minas Gerais, denominada de Zona da Mata segundo o IBGE (2000), localiza-se no sudeste do Estado. É uma das dez regiões de planejamento proposto em 1993 pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas, que utilizou como critérios para essa divisão a delimitação espacial de meso e microrregiões do IBGE (1991) e também critérios político-institucional de planejamento e de administração pública para a escala denominada de macrorregiões de planejamento. (Mapa.1)

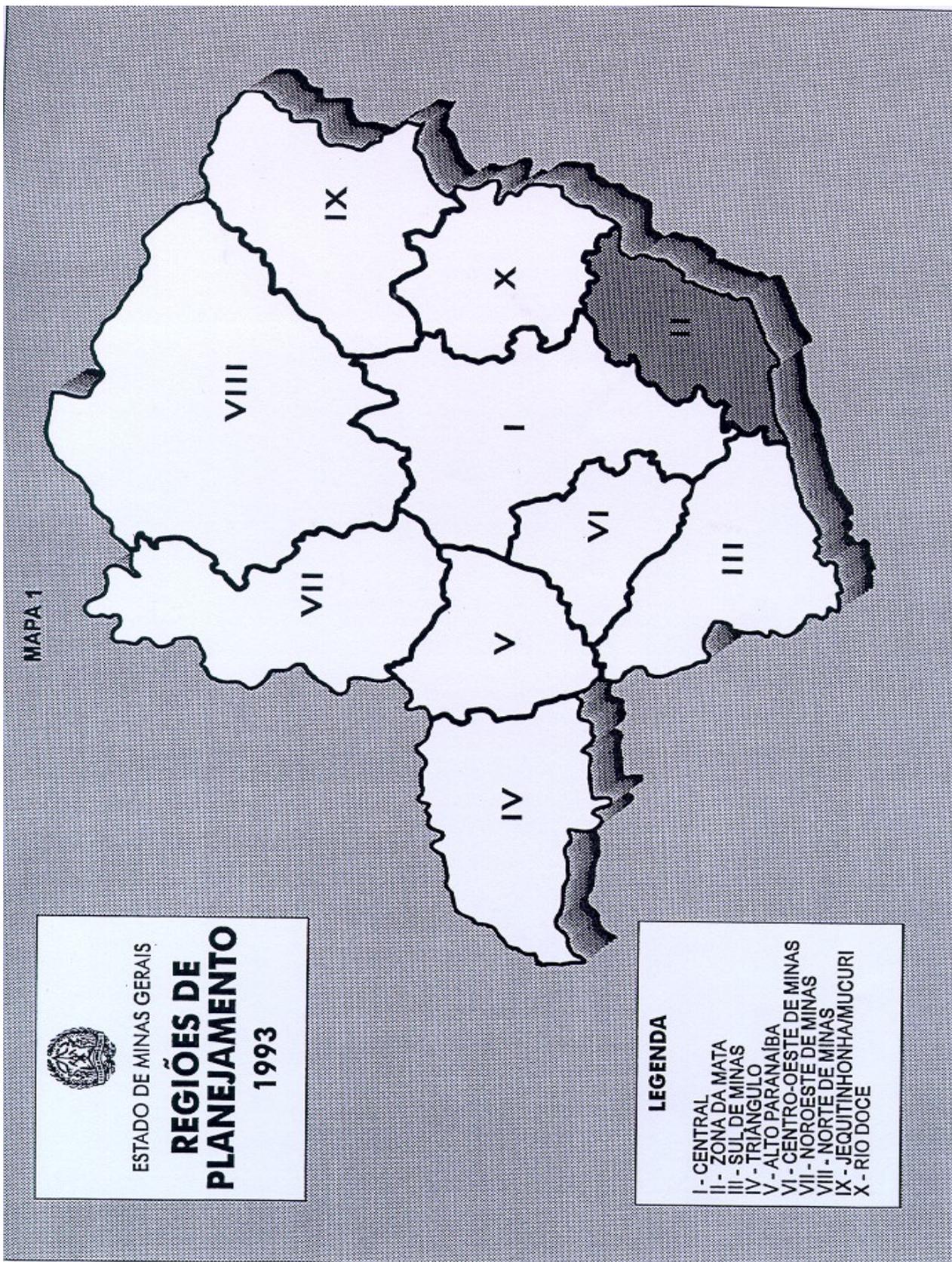
A evolução histórica da formação sócio-econômica está intimamente vinculada ao modelo de ocupação do território mineiro.

Com a corrida para o ouro de Minas, no século XVII, inicia-se a implantação de uma economia voltada exclusivamente para a extração mineral suplantando as demais atividades. Como atividades periféricas, contava-se apenas com uma agricultura incipiente, de subsistência e de pequena escala. O declínio da produtividade aurífera provocou o arrefecimento da mineração, dando início à exploração da pecuária num lento e contínuo processo de ocupação do interior mineiro, inserindo-se aí, a Zona da Mata Mineira.

No século seguinte, por volta de 1830, a penetração do território foi intensificada com o surgimento das primeiras plantações de café no Vale do Paraíba, que daí começaram a demandar o interior, indo fixar-se, de imediato na Zona da Mata. Inicia-se, portanto, a efetiva ocupação do espaço físico da região.

A expansão da cafeicultura possibilitou para a região um processo de industrialização, principalmente no setor dos têxteis e laticínios, para atendimento do mercado criado pela economia cafeeira, desempenhando um papel de relevo na economia do Estado.

A continuidade da atividade agropecuária, sob o modelo tradicional de exploração extensiva de suas terras, as condições físicas relativamente desfavoráveis de seus solos, as



**Mapa 1:** Regiões de Planejamento

crises e oscilações do mercado de café internacional culminaram na perda de sua importância econômica e política no contexto econômico estadual para outras áreas do Estado, vivenciando ainda hoje, uma fase de estagnação econômica.

Segundo o BDMG (2000), a caracterização sócio-econômica da Zona da Mata mostra uma região pouco industrializada, com atividade agropecuária tradicional, em sua maioria voltada para o atendimento do mercado local e regional.

No caso da agropecuária, constituem-se exceções à produção de cana-de-açúcar, café, fumo, cebola, além da avicultura e da suinocultura, atividades estas localizadas em áreas específicas. Estas atividades mesmo quando desenvolvidas em grande escala, não têm sido capazes de promover processos dinâmicos de crescimento das microrregiões, dado que são fracos os seus efeitos propulsores sobre as demais atividades.

A indústria regional embora diversificada é bastante concentrada espacialmente. Os maiores destaques são as microrregiões de Juiz de fora que gera 59% do PIB industrial, seguida pelas de Ubá e Cataguases, que regam outros 23%. Destaque para os setores automobilístico, têxtil, metalúrgico, químico, eletroeletrônico e moveleiro, representados por algumas empresas de médio e grande porte.

Na região da Zona da Mata, o PIB por habitante revela a ampla desigualdade que prevalece entre as microrregiões e os municípios, além da posição desfavorável da Região comparativamente a outras áreas do Estado. Em nível de municípios, o quadro é bastante grave, já que 94 dos 142 municípios apresentam valores abaixo da média estadual.

Juiz de Fora se constitui no principal pólo da Zona da Mata, devido principalmente às suas dimensões urbanas e industriais. Sua condição de centro de desenvolvimento regional vem provocando uma consolidação de sua área de influência, tornando-se o município com o maior potencial de crescimento.

Destacam-se também na região os municípios de Ponte Nova, Muriaé, Ubá, Viçosa, Manhuaçu, Leopoldina, Cataguases, Carangola, Além Paraíba, Visconde do Rio Brando e Santos Dumont, todos com população superior a 30 mil habitantes, e que concentram 31% da população regional e com grande potencial de crescimento.

No que se refere ao saneamento básico e abastecimento de água na região da Mata, a maioria dos municípios tem seus serviços prestados por suas respectivas prefeituras, enquanto outra grande parte é atendida pela Companhia de Abastecimento de Minas Gerais (COPASA).

Quanto ao número de consumidores de energia elétrica, a região assumiu em 1991 a terceira posição relativa, com 11,31% do total do Estado. O setor residencial responde pelo maior número de consumidores da região, com um percentual de 80,96%, mantendo uma distribuição pouco inferior à verificada no Estado (82,24%). O setor industrial, no Estado, responde pelo maior consumo (64,80%), assim como na região (66,17%). O maior consumo e número de consumidores de energia da região é verificado na microrregião de Juiz de Fora, que responde por 40,67% e 70,63% respectivamente (SEPLAN, 1994).

Com relação às finanças públicas, a região ocupa a quinta posição relativa em termos de arrecadação total do ICMS, detendo em 1991, 5,51% do total estadual. As transferências estaduais, cota-parte do ICMS destinada aos municípios da região da Mata, representam 6,47% do total destinado a todos os municípios do Estado, o que coloca a região na quinta posição relativa.

No que se refere às transferências federais relativas ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a região deteve em 1991 13% do total de recursos destinados a todos os municípios mineiros, ocupando a terceira posição relativa, superando comparativamente a outras regiões do Estado.

Apesar de ser um região que comparada a outras do Estado, contribui com baixa receita proveniente da arrecadação do ICMS, as transferências estaduais e federais para a região foram proporcionalmente superiores, ficando na terceira posição relativa em termos estaduais, evidenciando a ocorrência de desconcentração de recursos fiscais no Estado, com objetivo de promover o desenvolvimento de áreas menos favorecidas e estagnadas. (SEPLAN, 1994).

O segmento do turismo até recentemente foi tratado como uma atividade secundária na Região, aliás, no Estado como um todo. Tal situação começa a mudar, acompanhando uma tendência nacional, passando o turismo merecer uma atenção especial de organismo de financiamento como, por exemplo, o BNDES.

Várias áreas da Zona da Mata, em função de suas localizações estratégicas, próximas e com acesso facilitado a partir dos grandes centros do País como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, e dispendo de condições naturais apropriadas podem usufruir com vantagens dessa situação.

Na região da Zona da Mata Mineira se destacam-se os parques:

- Parque Nacional do Caparaó, localizado a 370 quilômetros de Belo Horizonte o grande destaque é a região do Pico da Bandeira (2.890m) na Serra do Caparaó, destaque para as belas paisagens da região e da Mata Atlântica.

- Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, situa-se entre as microrregiões de Viçosa, Muriaé e Ponte Nova. Dista da capital a 330 Km. Será melhor abordado no próximo capítulo.

- Parque Estadual do Ibitipoca, está localizado no município de Lima Duarte, próximo a Juiz de Fora. Com uma área de 1488 hectares e uma altitude média de 1700m, a região é constituída por um conjunto de elevações com inúmeros vales, grutas e diversas formações rochosas. Com uma rica fauna e flora, muitas de suas espécies estão em extinção.

Existem potencialidades nos vários segmentos do turismo na região, embora subaproveitados até o momento por falta de iniciativas conjuntas do governo estadual, dos diversos municípios, dos empresários locais e da própria sociedade da Zona da Mata.

Como características regionais, destaca-se a concentração espacial das atividades produtivas e a grande heterogeneidade dos indicadores econômicos e sociais entre as microrregiões. Registra-se também uma considerável disparidade interna em termos de infra-estrutura e de condições urbanas.

A microrregião de Juiz de Fora comanda a dimensão econômica, que sozinha, responde por praticamente metade do Produto Interno Bruto e por quase 60% do PIB industrial (BMDG, 2000).

Em segundo plano, apresentam-se as microrregiões de Muriaé, Cataguases e Ubá, que, somadas à microrregião de Juiz de Fora, respondem por quase 80% do PIB regional e por 87% de seu PIB industrial.

As demais microrregiões - Ponte Nova, Viçosa e Manhuaçu – representam pouco mais de 20% do PIB regional, além de apresentarem indicadores de qualidade de vida e de PIB por habitantes bastante baixos, comparáveis com as áreas mais pobres do Estado.

De maneira geral, a Zona da Mata mineira pode ser caracterizada como uma região subaproveitada, em termos de suas potencialidades e empobrecida nas áreas que experimentaram lento crescimento econômico por um longo período, tais como: infra-estrutura, condições urbanas, indústria e outros.

### 3.2. A Microrregião de Viçosa

A denominada Microrregião da Mata de Viçosa, microrregião número 61, localiza-se no Centro-norte da Mesorregião da Zona da Mata. É formada por um conjunto de 20 municípios (Tabela 3), considerando Viçosa como o principal eixo econômico local devido principalmente à presença da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

É importante destacar a função educacional desempenhada pela UFV. Observa-se um processo dinâmico de divulgação de técnicas modernas relacionadas às atividades agropecuárias, visando influenciar os padrões de consumo e o nível de produtividade.

Alto Rio Doce	Canaã	Paula Cândido	Rio Espera
Amparo do Serra	Cipotânea	Pedra do Anta	São Miguel do Anta
Araponga	Coimbra	Piranga	Senhora de Oliveira
Brás Pires	Ervália	Porto Firme	Teixeiras
Cajurí	Lamim	Presidente Bernardes	Viçosa

Fonte: IBGE. Microrregiões Geográficas. 1991.

**Tabela 3:** Municípios da Microrregião de Viçosa

A aglutinação dos municípios integrantes da região da Mata de Viçosa apresenta características geoeconômicas similares, isto é, topografia, recursos naturais e tipo de agricultura entre outros.

A microrregião apresenta diversificação agrícola com os cultivos de arroz, feijão, batata e frutas, com atenção para as culturas de café e milho. A pecuária leiteira e a avicultura industrial apresentam uma produção expressiva, abastecendo a microrregião e os municípios de Belo Horizonte e Juiz de Fora.

Com uma população de 204,2 mil habitantes e IDH variando de 0,522 a 0,741 (Mapa 2), a microrregião de Viçosa é a que apresenta o mais baixo valor médio do PIB por habitante na região: R\$ 1.602, ou seja, 56,4% da média da Zona da Mata. Treze municípios convivem com PIB por habitante abaixo da metade da média da Região (R\$ 1.420), dos quais seis situando-se na faixa de R\$ 960 e R\$ 540, tendo sido o valor mínimo observado em toda a Zona da Mata. (BDMG, 2000).

Excetuando o município pólo, os demais são de pequeno porte, sendo que apenas Piranga (17,5 mil), Ervália (15,8 mil) e Teixeiras (11 mil) situam-se na faixa de mais de 10 mil habitantes.

Trata-se de uma microrregião sem vocação industrial, com base produtiva assentada na agropecuária, gerando 14,1% do PIB deste setor dentro da Região, na produção vegetal tradicional.

A atividade de prestação de serviços, com 56,7% do PIB microrregional, (Tabela 4) é a atividade mais importante internamente, destacando a Universidade Federal de Viçosa com cursos regulares, pesquisa e extensão agropecuária, que é responsável pela absorção de parcela relevante do funcionalismo público na Região. (BDMG, 2000).

Parte da microrregião da Zona da Mata de Viçosa é denominada pela Secretaria de Turismo de Minas Gerais – SETUR (2004), como *Circuito das Serras de Minas*, agregando apenas os municípios de Araçuaia, Canaã, Paula Cândido, Viçosa e Teixeiras, sendo os demais municípios parte de outros circuitos turísticos.

## Microrregião da Zona da Mata de Viçosa - IDH Municipal, 2000



Edição: Luiz Henrique Pereira

**Mapa 2:** Microrregião de Viçosa – IDH Municipal 2000

Especificação	Unidade	1985		1997	
		Valores	Participação na Região (em %)	Valores	Participação na Região (em %)
Municípios	Número	20	15,5	20	14,1
Área	Km <sup>2</sup>	4.840	13,5	4.840	13,5
População	Hab.	189.039	10,9	204.281	10,6
Densidade Demográfica	Hab/Km <sup>2</sup>	39,0	--	42,2	--
PIB Agropecuário	R\$ milhões	67,4	11,7	92,2	14,1
PIB Industrial	R\$ milhões	12,2	1,1	53,1	3,2
PIB Serviços	R\$ milhões	150,8	5,8	197,1	5,7
PIB Total	R\$ milhões	230,4	5,3	342,4	6,1

Fonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

**Tabela 4:** Indicadores Básicos Microrregião de Viçosa 1985 e 1997.

Todos os municípios são identificados por uma topografia bastante irregular: domínio do Planalto e Serras do Atlântico Leste-Sudeste, (ROSS 1998), e tradicionalmente caracterizados pela produção cafeeira, sua principal atividade econômica.

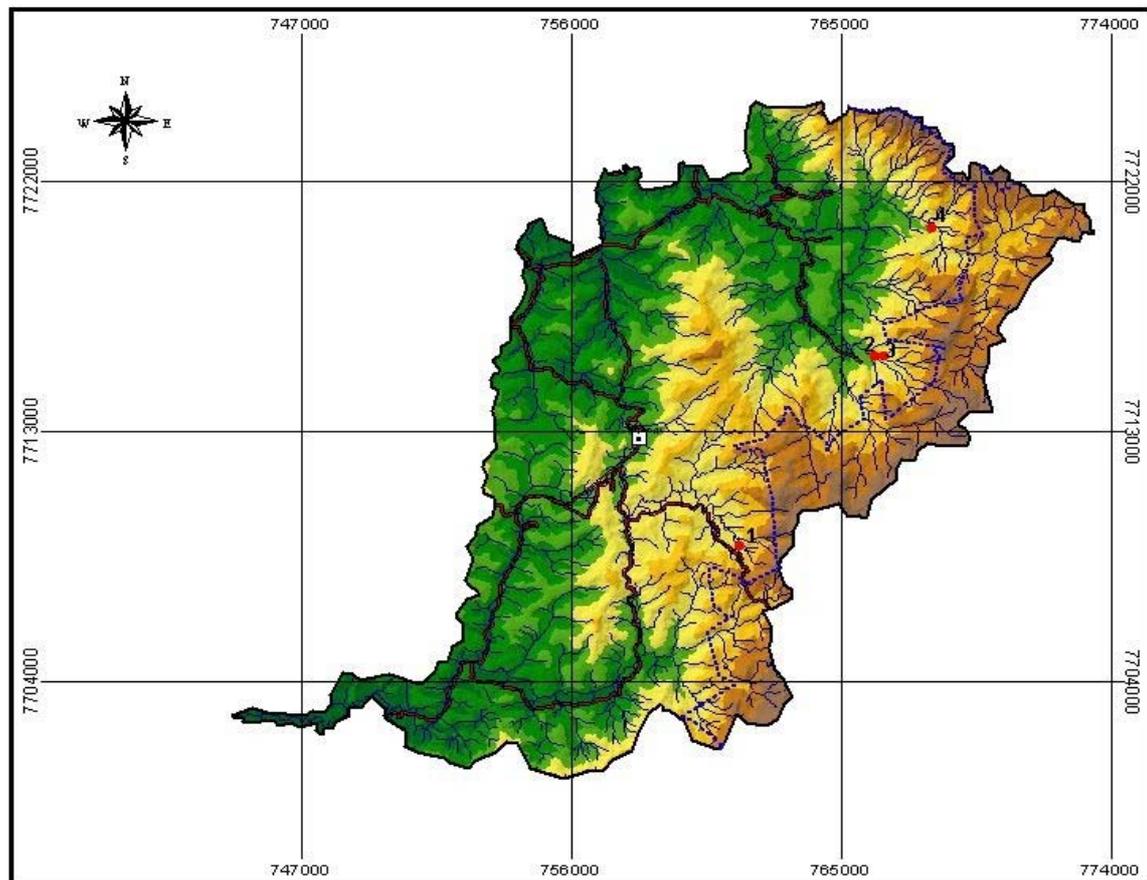
Entre os municípios que integram o Circuito das Serras de Minas, Araponga é o que possui o maior potencial turístico da região e também, a maior diversidade de atrativos turísticos inseridos no espaço rural, sendo portanto, o município que melhor se caracteriza com o objetivo da pesquisa.

### 3.3. O Município de Araponga

#### 3.3.1. Localização Geográfica

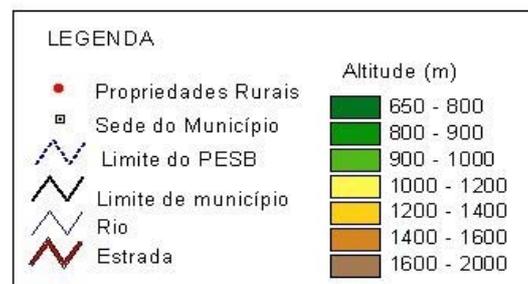
Localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, o município de Araponga (mapas 3 e 4) é parte integrante da Microrregião de Viçosa, segundo o IBGE (2000) microrregião número 61. Com uma área de 305,3 Km<sup>2</sup>, limita-se com os municípios de Canaã, Ervália,

## MUNICÍPIO DE ARAPONGA - MG



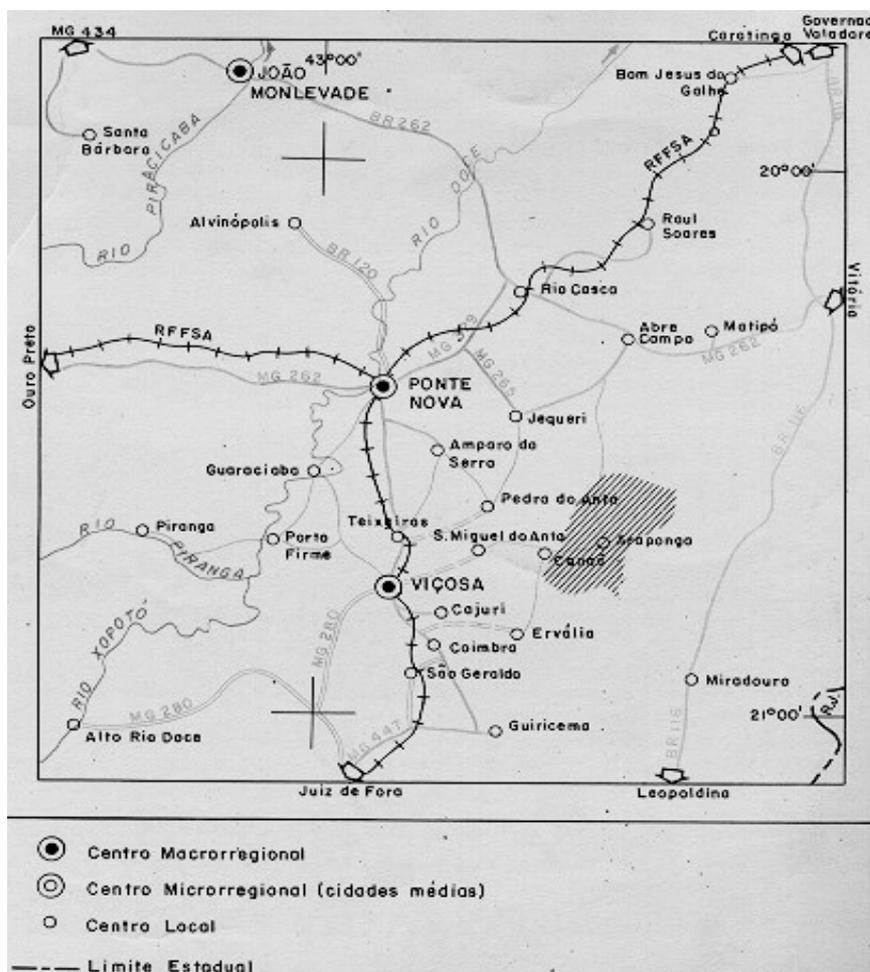
Escala 1:200 000  
 3 0 3 6 Km

Fonte: IBGE.  
 Folhas:  
 São Miguel do Anta, SF 23-X-B-V-2;  
 Fervedouro, SF 23-X-B-VI-1;  
 Ervália, SF 23-X-B-V-4 e  
 Miradouro, SF 23-X-B-VI-3



Mapa 3: Município de Araponga

Fervedouro, Jequeri, Miradouro, Pedra Bonita e Sericita.



Escala.1: 2.000.000

Fonte: IGA -1982

#### Mapa 4: Localização do Município de Araponga

A sede municipal encontra-se a  $20^{\circ}40'00''$  de latitude sul e  $42^{\circ}31'14''$  de longitude oeste<sup>9</sup>, e encontra-se distante da capital a 283 km, de São Paulo a 705 km, do Rio de Janeiro a 410 km e de Brasília a 1005 km. Possui apenas um distrito, Estevão de Araújo, também conhecido como São Bento, localizado a 7 km da sede municipal.

<sup>9</sup> Fonte: Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Instituto de Geociências Aplicadas. Relações de áreas municipais e distritos; coordenadas geográficas, altitudes de declinação magnéticas para a sede dos 853 municípios e dos 732 distritos existentes no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: IGA, 2002.

### 3.3.2. Histórico

Com o nome primitivo de São Miguel e Almas dos Arrepiados (nome este dado em função dos primeiros habitantes indígenas que ocupavam a região), o atual município de Araponga surgiu no ciclo do ouro, por volta de 1781, quando o então governador de Minas Gerais D. Rodrigo José Menezes, visitou a região distribuindo sesmarias e áreas de mineração.

Com o esgotamento do veio aurífero o povoado entra em uma fase de decadência conjuntamente com toda a região. A população local passa a dedicar-se a agricultura de subsistência.

Em 1826, o vilarejo é elevado à condição de freguesia desmembrada de Furquim (hoje distrito de Ouro Preto), possibilitando a elevação da capela local, a condição de matriz, gerando uma pequena agregação populacional em torno da igreja. A criação do distrito de Araponga aconteceu em 1857 através da lei n. 821, de 09 de julho.

Até 1871 pertenceu a jurisdição de Visconde do Rio Branco e Ubá, sendo incorporada ao município de Viçosa. Por força da lei n. 3387 de 10 de julho de 1886 seu nome é alterado para São Miguel do Araponga, simplificada posteriormente em 1938 para Araponga, quando seu território passou a pertencer ao recém criado município de Ervália.

A elevação do distrito à condição de município ocorre em 30 de dezembro de 1962, através da lei n. 2764, que conserva a denominação Araponga, que é do pássaro também chamado ferreiro, porque seu grito estridente soa como martelar de ferro na bigorna.

### 3.3.3 Clima

O clima araponguense apresenta verões brandos e invernos fortes. Segundo a classificação climática de Köppen, destaca-se o subtipo Cwb com características mesotérmico úmido. Predomina o clima tropical de altitude, marcado por chuvas de verão e inverno seco.

A média da precipitação pluviométrica anual é em torno de 1.500mm. O período seco dura de dois a três meses e coincide com os meses mais frios (junho a agosto). A

temperatura média anual é de 15°C, que devido à altitude chega a ser registrada temperatura inferior a 0°C na região serrana.

### **3.3.4. Geologia e Relevo**

Geologicamente, o município de Araponga é constituído por dois grupos principais. Na parte oeste ocorre gnaisses e granitos bastante metamorfizados, charnoquitos e rochas ígneas em diques, veios de quartzo e pegmatitos, pertencentes ao Grupo Paraíba (pré-cambriano inferior). Ao leste, destacam-se rochas do Grupo Juiz de Fora, com predominância de charnoquitos e rochas de facies granulíticas de metamorfismo (IGA, 1982).

Morfoestruturalmente, Araponga é parte da Serra da Mantiqueira, encontrando-se situada no domínio das escarpas e dos maciços modelados em rochas do complexo cristalino. Seu relevo é constituído por três regiões distintas.

A primeira localiza nas porções sul, sudeste, leste e nordeste do município, onde predomina um relevo escarpado, recebendo denominações regionais de Serra do Boné, Serra do Brigadeiro, das Cabeças ou da Araponga, entre outras. Nessas áreas serranas são freqüentes os afloramentos rochosos, destacando-se pães-de-açúcar, paredões rochosos e frontões modelados. Predomina vertentes abruptas, com declividades superiores a 50%, longas e ravinadas. (Foto 1)



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 1:** Região Serrana do Estouro.

Ocorre também nessa região superfícies regulares com topografia suavizada formando bacias de acumulação de sedimentos.

A segunda região corresponde à parte central do município. O relevo mostra-se bastante diversificado apresentando alternâncias entre serras e planaltos, características de uma zona de contato. Predominam declividades médias (entre 12 a 50%) e a altitude relativa (diferença entre o ponto mais elevado e o mais baixo) desta região é aproximadamente de 400m.

Localizada na parte oeste do município, a terceira e última região é delimitada a grosso modo pela micro-bacia do Ribeirão Félix. Nesta área as altitudes são menos acentuadas, tanto nos topos (900 a 1300m) quanto nos vales (700 a 800m). Apesar de apresentar relevo bastante acidentado, a região é formada essencialmente por colinas policonvexas, caracterizadas por vertentes alongadas formando esporões esculpidos por inúmeras cabeceiras de nascentes de pequenas drenagens (IGA, 1982).

O ponto mais elevado do município de Araponga é o Pico do Soares (1985m) e está localizado na Serra do Boné, e a menor altitude é registrada na várzea do Rio Santana (620m), apresentando, portanto, uma amplitude relativa de 1365m. No entanto, o pico mais famoso e visitado é o Pico do Boné (Foto 2), com 1870m.



Foto: Flavio Macedo

**Foto 2:** Pico do Boné em Araponga

A sede municipal localiza-se a cerca de 1000m de altitude, no sopé da Serra do Cruzeiro, ocupando parte das várzeas do Ribeirão Félix e do Córrego Santo Antônio.

### **3.3.5. Solos**

Para o IGA (1982), os solos que ocorrem no município são resultado do intenso processo intempérico químico-biótico, sob influência de um clima tropical úmido e da cobertura vegetal outrora densa. Os solos mais profundos correspondem geralmente aos desenvolvidos nas baixas vertentes e nas porções mais planas do relevo.

Em áreas de várzeas predominam solos aluviais de cor escura, geralmente férteis, porém subutilizados pela agricultura. Já os solos que ocorrem nas pequenas bacias das regiões serranas são amplamente aproveitados pelas culturas agrícolas de subsistência. Nas vertentes predominam latossolos vermelho-amarelos (LV), cambissolo (C) e litossolos (R) com afloramentos de rocha, caracterizados pela baixa fertilidade.

Ocorre ainda na porção oeste do município solos tipo latossolos vermelho-escuro distróficos (LEd) associados aos kinzigitos, em faixas paralelas a serra. Em cotas mais baixas, com relevo forte ondulado, ocorre o latossolos vermelho-amarelo álico (LVa), que foi formado por migmatito.

Segundo Gjorup (1998), as análises químicas realizadas não mostraram diferenças significativas entre estes solos, afirmando também que diversos agricultores relataram que não ocorre diferença de desenvolvimento das culturas.

### **3.3.6. Vegetação**

O município de Araponga fitogeograficamente está inserido numa região de floresta estacional semidecidual, sendo associada ao clima de duas estações, uma chuvosa e outra seca, o que determina uma estacionalidade foliar dos elementos arbóreos dominantes.

De acordo com Gjorup (1998), a porcentagem de árvores caducifólias, no conjunto florestal e não das espécies que perdem folhas individualmente, deve situar-se em torno de 20 a 50% na época seca. Nestas áreas, os ambientes da floresta estacional semidecidual ocorrem sob clima tropical de altitude, com cerca de 60 dias secos por ano.

A vegetação original experimentou um intenso processo de desmatamento, ficando restrita, basicamente, às áreas íngremes e algumas cabeceiras de drenagem. Encontrando-se também, formas degradadas dessa cobertura no estágio de mata secundária, capoeira e capoeirinhas em alguns topos de morro e em bases de afloramentos rochosos.

A vegetação remanescente é de floresta secundária, e em algumas áreas de difícil acesso permanecem pequenos fragmentos de mata primária. Em áreas acima de 1600m e com litossolo e cambissolo ocorre o refúgio ecológico altimontano que é denominado de campo de altitude. A passagem de campos de altitude para a vegetação florestal ocorre de forma abrupta, fato que também é observado nas características pedológicas entre as áreas ocupadas por estas coberturas vegetais.

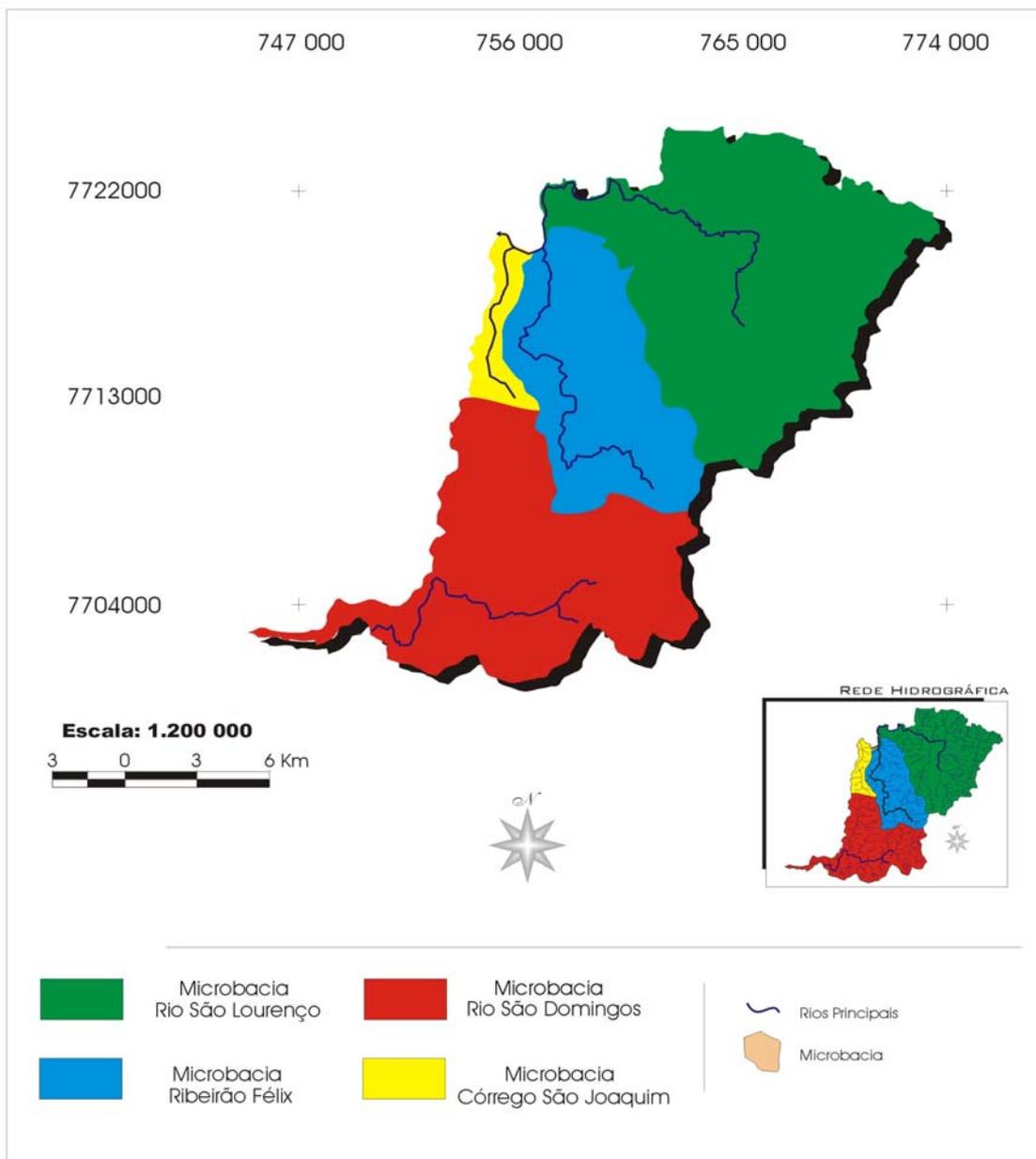
### 3.3.7 Hidrografia

O município possui uma rede de drenagem relativamente densa (Mapa 5). Os rios são em geral, muito encaixados e a maioria tem suas nascentes na Serra da Mantiqueira atravessando o interior do município. É nítido o controle estrutural sobre a direção geral da rede de drenagem, predominando direções N-S, SE-NW e SW-NE.

Todos os cursos d'água fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Doce e são tributários da sub-bacia do Rio Casca. Dois rios principais comandam a drenagem local, o rio São Lourenço, localizado na parte centro-norte, e o rio São Domingos na parte sul, afluente direto do Rio Casca.

No total, além dos dois rios principais são cinco ribeirões e trinta e dois córregos responsáveis pela hidrografia local. Destaca-se ainda o Rio Casca que nasce na Serra do Pai Inácio, município de Ervália e deságua no Rio Doce, além do Córrego do Félix que nasce na Serra das Cabeças e deságua no Rio Santana que também deságua do Rio Casca e é o principal curso de abastecimento de água potável da cidade de Araponga.

## Microbacias do Município de Araponga - MG



Edição: Luiz Henrique Pereira

Fonte: IBGE e DES/UFV – 2004.

**Mapa 5:** Microbacias do Município de Araponga

### 3.3.8. Demografia

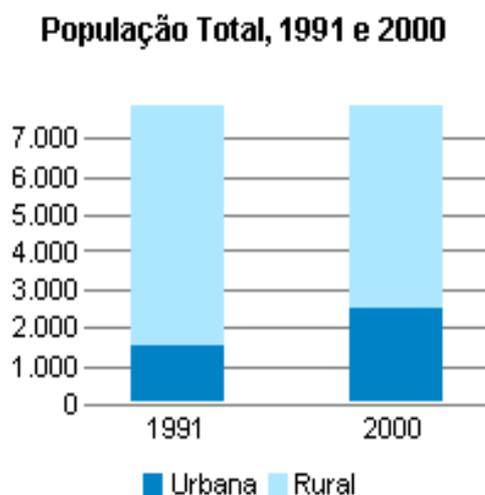
Segundo os dados do Censo de 2000, residiam no município, 7.916 pessoas (Tabela 5), sendo 4.088 pessoas do sexo masculino e 3828 do sexo feminino. Deste total, 2.541 residiam na zona urbana e 5.375 na zona rural. Essa distribuição da população, com mais de 65% encontrando-se na zona rural, relaciona-se ao fato de a atividade econômica mais forte ser a agricultura.

POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, 1991 E 2000		
	1991	2000
<b>População Total</b>	<b>7.874</b>	<b>7.916</b>
Urbana	1.631	2.541
Rural	6.243	5.375
Taxa de Urbanização	20,71%	32,10%

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2000.

**Tabela 5:** População por situação de domicílio

No período 1991-2000 (Gráfico 1), a população de Araçuaia teve uma taxa média de crescimento anual de 0,06%, passando de 7.874 em 1991 para 7.916 em 2000. A taxa de urbanização cresceu 54,97, passando de 20,71% em 1991 para 32,10% em 2000. Em 2000, a população do município representava 0,04% da população do Estado, e 0,00% da população do País.



Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2000.

**Gráfico 1:** População total de Araçuaia

Quanto à estrutura etária, na tabela 6, observa-se uma redução do número de pessoas com menos de 15 anos no município e um pequeno crescimento no número de adultos e idosos. Essa situação reflete uma tendência nacional.

<b>ESTRUTURA ETÁRIA, 1991 E 2000</b>		
	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Menos de 15 anos	<b>3.265</b>	<b>2.666</b>
15 a 64 anos	<b>4.264</b>	<b>4.823</b>
65 anos e mais	<b>345</b>	<b>427</b>
Razão de Dependência	<b>84,7%</b>	<b>64,1%</b>

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2000.

**Tabela 6:** Estrutura etária

No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil (Tabela 7) do município diminuiu 28,14%, passando de 39,94 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 28,70 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 5,47 anos, passando de 64,52 anos em 1991 para 69,99 anos em 2000.

<b>INDICADORES DE LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE, 1991 E 2000</b>		
	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	<b>39,9</b>	<b>28,7</b>
Esperança de vida ao nascer (anos)	<b>64,5</b>	<b>70,0</b>
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	<b>4,4</b>	<b>3,3</b>

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2000.

**Tabela 7:** Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade

No quesito do IDH municipal, (Tabela 8), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Araponga cresceu 19,67%, passando de 0,549 em 1991 para 0,657 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 49,1%, seguida pela Longevidade, com 28,1% e pela Renda, com 22,8%. Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 23,9.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Araponga é 0,657. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Araponga apresenta uma situação ruim: ocupa a 3643ª posição, sendo que 3642 municípios (66,1%) estão em situação melhor e 1864 municípios (33,9%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Araponga apresenta uma situação ruim: ocupa a 718ª posição, sendo que 717 municípios (84,1%) estão em situação melhor e 135 municípios (15,9%) estão em situação pior ou igual (MINAS GERAIS / FJP, 2003).

	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	<b>0,549</b>	<b>0,657</b>
Educação	<b>0,525</b>	<b>0,684</b>
Longevidade	<b>0,659</b>	<b>0,750</b>
Renda	<b>0,462</b>	<b>0,536</b>

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2000.

**Tabela 8:** IDH de Araponga

A densidade demográfica de Araponga era de 21,6 habitantes por quilômetro quadrado em 1980, passando para 25,91 de acordo com os dados da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em 2000 e pouco inferior à densidade do Estado (30,5 hab/km<sup>2</sup>). Embora a população total de Araponga tenha crescido entre os últimos anos, verifica-se que esse aumento foi muito pequeno.

Desde sua emancipação política ocorrida em 1962, a população do município continua tendo uma predominância rural. Essa situação se caracteriza pela forte vocação agrícola do município e pelo fraco processo de urbanização local, revelando ser um dos poucos municípios da região a não apresentar decréscimo da população rural na última década.

### **3.3.9. Educação**

Segundo ASSIS (2003), a rede escolar é composta por duas escolas estaduais (uma

na sede do município e outra no distrito de Estevão de Araújo) e onze escolas municipais, sendo dez estabelecimentos de ensino fundamental e um pré-escolar.

As escolas de ensino fundamental pertencentes ao município estão todas localizadas na zona rural e contam apenas com as quatro primeiras séries. As demais séries são realizadas na escola estadual localizada na sede, sendo esta, a única que oferece também o ensino médio.

O município é desprovido de ensino superior. As famílias de maior posse enviam seus filhos para completar seus estudos na Universidade Federal de Viçosa, distante a 45 Km ou em Juiz de Fora e Belo Horizonte. Segundo a Fundação João Pinheiro, o percentual da população de 18 a 24 anos com acesso ao curso superior em 2000, varia entre 0,05 e 0,5 e entre a população com mais de 25 anos, (variável entre 0,07 e 0,22) é menos significativo.

O nível educacional da população (Tabela 9) tem alcançado significativas melhoras, principalmente entre os jovens. A taxa de analfabetismo sofreu redução em todas as faixas etárias, ampliando a percentagem de frequência escolar no ano de 2000.

<b>NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO JOVEM, 1991 E 2000</b>								
<b>Faixa etária (anos)</b>	<b>Taxa de analfabetismo</b>		<b>% com menos de 4 anos de estudo</b>		<b>% com menos de 8 anos de estudo</b>		<b>% freqüentando a escola</b>	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 10	39,2	7,3	--	--	--	--	62,0	89,6
10 a 14	23,1	2,2	80,1	55,8	--	--	56,5	86,2
15 a 17	22,4	5,3	53,8	22,8	97,1	77,4	17,4	45,1
18 a 24	22,9	11,6	54,0	40,0	89,0	81,6	--	--

- = Não se aplica

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2000.

**Tabela 9:** Nível educacional da população jovem

Quanto ao nível educacional da população adulta (Tabela 10), percebe-se uma redução na taxa de analfabetismo dos últimos anos, aumentando a média de anos de estudo da população; porém, esses números ainda são significativos quando comparados com outros municípios da microrregião e do estado, levando-se em consideração que a maioria da população local reside no espaço rural e as políticas públicas de educação não surtem efeitos.

<b>NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO ADULTA (25 ANOS OU MAIS), 1991 E 2000</b>		
	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Taxa de analfabetismo	<b>50,4</b>	<b>33,9</b>
% com menos de 4 anos de estudo	<b>76,4</b>	<b>66,2</b>
% com menos de 8 anos de estudo	<b>93,4</b>	<b>91,0</b>
Média de anos de estudo	<b>2,0</b>	<b>2,8</b>

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2000.

**Tabela 10:** Nível educacional da população adulta

### **3.3.10. Agropecuária e estrutura fundiária**

A atividade econômica mais tradicional de Araponga está relacionada com a agricultura, (Tabela 11) principalmente o cultivo do café, que desde o início do século passado representa a principal forma de ocupação do solo.

Entretanto, após a crise dos anos 30, antigos cafezais foram erradicados gradativamente, cedendo lugar à pastagem. Percebe-se, no entanto, que nos últimos anos da década passada, esse produto vem reconquistando seu espaço aumentando novas áreas de plantio.

As novas lavouras cafeeiras distribuem-se geralmente pelas terras mais altas e estão sendo plantadas dentro de técnicas mais modernas. A recuperação da cafeicultura no município pode ser confirmada pelo valor da produção desse produto, atualmente ocupando o primeiro lugar em arrecadação municipal.

Ao lado do café porém, com técnicas mais tradicionais, as lavouras de milho, feijão e arroz, que ocupam principalmente as áreas de várzeas, terraços e meia vertentes, também representam importante papel na produção agrícola do município.

As áreas de pastagem ocupam mais da metade da superfície dos estabelecimentos agropecuários do município e abrigam um considerável rebanho bovino. Caracterizado pela topografia acidentada, as pastagens apresentam-se fracas, contribuindo para que a maioria do rebanho esteja voltada para a pecuária de corte.

**PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE ARAPONGA - 2002**

PRODUTO	ARAPONGA		
	ÁREA COLHIDA	QUANTIDADE PRODUZIDA	RENDIMENTOS
	hectares	Tonelada	Kg/ha
<b>LAVOURA PERMANENTE</b>			
<b>Café</b>	2.730	2.375	869,96
<b>Banana (2)</b>	14	329	23.500,00
<b>Laranja (1)</b>	46	345	7.500,00
<b>LAVOURA TEMPORÁRIA</b>			
<b>Arroz em casca sequeiro</b>	180	180	1.000,00
<b>Arroz em casca várzea úmida</b>	10	20	2.000,00
<b>Cana-de-açúcar</b>	130	2.002	15.400,00
<b>Feijão (1a. safra)</b>	400	200	500,00
<b>Feijão (2a. safra)</b>	90	35	389,89
<b>Mandioca</b>	20	320	16.000,00
<b>Milho</b>	320	800	2.500,00
<b>EFETIVO DA PECUÁRIA</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE CABEÇAS</b>		
<b>Bovinos</b>	10.804		
<b>Suínos</b>	2.336		
<b>Aves</b>	28.326		
<b>Coelhos</b>	28		
<b>Eqüinos</b>	626		
<b>Muare</b>	34		
<b>Caprinos</b>	360		
<b>Ovinos</b>	143		

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal 2002. Rio de Janeiro: IBGE,2002.  
Elaborado por Leomar Tiradenes.

Legenda – (1) Produção em mil frutos e rendimento em frutos/ha  
(2) Produção em mil cachos e rendimento em cachos/há

**Tabela 11:** Produção agropecuária de Araponga

Já a pecuária leiteira vem apresentando um crescimento lento, sem apresentar, contudo, grandes melhorias relacionadas com a qualidade dos rebanhos. Observa-se no município que a falta de estradas ou mesmo sua conservação e a ausência de cooperativa no município tornam mais difícil uma expansão rápida do setor.

Em relação à estrutura fundiária, observa-se (Tabela 12) que predomina no município as pequenas propriedades, entre 5 e 50 hectares, as quais constituem mais da metade das propriedades rurais.

### ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE ARAPONGA

HECTARES (ha)	TOTAL DE PROPRIEDADES (Em %)	ÁREA TOTAL (Em %)
< 50	84,49	27,23
50 -500	14,83	46,07
> 500	0,68	26,7
TOTAL	100	100

Fonte: IGA, 1982.

**Tabela 12:** Estrutura fundiária

As propriedades com áreas inferiores a 5 ha, ocorrem em maior proporção no lado oriental do município. A presença de propriedades de tamanho intermediário ocorrem em menor número, porém, ocupam a maior área do município, predominando a atividade da pecuária. Por outro lado, as grandes propriedades representam 0,68% e ocupam 26,7 de sua área.

Numericamente é a pequena propriedade a mais importante na malha fundiária do município, mas as propriedades médias também exercem destacado papel na produção agropecuária, especialmente quando se verifica que representam quase metade da área das propriedades rurais de Araponga.

A distribuição de terras em Araponga é bastante desigual; observa-se um significativo contraste entre pequenos e grandes proprietários. Nas pequenas propriedades a exploração da terra é feita de forma direta na quase totalidade dos estabelecimentos, o que explica o elevado percentual de participação da mão-de-obra familiar.

Gjorup (1988) utiliza uma tipologia própria para caracterizar os pequenos produtores que trabalham em Araponga, identificando:

a) O pequeno proprietário, dono de terras de até 50 hectares, trabalha com a família e eventualmente contrata alguns poucos diaristas. É comum no município a troca de dia de serviço entre os pequenos proprietários e até o arrendamento de uma parte da propriedade para determinados plantios.

b) O pequeno proprietário / parceiro, que possui uma área insuficiente para o sustento da família, complementa as suas necessidades arrendando uma área de outro proprietário.

c) O parceiro, que é aquele que possui apenas a casa e um pequeno quintal, tirando seu sustento do arrendamento de uma área, geralmente de médios ou grandes proprietários.

d) O assalariado, possui apenas a casa na zona rural ou na periferia da cidade. Tem emprego assalariado, nem sempre com carteira assinada, não apenas na agricultura, mas também faz serviços de pedreiro, doméstica, diarista e outros.

Segundo esse autor, a diferença mais marcante entre os tipos acima citados refere-se ao grau de autonomia em relação à produção.

Em Araponga, o sistema de parceria assume formas diversas, porém, sempre acordadas verbalmente. Quando é realizada entre pequenos proprietários, o grau de autonomia do parceiro é maior, sendo igualmente divididos os custos dos insumos e também a colheita.

Na parceria com médios e grandes proprietários, a área disponível é quase sempre no meio dos cafezais já estabelecidos ou em áreas de novos cafezais em formação, variando bastante as relações entre os parceiros. A condução da lavoura é responsabilidade do parceiro.

Em relação ao uso da terra em Araponga, outra questão importante é a identificação de uma forte tendência de crescimento das pastagens plantadas. Este procedimento, adotado por muitos médios e grandes proprietários, se dá em razão das crises do café, que muitas vezes favorecem o arrendamento de uma área, como forma mais barata para formar o seu pasto.

### **3.3.11. Estrutura urbana**

O sítio urbano de Araponga ocupa a baixa encosta da Serra do Cruzeiro (Mapa 6) junto ao Ribeirão do Félix e seu afluente, o Córrego Santo Antônio.

A estrutura urbana é pouco diferenciada dos padrões mineiros, caracterizados pela presença de uma igreja na praça principal e a partir desse núcleo central, surgem os traçados urbanos de forma espontânea.





Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 3:** Expansão urbana em Araponga (a direta)

Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços distribuem-se entre as residências, verifica-se porém, uma relativa concentração dos mesmos nas proximidades da Igreja Matriz de São Miguel. Nas Ruas São Geraldo e Benedito Valadares, as mais movimentadas da cidade, encontram-se os principais órgãos públicos e a única agência bancária da cidade.

Bastante acanhado, o comércio local apresenta uma estrutura simples e pouco especializado. Trata-se de um comércio de âmbito restrito aos moradores do município; a maioria da população prefere realizar suas compras no comércio de Viçosa, que apresenta-se mais dinâmico e mais especializado.

A cidade não possui hotel, existindo apenas uma pequena pensão, que também funciona como restaurante. Possuindo ainda um outro pequeno restaurante na saída para Estevão de Araújo e uma pequena pizzaria organizada na própria casa do proprietário.

O lazer da população urbana se restringe aos bares e a uma alimentação rápida (pit-dog), a alguma atividade na igreja, ou mesmo uma volta pela praça. Nos finais de semana, são comuns visitas às cachoeiras e às propriedades rurais de familiares. A cidade possui ainda um estádio de futebol e um ginásio poliesportivo inaugurado em junho de 2002.

No que se refere às comunicações, a cidade é desfavorecida, possuindo apenas uma concessionária para telefone fixo e nenhuma para telefonia móvel. Não possui emissoras de rádio local, as frequências ouvidas pela comunidade são da cidade de Viçosa e de outros municípios. A comunicação escrita também não se faz presente; os jornais locais (Folha da Mata e Tribuna Livre) são editados em Viçosa e distribuídos para toda a microrregião numa periodicidade semanal.

Em relação aos serviços básicos em 2000, o abastecimento de água e esgoto segundo a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), é uma concessão da Prefeitura Municipal. O Ribeirão do Félix é o principal fornecedor de água potável para a cidade e também o principal coletor de efluentes. Existe projeto para a construção de uma estação de tratamento de esgoto. 70,1% das moradias possuem água encanada, 74,8% possuem energia elétrica e 82,9 das residências urbanas possuem coleta de lixo (MINAS GERAIS. ALMG, 2004).

Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento no Brasil, no ano de 2000, os bens de consumo como as geladeiras, existiam em 35,6% das moradias; os televisores em 52,9%; telefones em 4,0% e os computadores em apenas 0,7% dessas residências.

A cidade possui um mini-hospital com três leitos; contanto com uma enfermeira, uma bioquímica e quatro médicos que atendem a casos de caráter geral e preventivo, casos mais complexos são encaminhados aos hospitais de Viçosa, que mantêm conjuntamente com outras prefeituras da microrregião um consórcio de saúde. Existe também na cidade três dentistas (ASSIS, 2003).

A cidade também conta com uma Brigada Municipal de Combate aos Incêndios Florestais, já que 40% de seu território está incluído no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), e também um Centro de Informações Ambientais, construídas a partir de convênios entre o Ministério do Meio Ambiente e a Prefeitura Municipal, que tem como objetivo fornecer informações sobre como proceder dentro do parque e também sobre seus variados aspectos. (Foto 4)



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 4:** Sede da Brigada de Incêndios e Centro de Informações Ambientais

### 3.3.12. Recursos Naturais

Essa questão está ligada diretamente à característica que o município de Araponga vem assumindo nos últimos anos, principalmente no item de preservação ambiental, verificado após criação do PESB e da instalação da Brigada de incêndio e do Centro de Informações Ambientais.

Existe uma forte dependência dos agricultores em relação à mata nativa, principalmente residentes próximos às serras. Da mata são extraídos diversos produtos como lenha, madeira para construção, produtos para remédio e outros.

De acordo com Gjorup (1998), os agricultores locais não têm condições de substituir em curto prazo os recursos necessários para sua sobrevivência. Existe um patrimônio cultural muito grande a partir do conhecimento popular, do uso das espécies, sejam elas arbóreas ou herbáceas.

Segundo esse mesmo autor, nas regiões onde a pressão sobre a terra é maior, existe pequena presença de elementos arbóreas e é difícil a obtenção de madeira ou lenha. Em regiões de ocupação mais recente ou de grandes altitudes, estes problemas não aparecem. Entretanto, esta prática extrativa vem sofrendo sérias pressões da Polícia Florestal, causando conflitos locais.

Há uma preocupação por parte dos agricultores com a conservação da mata, seja para continuar a explorar os recursos necessários a sua sobrevivência, ou seja, para a manutenção das águas e de animais silvestres. Nem sempre a capacidade de renovação é maior que a pressão sobre esses remanescentes resultando em degradação.

A degradação mais comum é a diminuição da diversidade dos fragmentos de mata em razão do sucessivo corte dos exemplares mais procurados, permanecendo somente as espécies com pouco valor para os agricultores. Vale destacar que nem sempre são procuradas as espécies de melhor valor comercial, uma vez que estes agricultores não realizam corte para a comercialização e sim para o consumo próprio.

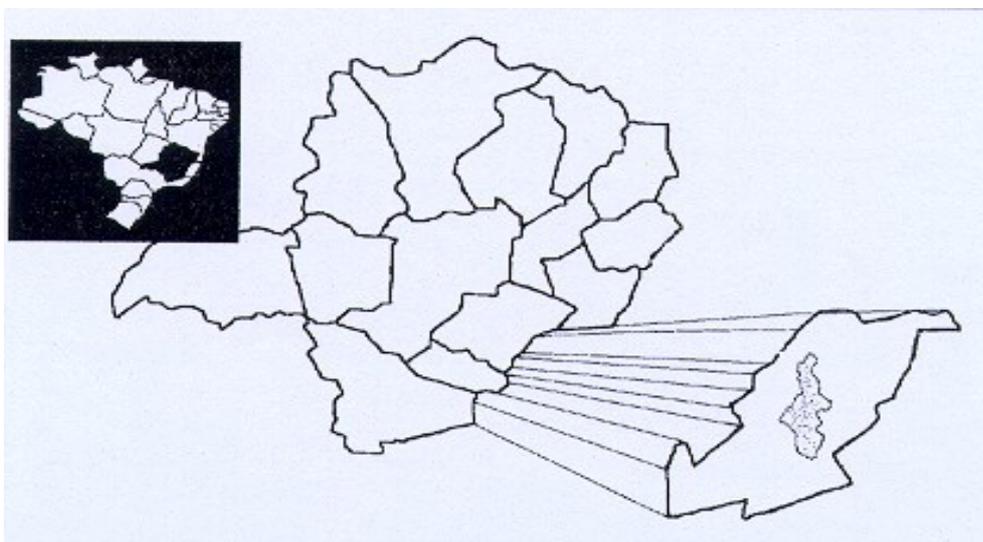
A divisão de propriedades e o empobrecimento dos solos também podem ser apontados como fatores de pressão sobre os remanescentes. Quando isto ocorre, os agricultores, mesmo que tenham consciência da preservação, realizam corte das áreas de mata, para poderem plantar culturas anuais para a subsistência.

## 4. O PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO

### 4.1. Localização

Localizado na Zona da mata Mineira, (Mapa 7) com uma área de 13.210 hectares o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) foi criado pelo Decreto n. 38.319 de 27 de junho de 1996 e possui uma área total de 32.021 Km<sup>2</sup>, correspondendo ao bioma Mata Atlântica.

A idéia da criação de um parque na região começa a tomar formas a partir de 1976, quando professores do Centro Mineiro para a Conservação da Natureza (CMCN-UFV) elaboram propostas e sugestões para a criação do parque, devido principalmente a intensa exploração de uma extensa área de mata, grande parte primária, pela empresa Belgo-Mineira para fazer carvão que era utilizado em suas siderúrgicas.



Sem escala.

**Mapa 7:** Localização do PESB em Minas e na Zona da Mata Mineira

Em julho de 1994 é realizada a caracterização do meio físico pela empresa de consultoria ENGEVIX; no mesmo ano, em outubro, é lançada a proposta de limite do PESB e seu zoneamento (Mapa 8); em julho de 1995 é realizada a demarcação dos limites do parque pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto de Geociências Aplicadas (IGA) e outros, e um ano depois é oficializado a sua criação.



**ZONA PRIMITIVA**

Esta categoria e suas partes do Parque se referem ao Sítio do Morro da Moura e de "Trança de Brigadeiro", no Sítio do Pico da Serra, o Sítio do Alto e a parte leste do Sítio, no Sítio das Cabeças da Urubidã, e "Córrego do Onça" e incluindo o Sítio do Pico da Moura, toda a parte leste do Sítio "Morro do Onça" até o Sítio do Pico da Moura, Sítio para observação de pássaros das montanhas e sítios de Pico da Moura.

Todas as atividades são proibidas, exceto as necessárias para a manutenção do Parque.

Se for necessário, as atividades são permitidas para o Sítio do Morro da Moura e o Sítio das Cabeças da Urubidã, desde que sejam autorizadas pelo Conselho de Administração do Parque.

Supervisão com as rotas abertas por caminhos naturais e/ou trilhas em uso (Trilha da Moura / Trilha da Urubidã / Trilha do Onça / Sítio do Alto / Sítio das Cabeças da Urubidã / Sítio do Pico da Moura).

**ZONA DE USO INTENSIVO**

São as áreas dentro do Parque, destinadas ao uso recreativo e turístico, onde se encontram as trilhas, trilhas, trilhas e trilhas.

As atividades são permitidas, desde que sejam autorizadas pelo Conselho de Administração do Parque.

Localidade	Atividade	Carga máxima por dia	Obs
Pico da Moura	Turismo recreativo	15 pessoas	São permitidas as trilhas para o Sítio do Morro da Moura e o Sítio das Cabeças da Urubidã.
Serra das Cabeças	Turismo recreativo e observação em trilhas	30 pessoas - Lanche recreativo 05 pessoas - observação em trilhas	A observação em trilhas é permitida, desde que seja autorizada pelo Conselho de Administração do Parque.
Serra do Onça	Turismo recreativo e observação em trilhas	30 pessoas - Lanche recreativo 05 pessoas - observação em trilhas	A observação em trilhas é permitida, desde que seja autorizada pelo Conselho de Administração do Parque.

**ZONA DE USO INTENSIVO**

Localizadas em áreas de mata secundária, são as áreas de uso recreativo e turístico, onde se encontram as trilhas, trilhas, trilhas e trilhas.

As atividades são permitidas, desde que sejam autorizadas pelo Conselho de Administração do Parque.

Localidade	Carga máxima (p/ dia)	Obs
Pico da Moura	30 pessoas	
Córrego do Onça	30 pessoas	Barra em trilhas desativadas
Serra das Cabeças	30 pessoas	Barra em trilhas desativadas
Córrego Serra Nova	30 pessoas	Barra em trilhas desativadas
Trilha da Moura	30 pessoas	
Trilha do Onça	30 pessoas	
Trilha da Moura	30 pessoas	
Pico da Moura	30 pessoas	

**ZONA DE USO ESPECIAL**

Localizadas em áreas de mata secundária, são as áreas de uso recreativo e turístico, onde se encontram as trilhas, trilhas, trilhas e trilhas.

As atividades são permitidas, desde que sejam autorizadas pelo Conselho de Administração do Parque.

Localidade	Carga máxima (p/ dia)	Obs
Pico da Moura	30 pessoas	
Córrego do Onça	30 pessoas	Barra em trilhas desativadas
Serra das Cabeças	30 pessoas	Barra em trilhas desativadas
Córrego Serra Nova	30 pessoas	Barra em trilhas desativadas
Trilha da Moura	30 pessoas	
Trilha do Onça	30 pessoas	
Trilha da Moura	30 pessoas	
Pico da Moura	30 pessoas	



Mapa 8: Áreas de zoneamento do PESB, Pontos turísticos e limites das APAs

Fonte: Simpósio 2000.

O parque possui 156 Km de perímetro entre os meridianos de 42 graus, 40 minutos e 20 segundos a oeste e os paralelos 20 graus 33 minutos e 21 graus e 33 minutos sul. A maior área (Tabela 13) da Serra do Brigadeiro encontra-se dentro do município de Araponga com 41,04% e a menor dentro do município de Divino com 0,73%. (Assis, 2003).

<b>MUNICIPIOS</b>	<b>ÁREA NO MUNICIPIO (HECTARES)</b>	<b>PARTICIPAÇÃO (%)</b>
<b>Araponga</b>	5.420	41,04
<b>Divino</b>	97	0,73
<b>Fervedouro</b>	3.525	26,68
<b>Miradouro</b>	1.628	12,32
<b>Ervália</b>	1.158	8,77
<b>Sericita</b>	691	5,23
<b>Muriaé</b>	319	2,41
<b>Pedra Bonita</b>	372	2,82
<b>TOTAL</b>	<b>13.210</b>	<b>100</b>

Fonte: ASSIS, 2003.

**Tabela 13:** Porcentagem da área do PESB nos municípios que o compõe

#### 4.2. O Quadro Natural

Do ponto de vista natural ou físico, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro é o divisor das Bacias do Rio Doce, possuindo 24 cursos d'água e da Bacia do Rio Paraíba do Sul com 26 cursos. Devido às diversas características naturais do Parque - vegetação, relevo de serra composto por sucessivas cristas e vales encaixados e estreitos - os cursos proporcionam o surgimento de várias cabeceiras e cachoeiras, que abastecem os tributários das bacias hidrográficas da região.

Sua vegetação é caracterizada como floresta estacional semidecidual submontana com a presença de campos de altitude e áreas de transição. O Parque possui 65% de sua superfície coberta por florestas, sendo: mata nativa 40%, mata secundária 25%, campos de altitude 10% e áreas em recuperação 25%. Ocorre na região a presença de algumas espécies representativas da floresta original tais como o ipê preto, o jequitibá branco, a copaíba, a peroba rosa, o palmito jussara entre outros.

Com relação à fauna o PESB apresenta uma diversidade elevada devido à cobertura florestal existente. Estão presentes algumas espécies consideradas em extinção como: onça-pintada, tamanduá-mirim, jaguatirica, papagaio do peito roxo, pica-pau rei e outros. São 38 espécies de mamíferos não voadores, 07 de voadores, 276 espécies de aves, 30 espécies de anfíbios e outras espécies ainda em estudos preliminares de identificação, como: catitu, paca, quati, gato-do-mato-pequeno e répteis (FEIO, 2000).

O clima se caracteriza como mesotérmico, com temperatura média anual de 18°C. A média do mês mais quente é inferior a 23°C e a do mês mais frio inferior a 10°C. Essas médias anuais de temperatura são fortemente influenciadas pelo relevo e por sua altitude que amenizam as temperaturas locais criando um microclima tipicamente serrano nas áreas mais elevadas, onde se pode notar a presença, em quase todo o ano, de neblinas cobrindo o cume das serras (Foto 5). Em noites mais frias do inverno a temperatura beira 0°C.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 5:** Neblina em área serrana da localidade de Estouros

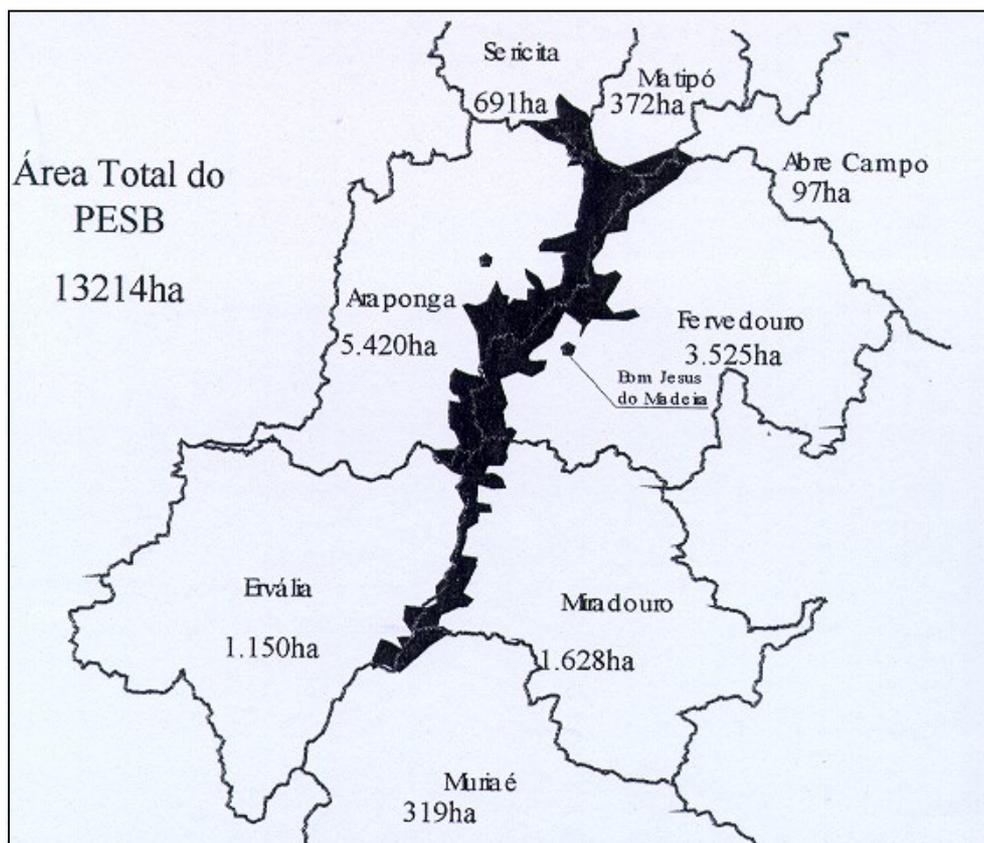
A precipitação média anual varia em torno de 1.300mm, sendo caracterizado por um período bastante chuvoso durante os meses de novembro a março, que é o período de verão, e por um período seco entre abril e outubro.

### **4.3. A ocupação do PESB**

De acordo com Mello (2002), a ocupação humana na área ocorreu de forma distinta nas vertentes ocidental e oriental na Serra do Brigadeiro. Até meados do século XIX, a parte ocidental era ocupada apenas por índios botocudos e purís. A partir dessa época começa a se formar uma população de negros refugiados, em razão da proximidade com a estrada real que levava o precioso metal de Ouro Preto para o Rio de Janeiro, mas não se tem notícias da formação de quilombos na região.

A descoberta de ouro na região por volta de 1781 deu origem ao povoado que se tornaria o município de Araponga, tornando-se o caminho natural entre as Serras do Caparaó e do Brigadeiro, favorecendo o acesso de exploradores vindos de Juiz de Fora em direção as regiões de Ouro Preto, Caraça e Alto Rio Doce.

Segundo Ferreira Neto (2000), a área do Parque abrange 54 comunidades distribuídas por oito municípios (Mapa 9). Vivem nessa região aproximadamente 14.000 habitantes, ou 1900 famílias, sendo que o número de famílias por comunidade varia entre 15 e 60 ou 225 pessoas em média. Araponga e Fervedouro são os municípios que possuem o maior número de comunidades em torno do parque.



Sem Escala.

**Mapa 9:** Municípios Formadores do PESB

#### 4.4. A estrutura fundiária e sistema produtivo

Existe na área da Serra do Brigadeiro uma concentração de estabelecimentos rurais. Aproximadamente 92% das propriedades possuem menos de 50 hectares (Tabela 14), caracterizando a região como uma das que possuem maior concentração de pequenas propriedades quando comparadas a Zona da Mata como um todo, com 90,2% dos estabelecimentos neste estrato. As maiores propriedades encontram-se localizadas geralmente em áreas mais baixas onde o relevo é menos acidentado, restando às pequenas propriedades as áreas mais íngremes próximas à divisa com o Parque.

TAMANHO DAS PROPRIEDADES (Em hectares)	TOTAL DE PROPRIEDADES (Em porcentagem)
Menor que 20	65
Entre 20 e 50	27
Entre 50 e 100	5
Maior que 100	3

Fonte: Adaptado do Simpósio Contribuições para elaboração do Plano de Manejo integrado e participativo do PESB e Entorno, 2000.

**Tabela 14:** Estrutura fundiária no entorno do PESB

É comum na região o uso de terras em parceria, principalmente nas lavouras de café, envolvendo famílias que não têm nenhuma posse de terra, quanto famílias que detêm lotes insuficientes para as suas necessidades. Entretanto, observa-se uma redução das áreas para plantio em parceria com as grandes propriedades, que passaram a destinar suas terras cada vez mais para pastagens; ocorrendo em várias comunidades um processo de minifundização destas áreas marginais (MELLO, 2002).

Os sistemas de produção local estão baseados principalmente na cafeicultura, com mais de um milhão de pés de café; na pecuária e também na produção de milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar e pequenos animais para o autoconsumo familiar. Vale ressaltar que o principal problema identificado nos sistemas de produção é o esgotamento dos solos que são utilizados intensamente para a produção de café consorciado com milho, feijão ou arroz de sequeiro. Após o esgotamento do solo, as áreas de cultura são transformadas em pastagens de baixa produtividade.

Conforme citado, o café é a principal fonte de receitas para os agricultores, no entanto, a descapitalização destes os obriga a vender a produção logo após a colheita, época em que os preços do mercado estão baixos, causando rendas menores aos produtores. A forte dependência local em relação ao café bem como a falta de outras opções de renda tem provocado em períodos ou anos de preço baixo do café, uma redução no desenvolvimento da região e, como consequência, a migração dos moradores para outras cidades (FERREIRA NETO, 2000).

Outro aspecto a se destacar é o isolamento de muitas comunidades, esse isolamento produz uma série de dificuldades que contribui para o fraco desenvolvimento socioeconômico local. Essas dificuldades são resultantes em grande parte da falta de infraestrutura; as estradas são de difícil acesso e mal conservadas; muitas comunidades ainda

não possuem energia elétrica; o serviço público de saúde só funciona nos postos de saúde da sede municipal; as escolas rurais só funcionam até a quarta série, após esse período as crianças são obrigadas a se deslocar para os distritos ou cidades, o que contribui ainda mais para a evasão escolar, e por último, falta de assistência técnica nas propriedades entre outros.

Observa-se na região que ocorre uma organização social de pequenos agricultores; essas organizações estão vinculadas à ação da igreja, como as Comunidades Eclesiais de Base (CBE's), a Pastoral da Juventude Rural e Pastoral da Criança. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) também se fazem presente e são as expressões políticas destes agricultores, atuando na maior parte das comunidades locais. Na maioria dos municípios que compõem o Parque existem associações de pequenos produtores que fazem compra conjunta, beneficiam ou comercializam seus produtos.

Em relação ao uso do Parque, a maioria das famílias dos pequenos agricultores, das comunidades ou proprietários vizinhos, utilizam tanto as reservas florestais como os recursos naturais. Dentro da área do Parque como nas reservas das propriedades, denominadas de capoeiras, são extraídos produtos importantes para a sobrevivência familiar como: lenha, mourão, palmito, estacas, cabo de ferramentas, madeira para construção rural e dezenas de espécies de plantas de uso medicinal. A água local é utilizada para fins domésticos, tanques de peixes, usinas de energia, moinhos e engenhos. É comum na região a caça de animais principalmente de pássaros para a comercialização.

Na questão do turismo, algumas comunidades têm expectativas de melhoras, principalmente as que já recebem um certo fluxo de visitantes oriundos principalmente de outros centros urbanos da própria região. Como afirma Ferreira Neto (2000), por um lado esperam ter com o turismo uma atividade geradora de renda, por outro têm receio dos impactos que possam ocorrer. Já existem algumas iniciativas de exploração do turismo no entorno do Parque, tanto em iniciativas individuais de moradores da região ou vindos de outras regiões, como iniciativas institucionais, como é o caso do projeto PRÓ-RENDA envolvendo EMATER, IBAMA e outros no município de Fervedouro, que desenvolve o planejamento da atividade turística no distrito do Madeira.

#### 4.5. As parcerias e zoneamento da área

Segundo Mello (2002), inúmeras instituições – Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental (CECO) de Carangola - MG, Instituto Estadual de Floresta (IEF) e ONGs como o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) em Viçosa e Amigos de Iracambi de Rosário da Limeira - vêm realizando atividades de educação ambiental na região, tanto na educação formal (escolas) como na informal (comunidades).

Pode-se afirmar que esse é um aspecto importante para a conservação dos recursos naturais do Parque e de seu entorno. No entanto, percebe-se principalmente nas escolas do entorno, que há uma abordagem tímida sobre as questões ambientais locais; existindo uma generalizada falta de informação sobre o Parque e pouco conhecimento de como tratar a questão ambiental com os alunos e, principalmente, de como estabelecer uma ponte entre a escola e a comunidade para a discussão de problemas ambientais e suas possíveis soluções.

Atualmente existe algumas ações propostas por várias instituições que tratam a questão da educação ambiental no entorno do Parque e muitas vezes agindo com o mesmo público. Entretanto, não existe uma articulação institucional para a construção de uma proposta político-pedagógico para as mesmas.

Percebe-se também que nem todos os municípios que compõem o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro estão inseridos plenamente no conjunto de discussões sobre o parque, Sericita, Pedra Bonita e Ervália têm ficado fora das iniciativas institucionais. E isso não ocorre somente no que diz respeito à educação ambiental, mas em todas as outras frentes de ação.

Segundo Assis (2003), outras iniciativas que estão sendo tomadas são as criações de áreas de proteção ambiental (APA) e reservas particulares do patrimônio natural (RPPN), no entorno do parque, que funcionariam como uma espécie de área tampão, objetivando:

- preservar e conservar a biodiversidade e as belezas cênicas local;
- trabalhar o desenvolvimento do entorno junto a comunidades residentes na sua área, de forma a garantir a sua permanência no meio rural;

- incentivar o turismo ecológico, criando opções de renda a diversas famílias, através da conservação dos recursos naturais fora da área do parque; e,
- reduzir a pressão sobre a área.

Já foram criadas duas APA's, uma em Araponga e outra em Fervedouro, estando em andamento a criação de seis RPPN's.

Segundo João C. L de Oliveira<sup>10</sup>, em apresentação no Simpósio: Contribuições para Elaboração do Plano de Manejo Integrado e Participativo do PESB e Entorno, na UFV em 2000, apesar de o parque não estar aberto à visitação pública, já são desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Turismo - o Parque recebe escaladores de rochas e turistas esporádicos, principalmente alunos da UFV e de cidades vizinhas que procuram por cachoeiras do entorno da Unidade e pelo Pico do Boné, seu principal atrativo.
- b) Pesquisa - a equipe do PESB sugere áreas e pesquisas prioritárias para a Unidade, identificando algumas regiões ainda inexploradas no tocante a pesquisas científicas ou acompanhando e participando de trabalhos de pesquisas de várias instituições.
- c) Educação Ambiental - trabalho desenvolvido com escolas do entorno do Parque e realização de cursos de reciclagem em educação ambiental para os professores.
- d) Fiscalização - Atividade intensificada principalmente no inverno, época mais seca, devido ao perigo de incêndios florestais. Outro problema enfrentado pela equipe do Parque é o combate à caça, a retirada da madeira e outras espécies vegetais e a captura de pássaros.
- e) Intercâmbio - apoio técnico às Prefeituras e comunidade, principalmente na criação de unidades de conservação, APA's e RPPN's.
- f) Situação Fundiária – Apoio ao serviço de agrimensura do IEF, na medição de áreas a serem desapropriadas e indenizadas, quando da instalação do Parque.

As existências dessas atividades foram facilitadas porque o Parque, já possui um Pré-Zoneamento anteriormente a sua criação, estabelecendo sete áreas ou zonas, com a definição de atividades específicas, passíveis de serem desenvolvidas em cada uma destas áreas, favorecendo a atuação dos administradores. São caracterizadas da seguinte maneira:

---

<sup>10</sup> Especialista em Administração e Manejo de Unidades de Conservação e Gerente do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro em 2000.

-Zona Primitiva - é a principal área destinada à pesquisa dos fatores bióticos e abióticos e também a menor área do Parque. São permitidas atividades de educação ambiental desde que compartilhada pela equipe do PESB. As principais localidades são: Serra do Matipozinho, Fazenda do Brigadeiro, Chapada das Antas a parte baixa do Boné, a Fazenda da Grama e toda a parte abaixo dessa, com exceção do Pico do Itajurú.

-Zona de Uso Extensivo – são áreas em que serão desenvolvidas pesquisas, atividades de educação ambiental e o turismo acompanhado. Destaques para o Pico do Soares, Serra das Cabeças e Serras da Grama, onde pode ser realizado turismo contemplativo e escalada em rocha, com carga máxima por atrativo de 15 a 30 turistas e 4 pessoas na escalada.

-Zona de Uso Intensivo – é a área para o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental e incentivo ao turismo em áreas já muito visitadas pelo público (Tabela 15).

<b>LOCALIDADE</b>	<b>CARGA MAXIMA POR ATRATIVO</b>
Pico do Boné	20 Pessoas
Córrego da Grama	20 Pessoas
Rio Preto	20 Pessoas
Córrego Serra Nova	10 Pessoas
Trilha da Serrinha	20 Pessoas
Trilha do Carvão	30 Pessoas
Trilha Nova	10 Pessoas
Pico do Itajurú	30 Pessoas

Fonte :SIMPÓSIO [sobre] Contribuições para Elaboração do Plano de Manejo Integrado e Participativo do PESB e Entorno. UFV, 2000.

**Tabela 15:** Zona de uso intensivo de algumas localidades turísticas

De acordo com Oliveira, gerente do parque citado anteriormente, as principais potencialidades turísticas do PESB são:

O complexo da sede; a Serra das Cabeças; o Pico do Boné; a Pedra do Campestre; a Capela de Antônio Martins; a Trilha do Carvão; a Trilha Nova; a Trilha da Serrinha e Córrego Serra Nova; o Rio Preto; o Pico do Itajurú; a Pedra Branca e o Pico do Soares.

Já no seu entorno, destaca as seguintes potencialidades turísticas: a Cachoeira de São Domingos; a Pedra Redonda; a Cachoeira da Laje, o Remanso, a Cachoeira do Pio ou da Grama; a Cachoeira do Adão ou dos Moreiras e a Pedra Riscada.

-Zona Histórico-Cultural - área para visitação pública e desenvolvimento de atividades religiosas, onde se localiza a Capela Antônio Martins, construída em 1908 na Serra da Grama.

-Zona de Recuperação - área em estudos para a implantação de camping, também na área da Serra da Grama.

-Zona de Uso Especial - abrange a área destinada à administração do Parque, localizado na parte norte da Unidade, lado ocidental, no município de Araponga.

-Zona de Proteção - são as áreas limitadas pelas APA's municipais do entorno do Parque, sendo que apenas Araponga e Fervedouro já estão criadas.

Em termo de infra-estrutura que compreende as edificações necessárias ao seu funcionamento, o Parque conta atualmente com uma casa que vem sendo reformada para ser a sua sede na Fazenda da Neblina e um posto para a Polícia Florestal, já reformado e em condições de uso. Possui também uma casa (antiga sede) na Fazenda do Brigadeiro que está cedida em forma de comodato com uma ONG responsável por pesquisa sobre uma espécie de primata na região. Operam no parque apenas seis funcionários.

Com relação à questão dos usos e potencialidades, alguns fatores potenciais, positivos e negativos, podem melhor compreender o PESB, recorreremos à Tabela 16, como a melhor maneira de identificá-los. Vale ressaltar que não é nosso objetivo neste capítulo propor sugestões de ação para o desenvolvimento da Unidade, mas apenas demonstrar que, como quase todas as unidades de conservação do Brasil, essa também enfrenta uma série de dificuldades.

Em resumo, podemos afirmar que o PESB possui belezas naturais e culturais que o torna um lugar em potencial a ser observado, analisado e preservado. A presença de uma fauna e flora ricas em biodiversidade, de uma topografia ímpar, de uma paisagem privilegiada, pode propiciar um novo filão econômico para as já deprimidas áreas socioeconômicas da região, podendo resultar em sérios impactos ambientais se não for bem planejado.

<b>USOS E POTENCIALIDADES DO PESB</b>			
<b>FATORES POTENCIAIS</b>		<b>FATORES RESTRITIVOS</b>	
Recursos Naturais	Posição geográfica	Infra-estrutura	Falta infra-estrutura
	Riqueza de recursos naturais		Fiscalização insuficiente
	Usos diversos dos recursos hídricos		Mão-de-obra escassa (por êxodo e falta de oportunidade)
	Belezas naturais		Falta de segurança
Turismo	Dificuldade no controle de entrada dos turistas		
Exploração Sustentável	Ecoturismo	Aspectos Operacionais	Legislações
	Turismo Rural / agroturismo		Falta de capacitação
	Geração de empregos (direto e indireto)		Falta de recursos financeiros
	Atividades artesanais	Aspectos Comunitários	Influência cultural negativa
	Plantas medicinais		Favorecimento de parcelas da população pela administração municipal
Exploração dos recursos naturais (manejo / uso)	Pouco conhecimento das comunidades sobre as atrações do parque		
Sistema de Produção	Proposta agroecológicas	Sistema de Produção	Restrição de uso de componentes florestais
	Reflorestamento (entorno)		Uso de agrotóxicos
	Produção agrícola		Deficiência na organização para comercialização
	Agroindústria		Desconhecimento do mercado regional
Aspectos Comunitários	Riqueza da cultura local e das tradições		Outros
	Trilhas (comunidade)	Fragilidade de ecossistemas	
	Comunidades organizadas	Falta de integração interinstitucional	
Outros	Parcerias	Outros	Ausência de programas de educação ambiental
	Uso científico		
	Educação ambiental		

Fonte: Elaborado por Leomar Tiradentes, baseado no: SIMPÓSIO [sobre] Contribuições para Elaboração do Plano de Manejo Integrado e Participativo do PESB e Entorno. UFV, 2000.

**Tabela 16:** Uso e potencialidades do PESB

O PESB é um parque muito recente, faltando ainda, uma série de obras de infraestrutura e um trabalho mais consistente e estruturado de educação ambiental, bem como um amplo plano de manejo. A inauguração de sua nova sede tem gerado perspectivas de melhorias na região principalmente por parte de proprietários rurais; com essa inauguração

o asfalto deve chegar até as “portas” do Parque e com ele o aumento do fluxo turístico, o que exercerá uma maior pressão sobre o mesmo, dessa maneira, faz-se necessário repensar qual papel o parque deve assumir.

Mas independentemente de qual atividade os gestores do Parque aderirem, um fato não pode ser esquecido, que é a presença da comunidade, e que ambos podem e devem trabalhar juntos num trabalho amplo de colaboração e cooperação, num diálogo permanente entre os envolvidos, buscando garantir a conservação da natureza e ao mesmo tempo o desenvolvimento da região.

## **5. AS PROPRIEDADES RURAIS DO ESTUDO**

### **5.1. O turismo no espaço rural de Araçuaia - MG**

Objetivando melhor compreender o fenômeno turístico nas propriedades rurais, identificamos inicialmente as funções turísticas que possuíam essas propriedades. Das cinco propriedades iniciais, uma ainda está em construção, portanto ainda não recebe turistas, tendo sido, pois, descartada por não atender nosso objeto de estudo que são as propriedades rurais que já exercem algum tipo de atividade turística.

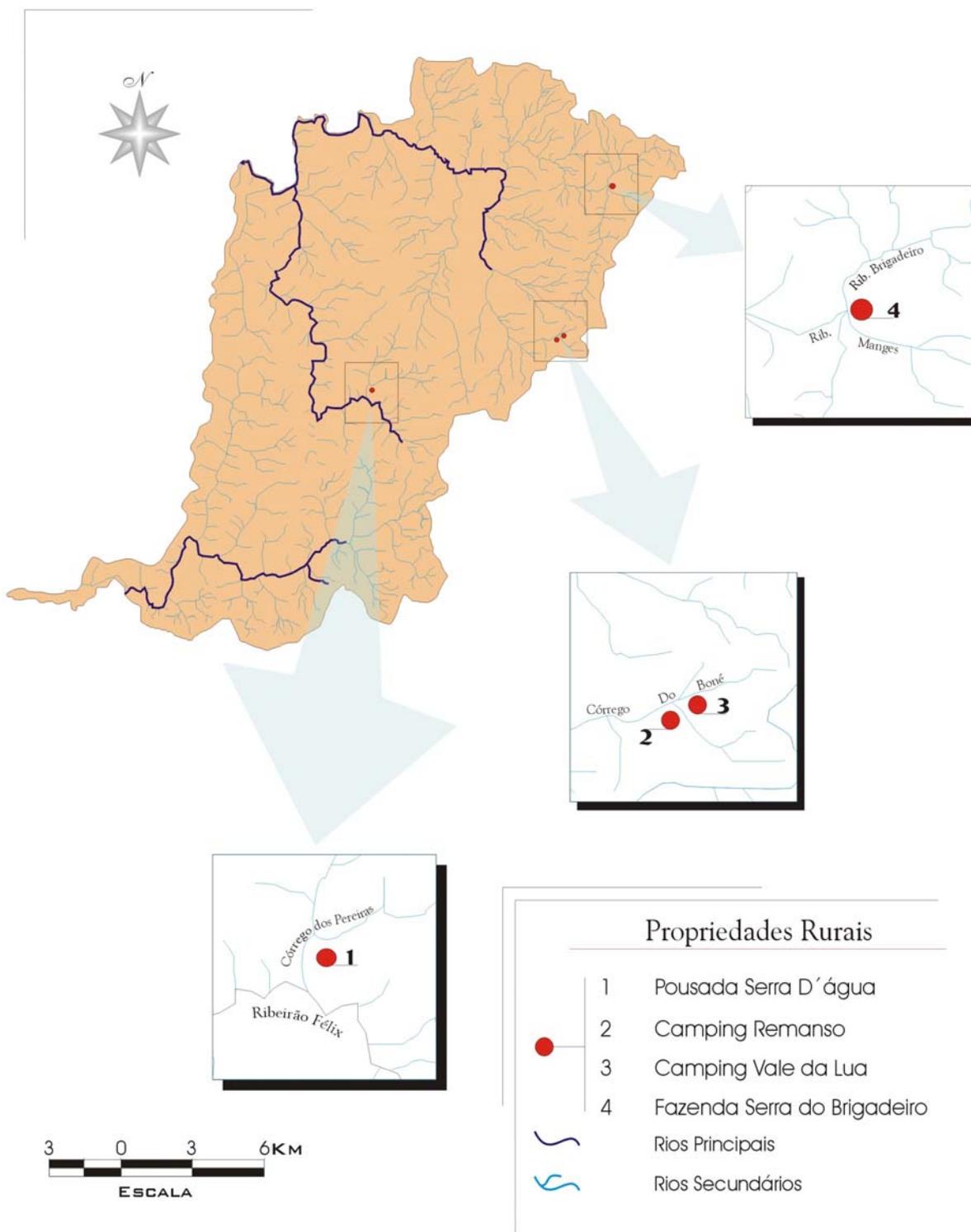
Conforme citamos anteriormente, das quatro propriedades restantes, (Mapa 10) duas se caracterizam como área de camping e estão localizadas na mesma região rural, denominada de Estouros, tendo como principal atrativo o Pico e o Córrego do Boné. Nessas propriedades a atividade turística tem se mostrado restrita, não se caracterizando como uma fonte de recursos significativos.

Localizada a apenas seis quilômetros da sede do município, a terceira propriedade se caracteriza por ser uma pousada rural e mantém-se exclusivamente da prática turística, substituindo aos poucos sua antiga produção cafeeira e tornando a mesma uma atividade de subsistência.

A quarta e última propriedade é a mais longínqua e a de pior acesso. Ela se transformou numa estação experimental em parceria com da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e seu objetivo maior é estudar o ecossistema da Mata Atlântica. Assim, esta propriedade não recebe turistas em massa, apenas pesquisadores ou pequenos grupos agendados previamente.

A seguir é descrita cada uma das propriedades que visitamos:

## Localização das Propriedades Rurais



Edição: Luiz Henrique Pereira

**Mapa 10:** Localização das propriedades rurais

## 5.2. CAMPING REMANSO

A região é de difícil acesso e está localizada a mais de 13 Km da sede do Município. O local é de uma beleza cênica admirável estando o camping localizado numa área rural denominada de Estouro.

Para se chegar até a propriedade, o turista precisa ‘adivinhar’ qual é o trajeto, devido principalmente à falta de placas de sinalização.

O camping é margeado pela Serra do Boné e próximo ao Pico do Boné, um dos atrativos turísticos da região e que permanece a maior parte do tempo encoberto pelas nuvens. De seus contrafortes nasce o Córrego do Boné que é o principal curso d’água do local, porém, nota-se a presença de vários filetes e nascentes de água que abastece o córrego ao longo do ano.

Esse córrego se caracteriza por ser bastante encachoeirado; sua extensão total é de seis quilômetros e apresenta ao longo do seu curso, várias rochas, marmitas e pequenos trechos de remanso. Esse fenômeno natural (Foto 6), resultou no nome oficial do camping, sendo o local preferido para banhos e natação dos visitantes.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 6:** Remanso no Córrego do Boné

Dentro da área do camping, a extensão do córrego é pequena, sendo margeada ora pela mata nativa por áreas de gramíneas, sendo estas, o local mais aproveitado para a montagem de barracas, não existindo um local pré-estabelecido para essa montagem, porém, o camping possui poucas áreas planas devido a elevada declividade do terreno.

Em seu leito o córrego forma uma pequena ilha caracterizada pela presença de blocos rochosos, tipo matacão, que na maioria das vezes serve como local de preparação da comida dos acampados e como objeto de apoio e guarda de alimentos. O acesso a essa pequena ilha é feito a pé, já que em alguns trechos não passa de um pequeno regato.

Na ilha foi instalado pelo proprietário um tambor (Foto 7) que é utilizado como lixo e recolhido esporadicamente pelo proprietário. Existe também outros tambores espalhados pelo camping, alguns foram comprados e três foram doados pela prefeitura.

Não existe coleta desse lixo feito pela prefeitura, devido principalmente às péssimas condições das estradas. O tratamento dado ao lixo é a incineração, o que é vidro é descartado em um buraco construído para esse fim. Não existe coleta seletiva desse lixo.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 7:** coletor de lixo no Camping Remanso

No camping não existe banheiro ou sanitários; as necessidades de higiene pessoal são realizadas no mato ou os visitantes usam o do barzinho. Antigamente usava o próprio banheiro da casa sede localizada a vários metros morro acima. Existe até projetos na planta para a construção dos banheiros próximos ao córrego, mas o proprietário alega que

não tem autorização do IEF para a construção dos referidos banheiros, apesar de ter feito essa solicitação ao órgão.

Mais a montante existe uma cachoeira (Foto 8) que também é uma atração, porém, já não pertence a área do camping, estando na divisa com outra propriedade que também trabalha com acampamento. Em torno da propriedade é possível realizar escaladas.

Para se chegar até a propriedade, o turista precisa “adivinhar” qual é o roteiro, devido principalmente a falta de placas de sinalização.

Segundo o proprietário, sua propriedade possui mais ou menos cento e cinquenta hectares e a principal fonte de renda é o café. Não ocorre a presença de outros cultivos com fins comerciais, há apenas algumas culturas para a própria subsistência da família, assim como a rebanho bovino.

A fazenda sobrevive do café e da criação extensiva de gado. São mais ou menos setenta cabeças. Após a colheita do café o proprietário e seus familiares passam a cuidar mais ostensivamente da propriedade, como por exemplo: plantio do milho ou feijão e roçar um pasto.

Na propriedade também se produz leite, mas o proprietário tem dificuldade para entregá-lo, porque a linha de entrega do leite fica longe; realizando no próprio local o consumo desse produto e seus derivados, distribuindo de vez em quando, leite para quem precisa na vizinhança. A venda do gado e do café é negociada na cidade e o comprador busca na própria fazenda.

O solo para o cultivo segundo o proprietário é muito bom, apontando que determinadas áreas nem são adubadas de um ano para outro. O destino da produção de café da propriedade é decidido em Araponga. Há mais de vinte anos que ele vende café para uma firma da cidade.

A propriedade possui cento e vinte hectares com café e pasto e mais uns trinta hectares de mato. Na verdade, são quatro escrituras, onde cada uma possui um pedaço de mata, em que são extraídas madeiras ou subprodutos para o consumo da propriedade como lenha e mourões para arrumar uma cerca.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 8:** Cachoeira do Córrego do Boné

Não existe auxílio nem do CONAF nem da prefeitura, com linhas de crédito ou outros benefícios para as propriedades envolvidas com o turismo. Para o proprietário existem somente promessas eleitoreiras.

Agricultura e pecuária está estagnada em Araponga, mas de qualquer maneira, o que está sustentando é o café, o proprietário reclama da falta de uma ponte sobre o córrego para ir até uma de suas lavouras fazer o transporte do café, que fica lá, depois de colhido, durante uns quatro cinco dias estragando na lavoura, porque quando o carro vai puxar, ele não passa no rio por não ter estrada.

Nascido e criado em Araponga, o proprietário tem trinta e oito anos que mora na fazenda, nunca mudou da região. Seus oito filhos foram todos criados no local e todos moram em áreas da fazenda. A família sempre viveu da agricultura, nunca trabalharam fora. A fazenda foi comprada há quase quatro décadas. Antes, a família era empregada em outras propriedades. Em época de aperto na colheita, costuma ter uns dezessete membros da família trabalhando por três ou quatro meses. São ao todo cento e quarenta mil pés.

A família ajuda em relação ao turismo, o proprietário e dois filhos possuem dois cursos de guia de turismo, administrado pela UFV em Araponga e trabalham como guias, principalmente levando os visitantes até o Pico do Boné em uma caminhada de quase duas horas.

As mulheres da família trabalham como cozinheiras, são duas filhas e quatro noras mais a esposa que trabalham como cozinheiras, quando ocorre um fluxo grande de turistas principalmente em feriados prolongados, não empregando ninguém de fora.

Praticamente toda a família trabalha na fazenda e conseqüentemente com a produção cafeeira, que ocupa principalmente as partes mais elevadas da propriedade envolvendo desde o terreiro da casa principal até algumas áreas de encosta e que utiliza algumas técnicas agrícolas como o plantio em curva de nível.

A sede da fazenda se caracteriza pela presença da casa principal (Foto 9), onde mora o proprietário e sua família e ocupa a área mais elevada em relação ao camping, o que dificulta o contato do proprietário com os turistas. É uma habitação típica de propriedades rurais mineiras, com recente remodelação de sua fachada principal, substituindo as janelas de madeira por outras em metalom de correr, porém, ainda preserva o telhado colonial. Nos fundos da casa foi construída uma dependência da casa que serve como despensa e principalmente disponibiliza dois quartos para os turistas que não querem acampar.

Na área do camping não existe energia elétrica, apenas na sede da fazenda. Essa energia foi adquirida em parceria com o proprietário do Camping Vale da Lua que juntos custearam metade dos investimentos. Na época, o custo foi de 22 mil , divididos entre ambos e a outra parte paga pela prefeitura. Essa linha já vinha dos municípios de Abre Campo e Sericita e foi comprada também por outros fazendeiros.

Não existe água tratada no camping; na sede da fazenda a água é canalizada de minas que vem das encostas próximas e chega até a sede e posteriormente distribuída para as caixas d'água.

Muito próximo à casa principal, verifica-se a presença de um pequeno prédio que funciona como uma venda rural (Foto 10), funcionando principalmente nos finais de semana, onde são disponibilizados para o turista alguns produtos comerciais e de consumo rápido, tais como fósforos, velas, já que não existe luz elétrica no camping, salgadinhos, bebidas e outros. Nesse local também é oferecida aos turistas a possibilidade de um almoço caseiro. A refeição, feita em fogão de lenha é coordenada pela esposa do proprietário e auxiliada por parentes mais próximos. Existe também, a possibilidade de um café da manhã quando solicitado pelo turista.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 9:** Sede da fazenda do Camping Remanso

Ainda próxima à sede e logo na entrada do camping percebe-se a presença de uma grande área plana, destinada a secagem dos grãos de café (Foto 11) e no centro dessa área uma casa colonial típica em estado precário de conservação que é utilizada como depósito da fazenda.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 10:** Venda rural.

Para acampar, é cobrada por pessoa uma pequena taxa de dois reais. O proprietário reclamou que cobra esse valor, mas que não gosta de ficar sempre cobrando, dependendo então da consciência do visitante.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 11:** Secagem do café

Não existe estabelecimento fixo para a área de camping. Os turistas acampam na beira do córrego, tudo é livre, tudo aberto, não tem lugar fechado. O local é desnivelado. É vontade do proprietário usar um trator para nivelar a área, mas não obteve autorização para o empreendimento, apesar de garantir que pagaria do próprio bolso aluguel da máquina. No local também ocorre uma pequena área de brejo, mas em geral predomina lugares com declive.

Observa-se que a maior intensidade de fluxo de turista é realizada nos finais de semana ou feriados, tendo uma maior demanda apenas em períodos de férias, predominando principalmente o público jovem.

Quanto ao uso da terra na propriedade, observa-se que grande parte da propriedade é destinada ao plantio de café e área de pastagens para o gado. Quanto aos locais de turismo, ele só é utilizado para acampar. Esses locais limitados ao longo do Córrego do Boné.

Existe a perspectiva do turismo como fator de prosperidade. Para isso, segundo o proprietário, “é necessário saber tratar o turista bem, assim ele terá retorno, o turismo é

algo que vai acontecer num ritmo mais lento e não pode ter pressa, mas é preciso que você esteja investindo”.

Com relação ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, o proprietário afirma não ter nem notícia sobre sua inauguração e muito menos, qual vai ser a nova relação dele com os gestores desse parque. O proprietário tem noção do tamanho do Parque que ocupa mais de quarenta por cento do município de Araponga, mas em termos de participação ou contato com a administração do parque afirma que é nenhuma. O parque não dá nenhuma assistência ao pessoal do entorno. Eles não têm nenhum incentivo.

Em relação à Fazenda do Brigadeiro, não existe uma relação direta com esse camping, o proprietário está informado que a fazenda está cada vez mais destinada para pesquisa, porque aquela fazenda está dentro do parque e vem se tornando uma nova área de estudos.

O envolvimento da propriedade com o turismo começou por acaso, nada planejado. A mais de quinze anos, apareceram os primeiros mochileiros na propriedade, que acampavam sem autorização por alguns dias, depois iam embora. Nessa época não havia contato entre os moradores da propriedade e os turistas. Segundo o proprietário não se falava na época em Parque. O antigo proprietário da área do camping não aceitava os turistas, pois os bois se assustavam com as barracas e não entravam no curral.

Depois que adquiriu essa área, os turistas passaram a acampar nessa área, mas não era cobrado nenhum valor pela pousada. Somente depois da venda de quatro hectares para um morador de outra região, é que estimulado por esse novo vizinho passa a cobrar pela pousada na propriedade. Hoje esse valor é de R\$ 2,00 de visita e R\$ 7,00 por pessoa para acampar.

Na propriedade, não há um controle sobre a demanda e fluxo de turista não camping. São oferecidos aos turistas, o almoço, o café da manhã, dois quartos se precisarem, e na venda: bebidas, macarrão, farinha, fósforo, carvão, carne e outros.

De maneira geral, o camping é bastante rudimentar, é o que se chama de natural, praticamente não existe nenhum tipo de melhoria ou beneficiamento, cabe ao turista levar seus próprios utensílios ou apetrechos.

### 5.3. CAMPING VALE DA LUA

Também localizado na zona rural do município, numa região denominada de Estouro, o camping localiza-se próximo às nascentes do Córrego do Boné, e nas divisas com o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PASB).

A chegada ao camping não é uma tarefa fácil ou prazerosa, a estrada em péssimas condições de uso (Foto 12) impõem alguns impedimentos aos turistas tais como: excesso de pedras e rochas no caminho, buracos e pequenas crateras. No verão, o excesso de chuvas na região transforma a estrada em um verdadeiro atoleiro.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 12:** Estrada de acesso ao Camping Vale da Lua

Da propriedade do Sr. Dico até o camping Vale da Lua são mais ou menos uns 500m, e com a estrada em péssimas condições, praticamente é impedida a passagem de qualquer veículo que não tenha trações nas quatro rodas. Próximo à entrada, o proprietário fez uma pequena área de retorno para carros onde o pessoal pode estacionar e chegar a pé se preferir.

Na entrada também existe uma ponte de madeira em péssimas condições de conservação. Eles colocaram um toco de árvore no meio da ponte para mostrar a existência de um buraco, exigindo cautela do motorista.

A entrada do camping é determinada por uma pequena porteira com um mourão que a identifica: Vale das Luas, propriedade particular. Ao lado da entrada existe um interfone para comunicar-se direto com a portaria e uma placa informativa sobre os preços: Camping R\$ 7,00 e visitantes R\$ 2,00.

Os turistas chegam, chamam no interfone, perguntam o preço, perguntam como é, o camping, perguntam onde podem acampar, e são mostradas pelo proprietário, duas áreas mais planas localizadas entre o córrego e o restaurante.

Ao lado dessa entrada, existe uma outra que dá acesso a outras chácaras, todas particulares, como segunda residência e que os moradores locais chamam de condomínio. Esse condomínio consta de áreas que foram vendidas pelo proprietário do camping, e que faziam parte do mesmo.

A área do camping é pequena, no total de quatro hectares e pertencia à propriedade do Sr. Dico Simão, dono do Camping Remanso, que também trabalha com o turismo.

Depois da entrada, o visitante ainda continua por uma pequena estrada de terra, onde se avista a casa e uma placa indicativa do local da portaria. Nessa placa identificam-se as direções do camping, banheiros e recepção, onde é o primeiro local de contato.

A presença de placas indicativas é uma constante no camping, a sede da propriedade é uma casa térrea ampla e nova, em bom estado de conservação, em estilo simples, bem rústica na aparência, com telhado colonial, com tijolo simples parcialmente pintado de marrom o que deu um certo aspecto de rusticidade. É onde também funciona o restaurante.

O restaurante é bem amplo e todo feito com tijolos da região, sendo que atende principalmente ao camping, mas é abeto também aos visitantes. As janelas são grandes em madeira e vidro garantindo o ar de rusticidade. Dentro desse restaurante a divisão é simples, a maior parte do espaço está destinado às mesas, onde também são servidos os cafés da manhã, e a menor para a cozinha, onde atendem duas funcionárias. Existe também uma mesa de bilhar dentro do restaurante para diversão dos hóspedes.

Atrás do restaurante existe uma pequena casa com dois quartos que são usados para aluguel daqueles que não querem acampar. Um deles é onde pernoita também o

proprietário. A casa e o restaurante (Foto 13) foram feitos na parte mais elevada do camping, com exceção das cachoeiras, mas a área é totalmente aplainada o que permite ter uma ampla vista do Vale.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 13:** Sede do Camping Vale da Lua e Restaurante

Próxima à casa existe uma placa que mostra uma certa preocupação com o meio ambiente. A placa traz os seguintes dizeres: “pontas de cigarro, papel, plástico e etc, degradam o meio ambiente e causam poluição visual”.

O turista só consegue acampar nos finais de semana e feriados prolongados; fora desse período a propriedade é trancada com cadeado, seu proprietário reside na cidade de Coimbra-MG, distante a 83 km.

Na parte posterior, aqui, se observa uma mata bem fechada. A propriedade conta com quatro hectares e nessa mata fechada, avista-se uma elevação rochosa de forma arredondada com pico bastante elevado provavelmente formado por gnaisse e quartzito e também ao lado totalmente montanhoso.

O camping possui sanitários e banheiros próprios e individuais (Foto 14), localizados um pouco afastado do rio respeitando os trinta metros da legislação. É o proprietário que estabelece onde podem ser instaladas as barracas.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 14:** Banheiro no Camping Vale da Lua

Próximo aos banheiros observamos dois níveis de acampamentos, para disposição para armar as barracas, que têm geralmente uma diferença de um ou dois metros em relação ao outro, mas com topografia aplainada e que também são utilizados para estacionamento dos carros que venceram a estrada ruim.

Para acampar, só em área pré-estabelecida, na parte mais alta do camping eles não têm liberdade, só para passear.

A área destinada ao banheiro não é muito grande, mas atende com folga quatro pessoas ao mesmo tempo. A estrutura é do mesmo estilo rústico da casa, e de tijolo do tipo adobe, telhado colonial comum, porém dividido em banheiro masculino e banheiro femininos, cada um com entradas separadas.

O grande atrativo do camping está nas altas serras que margeiam o camping e a presença de várias pequenas cachoeiras, uma delas na divisa dessa propriedade; aqui o rio

também se faz pequeno e estreito. As cachoeiras possuem vários filetes, geralmente de pequenos volumes de água, provavelmente resultado do período de seca dos rios, podendo ser agrupadas em três patamares ou níveis de queda.

Com relação à vegetação (Foto 15) é mata nativa, do tipo mata atlântica, com presença significativa de samambaias e espécies arbóreas de médio e grande porte. Não obtivemos informações a respeito da fauna local.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 15:** Vegetação típica da mata atlântica

Descendo um pouco esses patamares, avistamos uma das cachoeiras, e à medida que vamos descendo, o acesso a ela se transforma em uma trilha, passamos por uma grande pedra (bloco rochoso).

No local de acesso existe uma placa, até mesmo um pouco antiga que conscientiza a importância de se evitar o uso de sabonetes, bronzeadores e também produtos químicos de uso diário por não serem biodegradáveis. A placa diz o seguinte; “nunca utilize sabonetes, xampus, detergentes, bronzeadores e etc, pois esses utensílios não são biodegradáveis e afetam a micro-fauna e flora do rio”. É uma placa que pela aparência já tem um tempo que está ali porque está desbotada, de difícil leitura de longe; a placa é toda desenhada na lateral, e tem um patrocínio da Carvalho e Chequer, que é uma imobiliária localizada na cidade de Viçosa.

Seguindo em direção à cachoeira, percebemos que ela é formada por várias pedras que dão uma beleza cênica ao local e ao lado das cachoeiras existe uma pequena trilha onde o turista pode ir subindo ou tenta subir, já que ela é um pouco íngreme, para atingir as quedas d'água mais altas. A trilha tem um aspecto de abandono, ela conduz a outros locais onde pode se avistar a cachoeira. Essa trilha na verdade não permite identificar onde se está indo, falta placa de identificação.

A propriedade Vale da Lua é uma pequena propriedade de quatro hectares. Ela surgiu com finalidade turística, o proprietário já a comprou com esse intuito. Observamos que não existe nenhum tipo de plantação ou cultivo agrícola e muito menos produção agropecuária. Até mesmo pela pequena extensão da área de quatro hectares. O empreendimento turístico funciona apenas nos finais de semana e é destinada unicamente ao turismo.

No dia que fizemos a visita, algumas famílias estavam acampadas, mas eram os jovens a maioria. O grande atrativo da área é o próprio córrego do boné e suas cachoeiras (Foto 16).



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 16:** Cachoeira no Camping Vale da Lua

Em termos da precariedade da agricultura e da pecuária estagnada na região, não podemos averiguar se realmente está ocorrendo ou não na área, porque o proprietário não é da região e ele também não está envolvido nessas atividades agrícolas; sua sobrevivência não é apenas dessa atividade, uma vez que ele também reside em outro município, possuindo ainda uma outra pousada rural próxima à cidade em que mora e também um trailer que funciona na cidade de Coimbra. Então, relações familiares nessa propriedade não existem.

No camping podemos observar algumas pessoas que são da região e que foram, contratadas para trabalhar nos finais de semana, mas esposa e filhos não participam. Na verdade, não podemos caracterizar esse camping como sobrevivência, porque o proprietário não vive única e exclusivamente dessa situação.

Na questão da oferta, praticamente o que se tem é a beleza cênica, característica natural da região que é muito bonita. A presença de grandes blocos rochosos, resultando em rios encachoeirados no local, e as poucas trilhas existentes, garantem a oferta desse caso que é o turismo para camping, principalmente para os estudantes.

A oferta de serviços é simples, existe o restaurante e este serve a comida por volta das 13 horas, o preço é de sete reais por pessoa, e eles exploram o que tem de importante no local, que é a natureza e tudo que ela lhe confere. E, não existe também, um boom do turismo.

Ao conversarmos com alguns turistas, eles nos falaram da dificuldade para se chegar devido à falta de estradas e principalmente de meios de locomoção, levando em consideração que a maioria do pessoal é jovem, estudantes e estão buscando principalmente descanso, lazer e diversão.

Quanto às expectativas do turismo como fator de desenvolvimento, o proprietário não se mostrou muito desanimador com essa situação, pelo contrário, acredita que com a divulgação do camping possa atrair mais visitantes.

Os atores na verdade são algumas pessoas da comunidade, não são várias e o próprio proprietário que é de outra região.

A distância da sede até o local de banho e mergulho, não é longa, ao contrário, é pequena e de fácil acesso. Nesse percurso, observamos que existem três entradas de acesso ao rio, duas delas bem estreitas, como trilha; na entrada maior houve uma certa

preocupação em limpar esse percurso, caracterizando uma área com certa largura da estrada, não sendo porem, calçada.

Na época da visita, no período de inverno, os trechos de acesso ao camping se mostram bastante secos ou ressequidos. Não há um nivelamento desses trechos, a maioria é de terra natural ou coberta por uma gramínea e que foram abertas pelo pisoteio dos visitantes e que sofre com as intempéries do dia-a-dia. O destaque é que o proprietário não tem a pretensão de calçar o local de acesso às cachoeiras, deixando o mais “natural” possível.

Quanto ao recebimento do turista, uma pequena parte é constituída por algumas famílias, mas a maioria são estudantes como foi citado acima. O poder aquisitivo das pessoas não é grande, pode-se observar que alguns chegaram ate mesmo a pé, e isso dificulta muito a regulação dos preços.

O almoço servido no restaurante é bem caseiro, mas de boa qualidade, oferecendo uma típica comida mineira; mas o custo do almoço por um dia é relativamente elevado (7,00) para a região. O alto custo deve-se a dificuldade de se adquirirem os produtos hortifrutigranjeiros para o almoço e também a distância para serem comprados uma vez que ele não produz os alimentos.

Praticamente o proprietário não recebe apoio de órgãos públicos. As raras visitas estão ligadas ao Instituto Estadual de Florestas (IEF), que é o responsável pela administração do PESB, que faz limite com o camping, e que vem com o objetivo de orientar sobre possíveis acampamentos em área do parque.

A diária cobrada é de R\$ 7,00 a pernoite por pessoa. E caso a pessoa venha a passar o dia a taxa é de R\$ 2,00, podendo a mesma permanecer ficar o dia todo, usufruindo das instalações, com exceção do chuveiro, que se for usá-lo, terá de pagar uma taxa a mais de R\$ 3,00 o banho.

A água utilizada no camping, tanto no restaurante como nos banheiros, vem do rio, não tem bomba e é direta e abastece as duas caixas d'água. Já os efluentes vão para as duas fossas; a fossa do restaurante fica ao lado da casa e a dos banheiros ao lado dos mesmos. Nenhum rejeito vai para o rio.

Quanto à questão da coleta de lixo, observamos que a maioria do lixo produzido é queimado no próprio camping em local específico. O lixo orgânico do restante é enterrado

e o restante do lixo levado para Araponga pelo proprietário e depositado nos galões de coleta da cidade.

Ao conversarmos com o pessoal que trabalha no camping, nos disseram que a atividade turística tem compensado pouco, pois o camping é mais freqüentado nos feriados e tem vez que eles passam o mês inteiro sem faturar dinheiro algum. Mas existe expectativa em relação ao desenvolvimento da propriedade com o turismo, que seria alcançado primeiramente com a melhoria das estradas de acesso.

Existe no camping uma relação com o PESB. Mas por enquanto essa relação é mais direcionada no sentido de auxiliar os administradores na fiscalização indireta, evitando a invasão do mesmo com acampamentos.

No camping trabalham três pessoas da comunidade, mas apenas uma das cozinheiras, que é a mais antiga e que também exerce a função de gerente na ausência do proprietário, é a única que trabalha constantemente, as outras são mais temporárias.

Em torno do camping, o que se vê é uma grande plantação de café, que é o principal produto da região, e alguns cultivos isolados de feijão e de milho, mas destinados principalmente à subsistência.

No uso da terra, a paisagem é explorada para o turismo. Como citamos anteriormente. A vegetação de mata atlântica é bem desenvolvida, há uma preocupação em não desmatar essa vegetação.

#### **5.4. POUSADA SERRA D'ÁGUA**

A pousada Serra D'água, está localizada a apenas 6 km da sede do município de Araponga e das propriedades que visitamos, é a que possui a maior e melhor infraestrutura no atendimento ao turista. O proprietário vem transformando a propriedade num local de referência ao ecoturismo do município e da região, aproveitando a região montanhosa que circunda a fazenda, as várias nascentes d'água, a mata atlântica nativa e a beleza natural do lugar.

A extensão da propriedade perfaz hoje, no total, 82 alqueires, uma dessa área está localizada do outro lado do parque e na sua divisa; são áreas separadas por uma distância de oito quilômetros uma da outra.

A pousada propriamente dita é uma antiga sede de fazenda de café (Foto 17), também localizada em um fundo de vale, numa região que deu origem ao seu nome. A presença de fendas na rocha por onde passam alguns pequenos cursos de água resultaram no nome de Serra D'Água.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 17:** Sede da Pousada Serra D'água

A propriedade foi comprada pelo proprietário em 1991 e a pousada existe desde 99, há cinco anos. Até então, o proprietário não havia trabalhado com propriedade rural, mas acreditou na possibilidade de expansão do turismo na região e optou por montar uma pousada.

A origem do proprietário é a cidade de Viçosa, mas é um conhecido da região desde a década de 70 quando vinha a esse local para freqüentar as cachoeiras.

O acesso à pousada é facilitado por uma estrada vicinal que liga Araponga à cidade de Miradouro, sendo bastante utilizada pela população local. Essa mesma estrada também leva a nova portaria de acesso ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) a ser inaugurada no final do ano.

Com relação ao PESB, o proprietário afirma que tem uma boa relação com o IEF, que é o gestor do Parque, mas não tem informações sobre como vai ser o Parque a partir de sua inauguração e sua relação com as propriedades do entorno ou mesmo, na possibilidade de numa associação com a UFV, principalmente pela distância dessa instituição.

Na pousada, além da sede, existem mais duas pequenas casas que também são oferecidas como hospedagem, um restaurante com comidas típicas da região, banheiros, campo de futebol, área de areia para práticas esportivas e uma cachoeira e lago para banhos e natação e várias trilhas técnicas para a prática do trekking.

A casa sede é um sobrado de dois andares, todo em estilo colonial, datado do início do século passado, em ótimo estado de conservação e restaurado há pouco tempo. Destaque para as grandes janelas em madeira maciça que predominam na fachada externa da casa, também em estilo colonial mineiro, como para a pequena varanda de acesso ao interior da casa.

Internamente há o mobiliário rústico e simples das casas mineiras, valorizando a própria cultura local, porém, reforçando o padrão familiar histórico chama a atenção, como, por exemplo, o fogão à lenha na sala de estar, substituindo a lareira. Os quartos são em número de quatro no andar de cima, dois no térreo, e dois em áreas anexas foram todos transformados em suítes o que valorizou o custo das diárias que são cobradas.

Em anexo à casa principal está localizado o bar e o restaurante (Foto 18) para o atendimento ao turista e também a localização de banheiros externos para atender aos campistas. Também em estilo colonial, o bar é aberto diariamente e o ponto forte de sua venda são as bebidas.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 18:** Bar e restaurante na pousada

Esse mesmo local abriga também uma família, que são os funcionários da propriedade. O marido trabalha auxiliando o proprietário nas atividades da lida de uma fazenda e a esposa é uma das responsáveis pela elaboração da refeição que atende aos hóspedes, porém, todo esse processo é comandado pela esposa do proprietário.

A equipe de funcionários é pequena e enxuta, inicialmente era a esposa e uma tia do proprietário que trabalhavam, posteriormente foram agregados novos funcionários oriundos da própria região. Há uma relação meio familiar e meio funcional entre as partes envolvidas.

Em frente ao bar existe uma área toda cimentada que em outras épocas correspondia ao espaço de secagem dos grãos de café. Hoje é mais utilizada como espaço livre ou de lazer.

Próximo ao bar, encontra-se mais uma pequena casa mais simples do que a sede, mas também no estilo colonial mineiro que são na verdade mais duas suítes. O acesso a esses quartos é feito por um pequeno passeio de pedra e margeado por um jardim e flores. Sua distância em relação à casa principal é justificada pelo maior sossego e isolamento do ambiente.

Quanto à produção da fazenda, ainda se avista algum pé de café, mas o proprietário afirmou que vem reduzindo a sua produção cafeeira e também substituindo a pecuária pelo

turismo, principalmente o ecoturismo. Para essa produção cafeeira, ele ainda contrata meeiro. Nas relações de produção ainda são comuns: meeiro, terceiro, e o escambo.

A propriedade é servida de energia elétrica proveniente de Araonga e foi trazida para essa área por iniciativa do proprietário há cinco anos. A televisão é coisa recente na região.

Já o abastecimento de água é feito por várias minas que existem no local e que são bombeadas próximas à sede. O lixo produzido na propriedade parte é queimada e parte é enterrado.

Próxima à sede da fazenda encontra-se a área de maior lazer da propriedade (Foto 19), que é formado pelo represamento de um pequeno córrego que desce diretamente das montanhas formando uma queda d'água de aproximadamente oito metros e cercado por uma vegetação típica.

O represamento dessa água resultou num pequeno lago (Foto 20) próprio para pequenos mergulhos e banhos, apesar da baixa temperatura da água. Margeando esse pequeno lago, observa-se uma passarela de madeira que leva o turista até a cachoeira bem como a construção de uma pequena praia circundando o local.

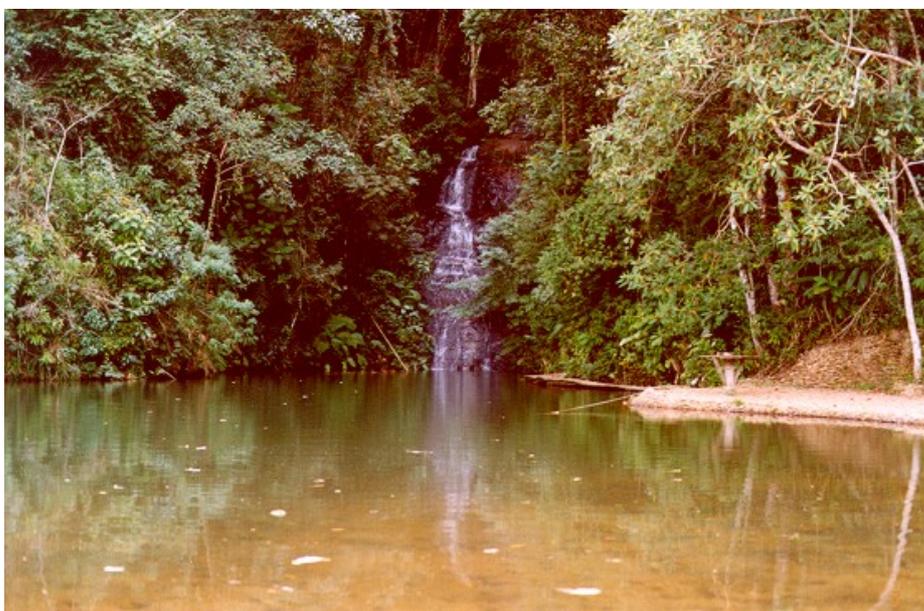


Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 19:** Queda d'água próxima à sede da pousada



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 20:** Pequeno lago com praia artificial

Nesse mesmo local observa-se um local ideal para a prática de esportes coletivos como o vôlei de areia e a peteca, esporte muito praticado pelos mineiros. Observa-se também na parte inferior a construção de um campo de futebol gramado.

Em frente à propriedade, vem ocorrendo um empreendimento imobiliário (Foto 21); o local vem sendo vendido pelo proprietário que já trabalhou há muito tempo com condomínio fechado e loteamento, que tem como objetivo transformar esse local em pequenos sítios de lazer, ao mesmo tempo que complementa renda do seu trabalho e possibilita a vinda de pessoas para a região da Serra D'água, influenciando direta e indiretamente na infra-estrutura, que vão além do restaurante e da pousada. As chácaras já estão prontas, com calçamento, luz, água, ou seja, com a estrutura pronta.

Os contatos com a vizinhança da pousada são constantes, existe uma certa parceria não formal. Esses vizinhos, normalmente outros pequenos proprietários, trocam favores entre si; o proprietário da pousada compra produtos rurais, tais como ovo, leite, queijo e outros dos vizinhos, já que a propriedade não produz praticamente nada.

A poucos metros da pousada, observamos uma escola rural. O terreno foi doado pelo proprietário da pousada para a construção da referida escola que atende crianças até a quarta série.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 21:** Loteamento de Chácaras próximo da sede da pousada

Quanto ao relacionamento com outros proprietários envolvidos com o turismo, existe um relativo contato entre os proprietários, principalmente o do Camping Vale da Lua que participa do Circuito Turístico Serras de Minas e também o da Fazenda Serra D'água; mas à distância e por trabalharem nos mesmos dias da semana, o contato é menos intenso.

Na propriedade, o hóspede se isola, não possui contato ou acesso à televisão, rádio, jornal ou internet. Para o proprietário, a própria pousada é uma forma diferenciada de descanso e possui 'características para quem mora ou freqüenta que são fantásticas: sem mosquito, sem pernilongo, sem nada que incomode', é sossegada, com temperatura amena o ano todo e com uma bela paisagem.

A pousada é a única do município. Basicamente recebe casais e casais com filhos, mas ela está aberta para todos. Ocorre também na propriedade uma área onde o proprietário recebe estudante que queira acampar; o estudante tende a ir para o camping. A propriedade também recebe muitas escolas durante a semana, para aulas práticas de várias disciplinas. É intenção do proprietário estruturar a pousada para receber pequenos encontros, pequenas convenções.

O maior número de visitantes nos finais de semana basicamente são de Viçosa e Visconde do Rio Branco em Minas Gerais.

Uma das qualidades da pousada é o bom atendimento. Esse atendimento é um pouco mais familiar, o que agrada a maioria. O turista que chega a freqüentar a pousada é mais regional, ele não chega estressado como acontece quando se viaja sete horas para chegar num lugar, ele chega aqui numa viagem sem estresse.

A Pousada Serra D'água é a única que faz parte do Circuito Turístico Serra de Minas, esse circuito conta com onze municípios das microrregiões de Ubá, Ponte Nova e Viçosa, já que seu proprietário é o atual presidente. Para o proprietário, esse circuito é uma ONG; mas no caso específico, ele tem a participação do poder público e da iniciativa privada. Os circuitos turísticos ocorrem em todo o Estado e são uma tentativa do Estado de fugir um pouco da responsabilidade dele de assumir sozinho a questão do turismo e ao mesmo tempo deixar o turismo um pouco mais conceituado e sendo feito a partir do regional.

Nas perspectivas futuras do turismo na região, o circuito é um começo de organização, e conjuntamente com o PESB, pode ser o motor do turismo nos próximos anos, a perspectiva é boa.

Para o proprietário a situação econômica do município não afeta a receita de seu empreendimento, porque o seu público é de fora; o que pode afetá-lo é a economia geral do país e a falta do hábito do brasileiro de viajar, ele não se organiza, ele não se programa para as férias ou viagens.

A presença de uma mata nativa, sendo uma região topográfica bastante acidentada tem atraído para a propriedade muitos ecoturistas, o que resultou na construção e elaboração de várias trilhas para a prática exclusiva do trekking, são mais de quarenta trilhas em todas as direções da fazenda.

Para o uso das trilhas, a pousada possui dois guias que fizeram cursos no SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), que na realidade é um curso de condutor, mas localmente são chamados de guia. São eles os que conhecem perfeitamente as trilhas e são capazes de resolver eventuais problemas que possam ocorrer durante a trilha.

Quando a trilha é realizada para escola, o próprio proprietário que faz o papel de guia, ele alega que também vai aprendendo com o pessoal que conhece, trocando experiência e adquirindo mais conhecimentos, o que ele chamou de turismo pedagógico.

O turismo na região está começando agora, e com certeza numa zona de estagnação econômica que agora começa a dar sinais de mudança, mas o país de modo geral está e a Zona da Mata é uma delas. O turismo na região é incipiente; o turismo está começando.

Como empreendedor do turismo, o proprietário aponta dificuldades por ser o pioneiro na região, sendo motivos de críticas de outros proprietários, mas afirma que também será o primeiro a colher o fruto desse pioneirismo.

## **5.5. POUSADA SERRA DO BRIGADEIRO**

Localizada a mais de vinte quilômetros da sede do município e a vinte e sete quilômetro da sede do PESB, compreendendo o ponto mais isolado da região. A fazenda Serra do Brigadeiro é uma área de turismo experimental arrendado em comodato das terras pela ONG Bioproteção em parceria com UFV e administrada por professores da própria universidade.

O acesso à pousada é feito por estrada de terra irregular e extremamente difícil. Em alguns momentos, a estrada não passa de uma pequena trilha que corta a mata atlântica, que por enquanto se mostra densa e bastante fechada. Em outros trechos da estrada, a quantidade de pedras e blocos rochosos praticamente impede a passagem de carros de passeio, tornando-se uma aventura para o turista.

O principal objetivo da fazenda é servir de apoio às pesquisas realizadas pela universidade, principalmente na área de biologia, restringindo a visitação do turista comum, mas aberta à visitação previamente agendada.

A sede da fazenda é um sobrado (Foto 22) em estilo colonial europeu datado de 1932 e apresenta uma bela estrutura física, sendo construído em madeiras de lei como canjerana, cedro, canela, braúna e outras e alvenaria, predominando grandes janelas de madeira em sua fachada principal.

O telhado, que é de telha de amianto, não correspondendo ao telhado original, necessita de uma reforma principalmente em sua parte lateral esquerda onde apresenta problemas de infiltração. Internamente, o piso e o assoalho também são em madeira,

caracterizando um amplo espaço interno sendo dividido em oito quartos na parte superior. No primeiro piso, encontram-se as demais dependências da casa.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 22:** Sede da Fazenda do Brigadeiro

A casa serve como ponto de apoio aos pesquisadores (Foto 23), que passam os dias embrenhados na mata, realizando seus experimentos.

Não existe energia elétrica proveniente da cidade, mas a fazenda possui um gerador a diesel que funciona algumas horas por dia.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 23:** Sede da Fazenda do Brigadeiro

Também não existe água tratada; a água que chega à fazenda, é proveniente de fontes próximas da sede, que é margeada por uma mata de encosta típica da mata atlântica.

Em épocas passadas, a fazenda vivia da exploração de madeira, principalmente para a Belgo-Mineira. Após o fim da extração madeireira, o casarão foi abandonado e sofre com as intempéries do tempo e com as agressões humanas, descaracterizando-a.

O atual administrador afirma que a casa foi muito invadida por turistas da região, que não sabendo utilizar do local, faziam fogueiras dentro da casa e depredavam o patrimônio. A partir de 1998, a ONG assumiu o controle da propriedade iniciando reformas periódicas na casa e contratando um caseiro para evitar novas invasões.

O casarão é todo cercado por grades do tipo telas; o objetivo é evitar a presença indesejável de animais silvestres. Dentro desse espaço cercado, o solo é todo gramado, o que possibilita a instalação de barracas para o material de trabalho dos pesquisadores ou mesmo servindo como local de estacionamento dos poucos veículos que aparecem. Apresentam-se ainda algumas espécies arbóreas, tais como a araucária e um caquizeiro.

No local, não é permitido o turismo de excursão, portanto, não é cobrada taxa de visitante, mas as visitas podem ser realizadas, desde que sejam agendadas com antecedência.

Na residência sede, mora também uma família de dois adultos e duas crianças, que são os responsáveis pelos afazeres diários da propriedade. Vivendo praticamente isolados do mundo, suas únicas fontes de informação são os pesquisadores quando chegam vindos principalmente da cidade de Viçosa.

A propriedade se destaca ainda pela presença de uma topografia bastante elevada em seu entorno (Serra do Brigadeiro), apresentando uma vegetação de mata atlântica pouco alterada ao longo das últimas décadas, sendo que boa parte da fazenda tem suas terras dentro do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Fotos 24 e 25).



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 24:** Topografia e vegetação ao lado da sede da Fazenda do Brigadeiro

Pode-se afirmar que, com exceção da pousada Serra do Brigadeiro, todas as propriedades se relacionam com o turismo. A Pousada Serra D'água é a que possui a melhor infra-estrutura devido à proximidade da MG 482, da sede da cidade e da construção da nova portaria do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB).

O que há em comum entre a Pousada Serra D'Água e os campings é a utilização do turismo como fonte geradora de renda; apesar de que os campings ainda estão longe de concretizar esse fato.



Foto: Leomar Tiradentes

**Foto 25:** Topografia e vegetação ao lado da sede da Fazenda do Brigadeiro

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 6.1. Origem do turismo no espaço rural de Araponga

Com base nas observações e nas visitas realizadas, reconhecemos que o espaço rural do município de Araponga / MG tem tradicionalmente, na produção agrícola sua principal atividade econômica, desde a sua emancipação política, ocorrida em 1962. Entretanto, entre as atividades produtivas desenvolvidas no local, o turismo e o lazer vêm despontando como uma nova realidade que, embora ainda incipiente, começa a chamar a atenção de proprietários e autoridades.

Não se tem notícia de empreendimentos turísticos em propriedades rurais locais ocorridos anteriormente aos anos 90, o que se sabe é que existia alguma movimentação turística antes desse período.

A partir de agora, exporemos uma série de relatos, os quais identificaremos da seguinte maneira: “Entrevistado A” (proprietário do Camping Remanso); “Entrevistado B” (proprietário do Camping Vale da Lua); “Entrevistado C” (proprietário da Pousada Serra D’água) e “Entrevistado D” (administrador da Fazenda Serra do Brigadeiro).

O relato a seguir diz respeito ao surgimento destas funções turísticas:

“Isso aqui quando chegamos aqui, ninguém usava, ninguém acampava não, certo? mais depois pegou a apresentar [começou a surgir] uma barraca hoje, daqui uns dias outra. Era igual barraca de cigano, tinha umas pessoas com um mochilão, mas ninguém dava contato com eles certo, ficavam uns dois ou três dias certo? não pediam autorização, chegavam ficavam e depois iam embora, certo? Naquela época, ninguém falava em parque, isso deve ter uns quinze vinte anos [...] Depois que eu comprei lá [cachoeira do remanso, na verdade não pertencente a sua propriedade] do Joaquim Abreu, ele tinha um modo de falar assim: ‘não gosto desse povo acampar no que é meu, com essas barracas aí, os bois não entram no curral; esses homens com barraca vermelha tão espantando o meu gado do curral’. Então nessa época o povo só acampava lá, porque nessa época o tal de remanso era dele. Então depois eu comprei lá, eu passei a valorizar, chega um, chega outro.” (Entrevistado A)

Observamos que a atividade turística pioneira na região surgiu de forma espontânea na propriedade do entrevistado A, porém, não podemos caracterizá-la plenamente como um turismo rural. Segundo o conceito adotado nessa pesquisa, (EMBRATUR, 1994), as atividades turísticas desenvolvidas naquela época no meio rural, não estavam comprometidas com a produção agropecuária, não ocorrendo uma agregação de valores a produtos e serviços e também não se preocupava em resgatar e promover o patrimônio cultural e natural da comunidade.

Não se sabe ao certo se antes desse período já existia alguma movimentação turística, mas acreditamos, em virtude dos relatos coletados, que ocorria uma predisposição regional para essa atividade.

É a partir dos meados da década de noventa que despontam as atividades turísticas no município, com a chegada de pessoas oriundas de outras regiões que adquirem terras no município. Com essas pessoas já pensando na possibilidade de envolvimento com o turismo é que ter-se-á o pontapé inicial dessa atividade.

“[...] depois que eu vendi aquele pedaço [parte da fazenda] pro Vanderli [entrevistado B] é que ele trouxe gente pra cá [Camping Remanso], entrava aí ficava uns três, quatro, cinco dias eu nem queria saber quem era, não cobrava nada deles, não tinha nada para vender, ficava na beira do mato [...], mas depois o Vanderli chegou e disse: Você tem que cobrar alguma coisa. Eu falei: eu não sei cobrar, não tem nada aqui pra cobrar do outro, eu tenho vergonha. Ele disse: Não, só você apoiar o cara no que é seu, já vale, qualquer coisa, um, dois ou três reais; só apoiar ele lá, se você não aceitar, ele não fica não aí, então você tem que cobrar qualquer coisa pra me ajudar, tá certo? Aí então eu passei a cobrar uma taxa [...]” (Entrevistado A)

“É uma idéia antiga, há muito tempo eu queria mexer com isso. Conheci o lugar, vi que o potencial daqui [Camping Vale da Lua] é enorme, comprei o terreno, resolvi investir. Mas bem na verdade o local está bem no início. O turismo em Araponga tem potencial e está começando e está faltando uma série de coisas básicas pra poder a gente explorar.” (Entrevistado B)

“A pousada [Serra D’água] eu comprei em noventa e um; na verdade eu comprei há treze anos e a pousada existe desde noventa e nove, há cinco anos.” (Entrevistado C)

“Esta estação de pesquisa foi montada a partir de 1999, alguma coisa entre 94 e 95. Ela foi montada para que os pesquisadores possam ter aqui um conforto enquanto trabalham no campo [...]” (Entrevistado D)

As informações obtidas durante a pesquisa indicam o surgimento espontâneo do turismo apenas em uma propriedade, as demais propriedades surgiram com a finalidade de atender uma perspectiva de um mercado iniciante na região. A localização geográfica e também a rara beleza da localidade, rica em fauna e flora e abundante em recursos hídricos, serviu como estímulo a terceiros para enveredar no turismo em Araponga.

Em resumo, a origem do turismo no espaço rural nas quatro propriedades pesquisadas ocorre de maneira diferenciada, mas praticamente na mesma época.

A propriedade denominada de Camping Remanso é a pioneira na região. O turismo no local surgiu anteriormente à década de noventa e de forma espontânea, no entanto, a utilização desse turismo como complemento à renda da propriedade é posterior ao aparecimento do Camping Vale da Lua.

O Camping Vale da Lua teve suas atividades turísticas iniciadas na década de noventa e foi um dos precursores do turismo como atividade geradora de rendas, estimulando outras propriedades da região a investirem no turismo.

Na Pousada Serra D'água, o turismo passa a fazer parte da rotina da fazenda somente a partir de mil novecentos e noventa e nove, com a transformação de uma antiga propriedade de café em pousada rural e voltada para o ecoturismo.

Na Fazenda Serra do Brigadeiro, não se tem registro das atividades turísticas ocorridas anteriormente a mil novecentos e noventa e quatro, período em que a fazenda se encontrava abandonada, no entanto, ocorrem relatos de pessoas acampando no local anteriormente a esse período.

## **6.2. A importância do turismo nas propriedades rurais**

Neste item, não podemos afirmar que o turismo é a principal fonte de renda das propriedades. Duas delas (Camping Remanso e Pousada Serra D'água), ainda estão ligadas ao fator produtivo agrícola, sendo que no Camping Remanso a produção cafeeira responde pelo lucro gerado no local. No entanto, alguns proprietários afirmam:

“Olha é cem por cento, porque eu adquiri a propriedade só para trabalhar com o turismo, eu não tenho nenhuma atividade extra lá no camping, a não ser o turismo. Então, tudo lá foi investido pensando em turismo.” (Entrevistado B)

“O turismo é tudo na minha propriedade; estou dedicando minha propriedade todinha ao turismo, eliminando o café, eliminando o gado, a importância [do turismo] ela é, total. Inclusive, o turismo é importante no meu caso inclusive para o meio-ambiente, eu tô pegando aí uma propriedade grande e transformando ela toda em mata, em função do turismo.” (Entrevistado C)

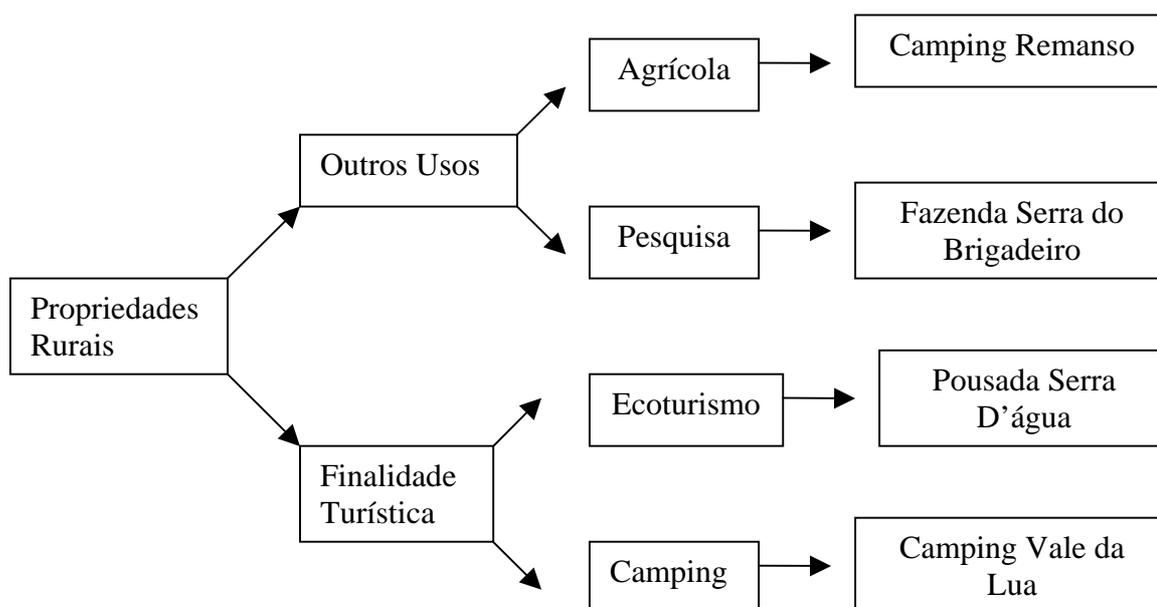
Outro proprietário afirma ainda que:

“É uma idéia antiga, há muito tempo eu queria mexer com isso. Conheci o lugar, vi que o potencial é enorme, comprei o terreno e resolvi investir. Mas bem na verdade o local está bem no início. O turismo em Araponga tem potencial e está começando e está faltando uma série de coisas básicas pra poder a gente explorar efetivamente, por exemplo, você deve ter visto lá o problema da estrada. A minha chegada lá é terrível e eu já corri atrás, já pedi pra arrumar. Sabe, agora eu tô assim, eu vou deixar a coisa sabe! Porque tem uma velocidade natural das coisas e então não vou correr muito atrás mais não, vou deixar a coisa acontecer. Porque não adianta só eu chegar lá. Você tem um maior interesse em ver o turismo desenvolvido e você sabe que você tem que ter auxílio do poder público.” (Entrevistado B)

E, por último, um outro proprietário destaca que a importância do turismo em sua fazenda se dá mais em função dos experimentos científicos.

“Nós temos aqui na região da fazenda do Brigadeiro o monocarvoeiro, miqui, um macaco, uns dos mais ameaçados de extinção no mundo e provavelmente o mais ameaçado de extinção no Brasil; ele é um primata grande, o maior das Américas, de uma biologia complicada. Então, esse primata aqui, ele só por ele, já justifica a atividade de pesquisa e a manutenção da área, embora, tenhamos muitas outras espécies aqui ameaçadas também e de grande importância.” (Entrevistado D)

Vale destacar que das quatro propriedades rurais que vêm se transformando em propriedades pioneiras das atividades do turismo no espaço rural de Araponga, com exceção da Fazenda Serra do Brigadeiro, que hoje trabalha com o turismo de pesquisa, observamos que nas demais propriedades pesquisadas, o turismo vem assumindo, ainda que em passos lentos, um papel relevante no desenvolvimento dessas propriedades, conforme pode ser observado no esquema a seguir:



**Figura 3** - Esquema representativo do turismo nas propriedades rurais pesquisadas.

### 6.3. Ameaças e oportunidades do TER nas propriedades rurais

Ao nos basearmos em Froehlich e Rodrigues (2000), entendemos como ameaça, os principais obstáculos encontrados para a realização do turismo no espaço rural e como oportunidades, as probabilidades para a efetivação do turismo.

Para os proprietários não existe ameaça significativa aos seus empreendimentos, porém, faltam oportunidades para o desenvolvimento das mesmas, conforme podemos observar em suas afirmações.

“O mais difícil de atrair os turistas é a estrada. Conforme o dia, conforme é a época, o cara até desanima a voltar. Inclusive você viu a estrada. A estrada não está boa. É o primeiro passo, inclusive, o trecho mais ruim tá daqui pra cima.” (Entrevistado A)

“Ameaças não têm nada assim, existe um pouco de dúvidas em relação às leis ambientais, porque essas leis são novas e foram até, eu posso dizer que foram mal feitas, porque ela não leva em conta particularidades da propriedade, então é a mesma lei que você aplica numa pessoa que tem mil e quinhentos hectares de terra, você aplica num cara que tem um hectare, então quer dizer que a lei tá mal

formulada, tem que se adequar a realidade da propriedade, do tamanho, da característica própria do local. E, oportunidade, acho que eu já te falei, o terreno é bem situado em relação a estrutura natural, é então acho que seria isso mesmo.” (Entrevistado B)

“Ameaças, não tem nenhuma específica. Não existe nenhum tipo de pressão aqui. É, existe alguma chance do asfalto passar por aqui, talvez seja essa a maior ameaça, e ele teria que atravessar o parque, então teria que ser através de uma estrada-parque e aí já melhora um pouco, mas de qualquer forma, a ligação direta com a Rio-Bahia poderia ser um tipo de ameaça em termos de segurança. Aqui é um lugar muito seguro, não tem nada. Acho que ameaça não tem. Enquanto as oportunidades, a maior delas é o próprio parque está sendo inaugurado agora.” (Entrevistado C)

“A principal ameaça é o próprio turismo de massa, uma vez que não temos condições de receber o turista simplesmente para um passeio ou descanso, pois isso pode ser muito impactante para o local. Já as oportunidades é a disponibilidade de oferecermos uma área da mata atlântica praticamente intocável aos pesquisadores.” (Entrevistado D)

De maneira geral, o que se verifica é que os proprietários não vêem ameaças significativas às suas propriedades. Talvez por causa da abrangência da palavra ‘ameaça’ ou por falta de uma percepção mais acurada dos proprietários, ou mesmo por seus empreendimentos estarem apenas iniciando no ramo turístico.

Identificamos a existência de algumas ameaças a essas propriedades. A ameaça mais próxima é a dificuldade de acesso a esses locais, entretanto, também são observáveis: a falta de uma política local que incentive o desenvolvimento do turismo; a inexistência de uma infra-estrutura que estimule a vinda dos turistas; a falta de pessoal especializado e outros. Tudo isso pode resultar numa redução do fluxo turístico.

Em relação às oportunidades, comungamos as idéias de Moleta citado por Weissbach (2001) que apontam uma série de melhorias como: diversificação da renda; possibilidade de geração de empregos; o desenvolvimento local e outros. O mais importante no entanto, é o efeito multiplicador que o turismo pode gerar na região.

Baseando-nos em Ruschmann, entendemos por atrativo turístico, o elemento ou objeto capaz de atrair a atenção das pessoas de uma determinada localidade ou região.

Uma questão importante na análise do TER de Araponga diz respeito aos atrativos que são oferecidos aos turistas e que foram identificados pelos proprietários como sendo as mais importantes em suas propriedades.

“O meu modo de atender, certo? Mostrar o que eu tenho aí, a minha natureza, os rios, as cachoeiras, qualquer um que chegar aqui, eu tenho o maior prazer em ir ali e mostrar, o que eu tenho é isso. Qualquer hora que chegar, eu dou uma informação boa pra ele. Eu atendo com o maior o prazer, certo? Então, eu dou uma informação boa pra ele.” (Entrevistado A)

“Minha acomodação é mais para camping. [...] O público para camping é um público assim, de poder aquisitivo mais restrito né? Então, o interessante é fazer quartos [...]. É a beleza natural. O camping só funciona nos sábados, domingos e feriados e não tem como funcionar mais do que isso não, e eu nem estou investindo em publicidade. Esse meu terreno aqui, é considerado pela maioria das pessoas que conhece o entorno do Parque do Brigadeiro, um dos melhores no conjunto, se não for o melhor.” (Entrevistado B)

“É o trekking, o alpinismo, a gente tem sete ou oito vias de alpinismo, mas vias de muita qualidade, tem vias de quatrocentos e cinquenta metros, vias grandes de dificuldade maior ou menor. A gente tem passeios pelos rios, e dentro dos rios que é muito interessante, tem os lagos, tem as cachoeiras. É, a comida mineira típica, feita no fogão de pedra e à lenha bem artesanal, bem autêntica.” (Entrevistado C)

“Nós temos a Laje do ouro que é uma trilha muito bonita que fica no final de uma trilha de uns sete quilômetros, você já vai caminhando pela trilha e vai apreciando a natureza, pode ter eventualmente um contato com a fauna, e lá no final a laje do ouro. Prosseguindo por mais uma hora já pode escalar o Pico do Soares. São dois mil hectares de propriedade dentro de Araponga, acho que tem alguma coisa em Divino e Carangola.” (Entrevistado D)

Percebemos nas falas dos proprietários que as atividades atrativas estão ligadas diretamente aos aspectos naturais de seus empreendimentos, destacando a beleza cênica do local. Observamos que o entrevistado C destacou a comida mineira típica como um forte atrativo.

No entanto, considerando que os atrativos constituem a base na qual se fundamenta qualquer plano de desenvolvimento turístico (devendo ser prioritariamente inventariados e avaliados em seu potencial real), não verificamos a existência, nas áreas pesquisadas, de planos para um desenvolvimento local.

## 6.5. Estratégias e investimentos para desenvolver o TER na região de Araponga

Em relação às estratégias e investimentos a serem desenvolvidos objetivando incrementar a indústria turística no município, os proprietários entrevistados demonstraram possuir visões variadas sobre o assunto, destacando particularidades de seus investimentos, como pode ser observado a seguir:

“No meu modo de entender, o que ajudava muito aqui em Araponga, seria criar uma linha ou serviço para chegar até aqui, uma condução, para qualquer hora que chegasse o turista, ele tinha como chegar. O preço cobrado na cidade é muito caro. Muitos turistas acabam vindo a pé. Tem gente lá que cobra até cinquenta reais. Tem que deixar uma condução disponível.” (Entrevistado A)

De acordo com esse proprietário, a prioridade seria a criação de uma linha regular de transporte entre a sede do município e seus principais atrativos turísticos, coincidindo com suas propriedades. Essa situação demonstra uma das várias condições que impedem o desenvolvimento turístico local.

O entrevistado B acredita que mudando estruturalmente sua propriedade, transformando-a em pousada, aumentaria suas chances, ao mesmo tempo em que passasse a investir mais em publicidade, divulgando-a nas cidades vizinhas ou em outras regiões. Um outro ponto defendido seria a melhoria das estradas de acesso à sua fazenda.

“Bem, acho que mais ou menos a gente volta na mesma coisa. Que é transformar em pousada, a publicidade, o acesso, seria isso mesmo.” (Entrevistado B)

O entrevistado C destaca particularmente as melhorias que vêm ocorrendo no município de Araponga, estimuladas principalmente pelas incursões do turismo, destacando também melhorias das características psicológicas e afetivas da população local.

“Olha, o município de Araponga está sofrendo uma transformação enorme. Quando eu vim para cá, ele não tinha nenhuma condição de receber o turista, não tinha saneamento, nem água tratada, nem condições de cuidar do lixo, um monte de coisa. Hoje, a cidade se transformou e ela tá cuidando de sua cultura, de seu

folclore, das festas religiosas, tem uma biblioteca municipal saindo. Também, a auto-estima do pessoal também mudou, aqui tinha uma fama na cidade que ela não tinha como se sustentar e era uma fama ruim, mas mudou, e hoje é o inverso, eles estão vendo chegar gente de fora, chegando helicóptero, chegando pessoas interessantes e a auto-estima deles já vai subindo. Em termos de estratégia, eu vejo assim, que essas festas que o pessoal da cidade gosta muito, da cidade pequena gosta muito, e elas acontecem muito, elas poderiam ser melhor conduzidas, elas poderiam ser feitas sem dinheiro saindo daqui [...]poderia ser feitas pelos próprios atores daqui, essas coisas assim, que valoriza mais e funciona melhor. E no mais, é o tempo mesmo.” (Entrevistado C)

Por último, o administrador da Fazenda Serra do Brigadeiro afirma que desenvolver a indústria do turismo em sua propriedade não é vantajoso, principalmente em função do tipo de turismo que realiza, pois essa situação poderá se tornar uma ameaça negativa, principalmente ao meio ambiente.

“Em nossa propriedade torna-se muito complicado em querer desenvolver a indústria do turismo, até porque, como já foi dito, ele pode se tornar uma ameaça principalmente à população dos primatas ou miqui, que são o grande foco de estudo da propriedade. Acho sim importante desenvolver o turismo no município, mas não nessa estação de pesquisa.” (Entrevistado D)

A diversidade de respostas é consequência da diversidade dos tipos de turismo que ocorrem na região e também da falta de uma política comum que integre e coopere com o desenvolvimento das propriedades envolvidas com o turismo.

Acreditamos que a estratégia mais adequada ao desenvolvimento do turismo na região esteja diretamente ligada à busca por uma maior valorização dos atrativos turísticos rurais, buscando uma maior participação das unidades familiares de produção, como fornecedoras de produtos artesanais ou caseiros e também um envolvimento da comunidade.

## **6.6. Os diferentes atores envolvidos**

Os atores envolvidos no TER não constituem grupos homogêneos, principalmente levando em consideração as particularidades de cada propriedade envolvida

na pesquisa. Identificamos os seguintes grupos: proprietários rurais, familiares, comunidade, organizações governamentais e não-governamentais.

O grupo dos gestores dos empreendimentos turísticos é constituído por três categorias. A primeira é constituída por tradicionais proprietários rurais envolvidos com as atividades agropecuárias que, juntamente com seus familiares, ou pessoas da própria comunidade, administram e recepcionam os turistas, com variações conforme a realidade da propriedade. É o caso do Camping Remanso.

“Sou nativo de Araçuaia, nascido e criado, tem uns trinta e oito anos que moro aqui, mas nasci uns seis quilômetros mais para baixo. Depois que casei, morei uns dois anos perto do grupo [escolar], depois vim parar aqui. Nunca mudei de região. São oito filhos todos criados aqui. Todo mundo mora no que é meu, graças a Deus. A gente tem uma família unida, trabalhadeira, graças a Deus. Nós lutemos e compramos aqui. Nós entramos aqui como empregado, fazendo favor para os outros, certo? Deus abençoou e compramos esse pedacinho. Hoje eu tenho a minha família toda colocada aí, certo? Hoje eu tenho área pra minha família e os de fora trabalhar. Aqui tem todo dia, dezesseis, dezessete companheiros da família, quando aperta, o cara vem um ou dois dias, que só o pasto eu gasto trezentos homens de foice, é muito, quando eu vou apanhar o café, a minha safra aqui é de três a quatro meses, é cento e quarenta mil pés [....].” (Entrevistado A)

A segunda categoria de proprietários é formada por pessoas que no passado tinham contato com o meio rural, mas buscam uma nova atividade econômica ao mesmo tempo em que fogem do cotidiano estressante do meio urbano. Enquadram-se aqui os exemplos da Pousada Serra D'água e da Fazenda do Brigadeiro.

“Sou de Viçosa, conheci aqui [esse lugar] já na década de setenta eu vinha aqui para freqüentar as cachoeiras, e então eu já conhecia a região.” (Entrevistado C)

“Eu comprei a propriedade e entendi que para eu ficar aqui, a pousada era necessária; porque, pra montar uma fazenda, trabalhar com fazenda, não era minha praia, então eu não sabia se ia me adaptar muito bem. Com a pousada você tem uma relação social maior, o parque já tinha feito o inventário turístico da região, eu já tinha visto que havia uma possibilidade de ter a pousada. Sabia que o parque ia sair, sabia que o asfalto ia chegar, então, usando as informações que eu tinha e as previsões que tinha, eu optei por montar uma pousada.” (Entrevistado C)

Na terceira categoria ressaltamos os proprietários rurais residentes em centros urbanos, que adquiriram propriedades rurais para iniciar seus empreendimentos no turismo,

envolvendo-se com atividades de lazer em suas terras. Enquadra-se aqui o Camping Vale da Lua.

“É uma idéia antiga, há muito tempo eu queria mexer com isso. Conheci o lugar, vi que o potencial lá é enorme, comprei o terreno e vi o terreno, resolvi investir. Mas bem na verdade o local está bem no início. O turismo em Araponga tem potencial e está começando e está faltando uma série de coisas básicas pra poder a gente explorar efetivamente [...]” (Entrevistado B)

Neste grupo de gestores, dois proprietários vivem do turismo (entrevistados B e C), um da produção do café (entrevistado A) e um último (entrevistado D), da pesquisa em sua propriedade. Mas todos os entrevistados se consideram proprietários rurais e são, em sua maioria, residentes na área rural. Aí abriram suas propriedades ou investimentos para visitação e hospedagem sem um planejamento prévio e mesmo sem um entendimento aprofundado do que vem a ser turismo no espaço rural.

Quanto à participação da família, isso ocorre mais significativamente no Camping Remanso, exercendo um papel fundamental nas relações da propriedade com o turismo.

“Tanto eu quanto dois filhos já têm curso de turismo, inclusive eu tenho duas filhas, tenho quatro noras, elas todas são cozinheiras, certo? Se apertou, todo mundo vem. Quem mais ajuda é quem mora mais perto da estrada, se apertar eles vêm. Agora quem mais ajuda é o pessoal da família mesmo, nós não paga ninguém de fora não.” (Entrevistado A)

Na Pousada Serra D’água a família já teve um papel mais significativo quando o empreendimento estava no início de seu funcionamento. Hoje, porém, as atividades são desempenhadas por outros atores.

“Eu comecei com minha mulher e com a tia dela até aqui e depois tive que agregar mais funcionários. Já tinha gente que nasceu aqui, mas eu trabalho com uma equipe pequenininha, enxuta, uma coisa meio assim cidadezinha, procurando manter o mesmo pessoal sempre, mas é pequena, enxuta, é um pouco familiar com pouco funcionário, o pessoal é mais daqui mesmo, pegando sempre o pessoal daqui; quem veio de fora foi eu, minha mulher e a tia.” (Entrevistado C)

Ocorre também exemplo de propriedades onde a família nunca participou do empreendimento.

“A família não participa, porque a gente não mora aqui, então, é essa característica de propriedade rural, de turismo rural. É quando a família geralmente mora no local né? Mas a gente não.” (Entrevistado B)

O terceiro grupo é o da comunidade. Seu envolvimento com o TER ocorre ainda de forma pouco significativa, sendo praticamente inexpressivo entre as propriedades que realizam algum tipo de turismo. Existe uma falta de articulação entre as comunidades locais e os empreendimentos turísticos, o que inviabiliza um planejamento integrado dos envolvidos. Apenas um entrevistado afirmou que há um pequeno envolvimento com a comunidade no sentido de lá estar comprando os seus produtos.

“A gente trabalha com o pessoal da vizinhança, eles usam meu terreno de café, uso o carro de boi de um; se eu preciso de mais um cavalo eu uso o cavalo do outro e eu compro o ovo caipira de um, eu compro o leite de outro; eu procuro não produzir nada. A idéia inicial era de se ter uma auto-suficiência, mas eu percebi que é melhor o caminho inverso: eu não produzir nada [...] as produções vou comprando dos vizinhos, com isso vou tendo um relacionamento muito interessante com eles.” (Entrevistado C)

Em todas as propriedades (exceto o Camping Remanso) ocorre a presença de empregados, estes se caracterizam como sendo moradores da comunidade local, e que trabalham nas fazendas prestando serviços ou mesmo morando dentro do empreendimento turístico, geralmente sem garantias trabalhistas.

Estes moradores exercem funções significativas no desenvolvimento das tarefas do dia-a-dia das propriedades turísticas, exigindo pouca qualificação profissional tais como: caseiros, cozinheiras, faxineiras, peões e outros.

No Camping Remanso e na Pousada Serra D'água verificamos que alguns funcionários ou familiares do proprietário realizaram cursos técnicos para guias em trilhas. Geralmente são cursos de curta duração oferecidos por instituições governamentais e realizados na sede do município.

“Eu tenho dois guias que fizeram cursos no SENAR [Serviço Nacional de Aprendizagem Rural], e na realidade é curso de condutor, a gente chama de guia, porque se eu falar de condutor vão achar que tão no ônibus, certo, porque na verdade eles inventam tanto nome, e é o nome que fica mais fácil para gente. Na verdade, o guia é o cara que traz o turista. Eles são os que conhecem perfeitamente as trilhas, são capazes de até, se precisar, jogar alguém nas costas; eles são capazes de trazer se a pessoa tiver algum problema.” (Entrevistado C)

“Tanto eu, quanto dois filhos já têm curso de turismo, [...] Se precisar de um guia, ele [um dos filhos] ajuda (...) eu acho bom levar a turma lá em cima [no Pico do Boné], pegar uma turma mais estranha que depende da gente; você toma mais conhecimentos, vai abrindo campo, vai abrindo espaço pro outro, tá certo? Vai batendo papo, tomando conhecimento, tal e tal, aquilo traz outro.” (Entrevistado A)

“Esse curso é de guia de turismo, ele foi dado pela UFV em Araponga mesmo. É interessante o modo deles ensinar a gente. Eles deram uma orientação boa. Já faz uns dois, três anos que eu fiz o primeiro. O outro [curso] deve estar com um ano e pouco. Eu sempre faço lá e eles até mandam o certificado para mim. Teve até uma professora [...] então ela que deu um curso aí pra nós de três dias [...] depois foi outro professor lá de Viçosa que deu o curso pra nós. [...] Pro turista é bom, o guia é que tem que ensinar, ele tem que sair preparado para atuar, pois ele [o turista] pode se machucar e de qualquer problema você é responsável por ele. Não é só levar e pegar o cobre dele não uai. Num tá certo?” (Entrevistado A)

Também como atores envolvidos no TER das propriedades estudadas identificamos as organizações governamentais e não-governamentais. Este grupo é representado principalmente por instituições de ensino superior, por órgãos governamentais, pelos gestores do PESB e pelas ONG’s.

De maneira geral, o que observamos é que a atuação desses órgãos quando ocorre, se faz de maneira simples e discreta, necessitando de uma ação mais constante e atuante onde o movimento turístico ocorre.

Alguns proprietários reclamaram da falta de apoio e incentivo no desenvolvimento do turismo em suas propriedades; este fato contribui para o desenvolvimento tímido e acanhado do município. Esta falta de apoio é ressentida tanto em relação às instituições de ensino quanto à prefeitura local, conforme demonstram o depoimento a seguir:

“Não, por enquanto não, a gente não tem ajuda de nada da prefeitura.” (Entrevistado A)

“Não, não tem! É aquilo que eu te falei. A comunidade do entorno do parque já assimilou bem mais o turismo do que o poder público. O poder público sabe, ainda tá ali meio na dúvida. Não tem interesse, o turismo não é uma criação de emprego.” (Entrevistado C)

Esse mesmo entrevistado questiona a pequena participação da UFV, principal instituição de pesquisa da região e uma das idealizadoras do PESB.

“[...] nós temos hoje é uma universidade que não é interessante para a região, nem a função dela é interessante pra região [...] não é, por exemplo, Carangola que tem uma pequena faculdade, vou chamar assim, que tem uma participação muito mais

efetiva do que todo o conjunto de biologia, de floresta, mais que a universidade de Viçosa, e isso faz parte da nossa região, faz parte da nossa estagnação e da nossa insipiência, vamos falar assim. Não estou cobrando, estou comentando, o comentário veio da universidade e então de qualquer forma estou comentando.” (Entrevistado C)

Em relação à participação e ao envolvimento dos gestores do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, ele não corresponde efetivamente às necessidades que as propriedades pesquisadas esperavam. Para alguns proprietários falta por parte do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF), um maior controle do parque.

“Em termos de participação ou contato com a administração do parque é nenhuma. O parque não dá nenhuma assistência ao pessoal do entorno. Não tem incentivo [...]” (Entrevistado A)

“Olha, a gente tem uma relação informal com o parque. Existe uma parceria informal do camping com o parque, é informal porque não tem nada no papel e o próprio parque ali está desorganizado; na verdade o parque só existe nas limitações [área fronteira do Parque]. Então, a gerência pediu para que a gente fizesse controle ali, só que não funciona porque tem várias entradas e nem todo mundo vai passar pelo camping. Mesmo ali no Boné, a idéia seria concentrar a entrada daquela parte do parque no camping, para se ter um controle de quem entra e de quem sai do parque, só que mesmo ali, você tem várias entradas tá. O próprio parque se ele não se organizar nesse sentido, não tem como né?” (Entrevistado B)

“[...] não que eu não tenho acesso ao IEF, eu tenho uma relação plena como IEF, que é o gestor do parque, mas eu não tenho acesso assim a como vai ser o parque amanhã. Eles inaugurarão o parque agora.” (Entrevistado C)

Existe por parte de alguns proprietários uma certa expectativa com a inauguração do parque. Para os proprietários, principalmente dos camping, essa abertura a nosso ver, provocará um maior fluxo de turista, o que ampliaria o número de acampados em suas propriedades, uma vez que não é permitido acampar dentro do PESB.

O município de Araçuaia faz parte do denominado Circuito Serras de Minas. Esse circuito turístico foi criado pela Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais na década de 90 com a finalidade de estimular e desenvolver o turismo regional em todo o Estado, mas o referido Circuito ainda não alcançou seus intuítos conforme afirma um proprietário que também é o seu atual presidente.

“ Circuito Turístico Serra de Minas ele tem hoje onze municípios das microrregiões de Ubá, Ponte Nova e Viçosa, na realidade o poder público e as prefeituras já

começam a contribuir, já começam a participar; alguns municípios estão fazendo leis específicas, mas a gente tá numa fase de tentar nesses dois próximos anos, que é o período do meu mandato, colocar também a iniciativa privada também junto porque o circuito é uma ONG. ONG é um terceiro setor, mas no caso específico, ela tem a participação do poder público e da iniciativa privada. Não pode ficar só no setor público, é um processo longo, a gente tá um pouco à frente da média ou da grande maioria dos outros circuitos em termo de organização, é por causa da dificuldade mesmo: o presidente mora em Araponga, a vice-presidente mora em Guaraciaba, o secretário mora em outra cidade, a gestora em Viçosa, então tem toda essa coisa. O circuito é uma tentativa do Estado de fugir um pouco da responsabilidade dele de assumir sozinho a questão do turismo e ao mesmo tempo deixar a coisa um pouco mais conceituada com a coisa sendo feita a partir do regional.” (Entrevistado C)

Segundo o entrevistado acima, existem alguns projetos e planos de apoio ao turismo local, como é o caso da própria existência do Circuito Serras de Minas. No entanto, não verificamos a existência real desses projetos, e se eles existem, não têm atingido seus objetivos, nem são acolhidos pelos proprietários rurais, que são os principais atores diretamente envolvidos no desenvolvimento e também na consolidação da atividade turística.

## **6.7. As muitas modalidades de atividade turísticas**

Reconhecemos a forma de turismo adotada nas propriedades como aquela voltada para a realidade agropecuária e ao cotidiano da fazenda, identificamos nessas propriedades algumas atividades de turismo no espaço rural, que são: pousada-rural, camping, chácaras de recreio, restaurante ou bar rural, trilhas e aulas de campo.

De maneira geral, a Pousada Serra D’água tem no ecoturismo<sup>11</sup> o seu principal segmento, servindo-se de várias trilhas e favorecendo a prática de um turismo de aventura.

A propriedade Fazenda Serra do Brigadeiro vive do turismo de experimento, assim denominado por causa das pesquisas científicas em suas terras. As duas restantes vivenciam apenas a atividade de camping modalidade turística.

---

<sup>11</sup> Aqui adotamos o conceito da EMBRATUR (1994).

Na propriedade onde o ecoturismo é o principal segmento, a presença de uma pousada-rural garante o diferencial do lugar, atraindo principalmente grupos familiares de outras cidades. Essa pousada-rural é a única do município.

“Olha, [...] é uma pousada e como ela é pequena, ela tem o trabalho de atendimento bem personalizado. As pessoas são bem atendidas eu acredito e ao mesmo tempo se sente bem a vontade. Não tem aquela coisa muito padronizada; não há um padrão de atendimento, mas um atendimento de padrão.” (Entrevistado C)

O tipo de seguimento existente, ou seja, o ecoturismo - que em muitas situações é identificado como turismo de aventura - representa um grande estímulo principalmente aos turistas mais jovens, os mais seduzidos por esse tipo de aventura. Porém, com um menor poder aquisitivo para se hospedar na pousada, tendem a preferir a área destinada ao camping.

Nas áreas de camping, também não ocorre uma padronização entre eles, apesar de circunvizinhos. O Camping Vale da Lua se apresenta mais estruturado, possuindo restaurante, banheiros e locais fixos destinados à instalação das barracas. Estes locais estão estabelecidos em dois níveis diferentes e aplainados.

“Para camping a estrutura é boa né; tem quatro chuveiros quentes, sanitários masculinos e femininos, tem áreas planas para as barracas né, tem um restaurante, que serve café da manhã, serve refeição, mas a idéia é fazer quartos e você pegar um público de maior poder aquisitivo.” (Entrevistado B)

O Camping Remanso possui pouca estrutura; não existe banheiro próximo às áreas de acampamento. Os locais para instalação de barracas são livres e se estendem ao longo de todo o rio. Na entrevista, o proprietário afirma que não existe reclamação por parte do visitante.

“Não, normalmente eles não têm queixa, não têm reclamado. Uma parte sempre fala: ‘o senhor poderia fazer um chalé, uns quarto’. Mas a estrutura é pouca aqui. O movimento é muito pouco, a gente pode fazer um investimento e não juntar gente. Você pode fazer que outros fregueses possam frequentá, tá certo? Fazer uns quarto, fazer uns banheiro lá embaixo [...]” (Entrevistado A)

“[...] por enquanto não tem separação. O povo acampa lá na beira do rio, é tudo livre, tudo aberto certo, não tem lugar fechado. Bem que eu queria fazer uma área tipo um campo, mas eles [IEF] não me autorizaram. Eu queria fazer com um trator, mas eles não me autorizaram, [...]. Se eles autorizarem eu até pago até por minha

conta a máquina. [...] tem um brejo, tem um lugar morrado, como é que você vai acampar? Não tem jeito uai. Tá daquele jeito, porque eles não autorizam pra gente. Se ele me autorizar, aí eu faço as coisas direitinho. Eu acho que merece. Ali deve ter umas sessenta pessoas por ali. O povo gosta daqui, é gente pra todo lado, hoje deve ter umas quarenta ou cinquenta pessoas” (Entrevistado A)

Verificamos que todas as propriedades possuem trilhas e que são utilizadas pelos turistas. Algumas são de pequena extensão, como ocorre nas áreas internas dos camping. As melhores trilhas dos camping são as que se destinam ao Pico do Boné, principal atrativo do Município de Araponga, e que se encontram em áreas pertencentes ao PESB.

Na área da Pousada Serra D’água, as trilhas também são constantes e constituindo um dos principais atrativos da propriedade, sendo inclusive destinadas a esportes de aventura, como corridas de regularidade ou mesmo como aulas de campo de várias disciplinas escolares, contando inclusive com a condução do próprio proprietário.

“Quando é pra escola, eu mesmo faço [a condução da visita], porque a gente vai aprendendo com os biólogos, com o pessoal que conhece, com o próprio dia-a-dia, a experiência. Então, a gente acaba tendo um discurso interessante aí dentro da mata, a gente vai mostrando as coisas. É um negócio assim, muito sensorial; não tem uma palestra, a gente vai conversando, conversa daqui, conversa dali e funciona muito bem [...] e quando é para levar lá no alto, o pessoal mesmo vai; eu vou quando estou disponível pois adoro ir.” (Entrevistado C)

Também na Fazenda Serra do Brigadeiro a presença de trilhas é uma constante. No entanto, grande parte das trilhas não é destinada ao turismo de massa, mas utilizadas como meio de locomoção dos pesquisadores que trabalham na propriedade e vivem embrenhados na mata.

“Nós temos em torno da fazenda uma série de trilhas que foram feitas a trator na época do desmatamento da fazenda. Então, eu calculo que dentro da fazenda nós temos cento e cinquenta quilômetros de estradas que a pessoa pode caminhar; estradas que ele pode observar a fauna com conforto sem ter que andar de lado praticamente em toda a região da fazenda.” (Entrevistado D)

Um fenômeno que vem ocorrendo na região e que observamos no Camping Vale da Lua e na Pousada Serra D’água é o lançamento de chácaras de recreio ou condomínio em áreas muito próximas aos empreendimentos turísticos. Nos dois casos, o terreno foi vendido pelos respectivos proprietários para essa finalidade.

Este é um fenômeno novo que ocorre na região e se caracteriza mais como um turismo de segunda residência, já que segundo os ex-proprietários do terreno, seus novos vizinhos - a maioria originários da cidade de Viçosa - só aparecem nos finais de semana e feriados.

Os dois empreendimentos imobiliários são divergentes entre si. O primeiro loteamento, denominado localmente de condomínio, pertencia ao Camping Vale da Lua. Constitui-se de alguns poucos lotes localizados entre os dois camping, com uma vista privilegiada do vale e que aproveita a pouca infra-estrutura do local; porém, as residências já construídas possuem um alto padrão quando comparadas com as moradias locais.

O segundo empreendimento localizado nas proximidades da Pousada Serra D'água é denominado de chácara e é mais recente. Possui uma melhor infra-estrutura, como abertura de ruas, calçamentos, água e luz. Essas chácaras são um projeto de complementação da renda conforme podemos comprovar na fala do ex-proprietário:

“[...] a minha história não tinha nada a ver com o café e com o gado. Para fazer essa fazenda funcionar com o café e com o gado eu teria que ter aqui uns dez funcionários, eu queria uma coisa um pouco mais leve pra mim, queria pegar uma coisa um pouco mais leve que eu pegava na cidade, então o chacreamento pra mim é fácil, é claro que se eu quisesse uma coisa mais complexa, se eu fosse construir as casas todas do condomínio aí eu voltaria de novo àquela coisa pesada da cidade. Então como meio termo, fazendo só as chácaras, ela me complementa e é uma forma de eu trazer as pessoas aqui até a serra e é uma forma de eu aproveitar um pouco mais o restaurante, a minha infra-estrutura, que além da pousada, as pessoas que vierem comprar as chácaras aqui poderão usar um pouco mais essa estrutura.” (Entrevistado C)

Mesmo os proprietários que adquiriram as fazendas presumindo uma possibilidade de ativá-las com o turismo, não procuraram desenvolver o cotidiano produtivo agrícola. Seus objetivos não são o abastecimento do empreendimento com os próprios produtos.

## **6.8. As relações entre as propriedades envolvidas**

Questionados a informarem sobre suas relações com os vizinhos do entorno de suas fazendas, os proprietários não demonstraram problemas ou situações de conflitos com a

vizinhança por causa das atividades turísticas. Percebemos em suas falas que eles se tornaram uma referência na comunidade.

“Muito bom, sou muito bem recebido por eles, me sinto muito à vontade com todos eles.” (Entrevistado B)

“[...] as produções vou comprando dos vizinhos, com isso vou tendo um relacionamento muito interessante com eles. É, a gente não participa muito, a gente não tem uma comunidade organizada, eu não me proponho a ser uma liderança também, é, se houvesse uma coisa organizada eu participaria, não seria o motor disso, não estou me propondo a ser, mas a gente tem bons relacionamentos, eu doei o terreno pro grupo escolar, doei o cascalho para o IEF pra poder fazer a estrada [...] então, a relação com a comunidade é a melhor possível, a milha filha quando estudava aqui, estudava na escola daqui.” (Entrevistado C)

Já o contato entre as propriedades envolvidas com o turismo ocorre de forma tranqüila não existindo entre eles desavenças, mas também não ocorre uma aproximação no sentido de unirem forças para buscar junto às autoridades locais melhorias na estrutura de acesso aos seus empreendimentos ou mesmo para uma política em comum com o turismo.

“Tem muita amizade com o Virgílio [entrevistado D] [...] a gente sempre conversava muito, mas desde que vim pra cá, a gente perde um pouco de contato, até mesmo porque a gente tá trabalhando nos mesmos dias, às vezes que eu fui visitá-lo, é dia de semana e então ele não estava lá. O Vanderli [entrevistado B], eu tenho um contato um pouco maior porque algumas reuniões do Circuito Turístico Serras de Minas que eu sou presidente hoje, ele participou e me visita de vez em quando, um pouco mais amiúde, porque é mais perto também, mas o Virgílio está bem mais distante né?” (Entrevistado C)

Com respeito à Fazenda do Brigadeiro, que agora se encontra associada à Universidade Federal de Viçosa e que vem transformando sua área em local de pesquisas e experimentos, descaracterizando sua função turística, começa a ocorrer um isolamento natural seu com os outros empreendedores do turismo. Um proprietário afirma:

“Aquilo lá é um outro lugar que o povo tá indo. Agora tá ficando mais para pesquisa, porque lá, aquela fazenda está dentro do parque. A minha aqui e do Vanderli são particular, o Ronaldo [entrevistado C] também é particular, então, o parque é mais em cima e não tem ninguém acampado dentro do parque. Isso aí eles não autoriza o povo acampar. Por acaso eles estão indo lá em cima porque está tudo aberto, não tá fiscalizado, não tem uma guarita, não tem nada, o povo chega

qualquer hora, aí entra e sai. Inclusive eu ouvi que eles estão fazendo uma nova portaria de lá pra cá, mais acho que ela deva ser duas, uma na entrada e outra aqui. Porque lá a trilha é uma só, de lá pra cá, sai na Pousada, e tem outra aqui que é a trilha do carvão. Quer dizer que eles precisam fazer a de lá e a daqui, porque são duas que atravessam assim e vaza pra lá.” (Entrevistado A)

A questão das duas portarias sugeridas pelo entrevistado A, está ligada diretamente a grande extensão do parque que envolve vários municípios. A entrada principal está sendo construída próxima a Pousada Serra D’água, na parte centro-sul do parque, no entanto, a região dos camping é o local mais visitado do município, sendo que suas trilhas levam ao Pico do Boné. Acreditamos que a construção dessa portaria evitaria o fluxo ilegal de visitantes dentro do parque, aumentando também o fluxo de visitantes nessas propriedades.

De maneira geral, não ocorre uma aproximação mais significativa entre eles; não existe um esforço no sentido de buscar uma cooperação para solucionar seus problemas em comum, nem mesmo a implantação do Circuito Serras de Minas favoreceu esses contatos, provavelmente por não ter alavancado o turismo na região.

## **6.9. Os padrões de desenvolvimento local das propriedades envolvidas com o turismo**

A demanda pelo turismo no espaço rural de Araponga vem ocorrendo de forma lenta e gradual, no entanto, não constatamos que vem ocorrendo de maneira significativa uma melhoria nos padrões de desenvolvimento local das propriedades envolvidas.

Esse fator é consequência da pequena participação em termos de arrecadação municipal e também da inexpressiva participação dos munícipes envolvidos com o turismo. A própria população local e o poder público ainda não perceberam que o TER pode ser um estímulo para dinamizar a incipiente economia local.

Inquirido sobre os padrões de desenvolvimento local, um proprietário afirmou:

“[...] Não é um trem que vem depressa não, você não pode garantir que no final de semana vai ter gente. Ou tem muito, ou tem pouco ou não tem nenhum, então, quando menos você espera chega gente, certo? Então de qualquer maneira é preciso que você trate bem a vendinha [bar rural]. Você tem que estar investindo. É igual aquele cômodo que eu fiz ali, aqueles cômodos é enxergando isso, [...] só com o turismo eu já empatei uns quinze mil contos [reais] aqui, só para fazer umas casas pra fazer um atendimento. Porque chega o cara aqui de moto, chega de bicicleta, chega a pé, e não tem jeito de trazer o que ele precisa, então, preciso ter aquele

barzinho ali, ter um carvão, precisa ter uma carne, uma lingüiça, um frango, uma carne de porco, ter lá um fósforo, uma vela, uma mercearia, uma cachaça um refrigerante, um açúcar, um macarrão, tá certo? Então eu tô fazendo o investimento pra isso.” (Entrevistado A)

Este entrevistado também respondeu:

“O importante é a estrada e a estrutura melhor para os turistas, a falta de placas de sinalização. Eu acho muito importante ter uma sinalização.” (Entrevistado A)

Sendo seguido em sua resposta por outro proprietário que também aposta na parceria público-privada.

“Eu colocaria em relação a esse universo como básico, é a estrada, é publicidade, é parceria com o poder público e interesse desse poder público em estar envolvido, porque você chega lá e quer desenvolver o turismo, mas o poder público não tem interesse, fica difícil tá. Porque ali é um trabalho de parceria tá, não tem jeito. É investir, o próprio empresário fazer a parte dele né, investir, dar estrutura ali.” (Entrevistado B)

E um outro proprietário aposta na abertura do PESB para estimular o desenvolvimento das propriedades, destacando o tipo de turismo que é realizado em sua propriedade, o papel das ONG's e também da organização que participa.

“Olha, eu acho que o fator mais importante para começar é o Parque que está chegando, tá inaugurando. Acho que esse é o fator mais importante no momento. Porque chegou luz, chegou asfalto próximo, chegou assim, algumas coisa básica, e não tem como trazer o grande centro, aqui pra perto, isso não dá para acontecer mesmo, mas o turismo ecológico ele está numa posição de curva crescente ainda e ainda vai crescer muito por um bom tempo, e esse crescimento do turismo ecológico no país vai ter conseqüências aqui, essas organizações das ONG's, elas vão ter o reflexo dos trabalhos delas, o próprio circuito turístico Serras de Minas, que a gente participa, ele tende a ajudar com o tempo as coisas a acontecerem aqui, não só pelas ações dele, mas até pelas próprias conseqüências das políticas do governo do estado que não vai levar nada para o município que não estiver dentro do circuito.” (Entrevistado C)

Acrescentando ainda:

“[...] O Circuito é um começo de organização, agora, o PESB, que está inaugurando esse ano ainda, estão terminando as obras ainda, é que pode ser o motor do turismo aqui nos próximos anos, então a perspectiva é boa, e dizer que vai explodir, o Parque não tem aquelas dimensões espetaculares para a explosão, se considerar

que está a uma distância um pouco grande das cidades maiores que podem trazer o turista de fim de semana, então o turista da capital ele vem aqui mais nos feriados e a sustentação do turismo durante os quarenta e poucos finais de semana comuns, é feita através de cidades que têm aqui, basicamente Viçosa e Visconde do Rio Branco, são as duas que têm respondido assim muito bem. [...] Tenho plenamente uma expectativa com o turismo, porque as coisas vão melhorando por aqui.” (Entrevistado C)

Este mesmo proprietário identificou o porquê do lento padrão de desenvolvimento local das propriedades envolvidas:

“O turismo está começando agora, nesse aspecto com certeza. E com certeza é uma zona de estagnação econômica, num país de estagnação econômica. É claro que existem locais no Brasil que não estão estagnados, mas o país de modo geral está e a Zona da Mata é uma delas. Com certeza o turismo é incipiente sim, o turismo tá começando. Araponga especificamente é cidade que está ficando muito bem na fita, vamos falar assim, em termos de Zona da mata, com certeza ela está ficando muito bem; com o café, com a estrutura que foi criada aí nos últimos anos, são coisas que se fala em outro lugar que já era pra existir há muitos anos, talvez há décadas ou há séculos.” (Entrevistado C)

Em resumo, o tipo de turismo realizado nessas propriedades ainda não se mostrou eficaz a ponto de alavancar os potenciais turísticos locais, gerando na região uma perspectiva, principalmente junto aos grupos envolvidos nesta pesquisa. Entretanto, os proprietários ainda mantêm a convicção de que o turismo ainda será o fator de desenvolvimento do município.

## **6.10. A relação de dependência com a paisagem natural**

Considerando as possibilidades de oferta turística, observamos especialmente na área de estudo, uma atenção especial do turismo no espaço rural com a natureza, transformada no principal atrativo das propriedades.

Como afirmamos no item 6.4, percebemos uma inter-relação das atividades atrativas e dos aspectos naturais existentes nas propriedades, conforme observamos nas falas dos proprietários:

“O que eu tenho a oferecer para eles é a natureza que eu tenho aqui.” (Entrevistado A).

Segundo o entrevistado A, a natureza é o que ele tem. No entanto, esse proprietário afirmou que pretende realizar algumas transformações em seu empreendimento, buscando aplainar a área de instalação das barracas para melhorar o local, mas ainda não obteve autorização do IEF, já que sua propriedade faz parte do entorno do PESB.

Observamos nessa propriedade que a natureza vem em segundo plano, já que a atividade agrícola é o carro chefe da propriedade. Um fato muito comum observado em toda a região é a utilização das matas nativas para a obtenção de lenha e madeira, podendo inclusive ser comprada em pequenos volumes.

Um segundo proprietário associa os recursos naturais existentes na propriedade com a divisa que faz com o Parque.

“Olha, de bom tem assim, várias coisas; tem quase tudo de bom, tem cachoeira, tem recursos naturais, tá na divisa com o parque né, lá pra cima não tem morador, só unidade de conservação; então é, quando você toma um banho de piscina [natural] dentro da propriedade, você sabe que é uma água limpíssima, você pode beber. O ponto é alto, você avista longe, é área de preservação ambiental. Tem várias características boas.” (Entrevistado B)

Para o entrevistado B, a natureza também é o ponto forte principalmente por fazer parte da divisa do Parque. Entretanto, o camping também sofreu transformações próximas à sede da propriedade, para uma melhor adequação dos serviços oferecidos.

Na terceira propriedade, o entrevistado destaca:

“O fato de estar longe dos grandes centros, tem os aspectos positivos, [...] aqui é o portal de entrada [entrada do PESB], isso é bom, e a beleza natural em todos os aspectos dela. A gente tem terras que vai de mil a mil oitocentos e cinquenta metros, e com toda essa variedade, essa quantidade de água, e a ausência de mosquito, pernilongo, essas coisas assim, ajuda bem.” (Entrevistado C)

Na Pousada Serra D'água, a interferência é mais nítida na paisagem quando observamos as melhorias realizadas. É a propriedade que oferece o melhor conforto da região.

Um outro fator de destaque no local é a construção de chácaras que tendem a significar uma nova atividade impactante para a região, já que existe por parte do

proprietário uma expectativa de aproveitamento dos investimentos realizados na pousada por parte dos novos moradores.

Analisando as falas dos proprietários, percebemos uma intrínseca relação de dependência com o meio natural, no entanto, eles não destacaram como vêm tratando essa natureza. Existe nos locais pesquisados algumas alterações que vem sendo feitas no sentido de tornar o ambiente mais propício ao turismo, porém, essas alterações ainda não são significativas a ponto de descaracterizar profundamente o ambiente rural.

Também notamos que existe na fala dos proprietários uma preocupação conservacionista, mas, no entanto essa natureza tende a ser modificada quando atrapalha a expansão do lugar.

Por último, podemos afirmar que todas as propriedades possuem uma relação de dependência com a paisagem natural, fazendo do meio natural seu atrativo mais importante e também a sua fonte de renda, principal ou não, conforme a propriedade.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa procuramos delinear a realidade das atividades turísticas e identificar a possibilidade de coexistência com as práticas agropecuárias cotidianas, compreendendo o modo que elas interagem no espaço local.

Com os resultados obtidos tendo como base a natureza exploratória da pesquisa e as reflexões desenvolvidas a partir das entrevistas, procuramos formular algumas considerações sobre o mosaico de atividades turísticas que ocorrem no espaço rural da Microrregião de Viçosa, especialmente no Município de Araponga.

Essas considerações resultaram numa geração de dados que permitirá a elaboração de comunicações que possam auxiliar as tomadas de decisões e fornecer subsídios que conduzam às novas políticas públicas mais adequadas à realidade local.

Entende-se a princípio, neste trabalho, que evidenciando a trajetória do turismo no espaço rural e reconhecendo o contexto em que se insere, é possível contribuir para equacionar o presente estado das atividades turísticas rurais, mapear e analisar suas condições de desenvolvimento. Desse modo, muito se fala no turismo como um fator que possa valorizar o trabalho e o ambiente do produtor rural.

Verificamos em campo que o tamanho das propriedades é muito diversificado, variando entre quatro hectares, Camping Vale da Lua, ou ultrapassando os mil hectares, é o caso da Fazenda Serra do Brigadeiro. Vale ressaltar que nas maiores propriedades os visitantes podem experimentar um maior número de entretenimentos, que nem sempre são oferecidos pelas unidades menores.

Informações coletadas durante a pesquisa evidenciam que duas propriedades (Camping Remanso e Pousada Serra D'água) ainda trabalham com o plantio de café e produtos de subsistência, porém, não ocorre uma integração dos turistas com as atividades rotineiras da fazenda, que são mais comuns em atividades do agroturismo.

Os locais de visitação dentro das propriedades, de modo geral, localizam-se junto da sede e seu entorno, pois é junto à sede das fazendas que se localizam os principais equipamentos como: estacionamentos, alojamentos, sanitários, restaurantes ou bar, entre

outros, com exceção dos atrativos naturais que situam-se em postos mais distantes; no entanto, os turistas têm livre acesso em toda a propriedade.

Apoiados na tipologia de Rodrigues (2000), podemos afirmar que três das propriedades rurais pesquisadas têm um caráter de natureza contemporânea, sendo consideradas como áreas de turismo rural contemporâneo, predominando a pousada-rural e os campings rurais.

O Camping Remanso apresenta um turismo rural voltado para a realidade produtiva agrícola, baseado no padrão europeu, principalmente o francês, que pelo seu pioneirismo ainda se faz presente na propriedade.

Cabe ressaltar também, que o agroturismo não ocorre como modalidade nas propriedades rurais pesquisadas em Araponga, como é comum em outras áreas do estado ou do país. Mesmo na área do Camping Remanso onde a agropecuária é a principal fonte de renda do produtor e a família participa nas atividades turísticas, não existe registro de venda dos produtos fabricados na fazenda tais como queijos, café, hortifrutigranjeiros ou artesanato local e que possam ser oferecidos aos turistas.

Observamos na região, que um dos grandes fatores que impedem o desenvolvimento do turismo nas propriedades está ligado diretamente a qualidade das vias de acesso às propriedades. As estradas na maior parte do ano são intrafegáveis, durante o verão, que corresponde ao período de chuvas, os atoleiros impedem qualquer fluxo, e no inverno, período das estiagens, buracos, perambeiras e muita poeira também não facilitam a vinda de turistas.

Em síntese, não existe uma preocupação por parte dos órgãos públicos em conservar ou melhorar as estradas vicinais que dão acesso às propriedades envolvidas com o turismo no município.

Não constatamos na região, que o turismo no espaço rural esteja provocando uma revitalização econômica e social do entorno onde ele ocorre, é provável que essa situação esteja acontecendo, mas ainda de forma tímida por ser uma atividade relativamente nova. Verificamos que o turismo não atende algumas características importantes como: integração da atividade turística no local; qualidade dos equipamentos e atividades prestadas ou mesmo a existência de uma oferta integral articulada com as atividades e alojamentos.

Usando a tipologia de Ruschmann (1994), identificamos como atrações básicas às características naturais das propriedades como as cachoeiras, rios, matas e montanhas e os serviços oferecidos no local como sendo secundários, o que nos permite classificá-las como hierarquia 1, que é uma atração com alguns chamativos, capaz de atrair turistas de outras regiões, por outras motivações turísticas ou mesmo capaz de motivar correntes turísticas locais.

Fazendo alusão a Cerro citado por Ruschmann (1994), que distinguem dois tipos de atrativos nas propriedades, os atuais ou reais e os potenciais, observamos que: no Camping Remanso, o Córrego do Boné e suas quedas d'água são os atrativos atuais e que a região serrana que circunda a propriedade são os atrativos potenciais; o mesmo fato também ocorre no Camping Vale da Lua. Na Pousada Serra D'água, os atrativos atuais são as matas, as trilhas e os cursos d'água e os potenciais a ampliação dos serviços oferecidos e a venda de produtos rurais produzidos nas imediações da fazenda. Por último, o atrativo atual da Fazenda Serra do Brigadeiro é a pesquisa em áreas de Mata Atlântica que ocorrem dentro do PESB, e o secundário, a utilização educacional das trilhas existentes na propriedade.

Apoiados na tipologia de Barreto (2000), que estabelece uma classificação dos atrativos turísticos, identificamos em todas as propriedades que os recursos naturais são os principais atrativos, variando entre atrativos biogeográficos, como a Fazenda Serra do Brigadeiro, e mistos que ocorrem nas demais propriedades.

Não averigüamos nas propriedades rurais um desenvolvimento satisfatório do turismo rural. O potencial para o turismo é verificável na região, no entanto, não possuem um estudo mais detalhado de seu real potencial e de sua carga turística.

A capacidade financeira e de gestão do produtor é pequena, principalmente por se encontrar em uma região estagnada e sem nenhum apoio ou incentivo por parte dos órgãos públicos.

Informações obtidas durante a pesquisa evidenciam outros empreendimentos em fase de implantação, o que nos permite afirmar que nos próximos anos apareçam outras realidades e outras formas de turismo no espaço rural. Existe uma tendência de aceitação mercadológica do turismo na região de Araponga, principalmente por parte da população das cidades de médio porte da microrregião de Viçosa e adjacências.

É interessante ressaltar que algumas alterações no dia-a-dia do campo são observáveis, pois a visitação provocou e provoca uma reestruturação na dinâmica funcional das propriedades; sendo as propriedades com maior fluxo de visitantes as que apresentam as altera es mais significativas.

Outro aspecto que merece também preocupa o refere-se às interferências paisagísticas ocorridas ou ainda pretendidas pelos proprietários. Essas interferências visam principalmente o embelezamento do local e a otimiza o das atividades, porém, acabam por resultar em graves altera es paisagísticas e funcionais, podendo gerar uma descaracteriza o do ambiente original, carregando-o de forte conteúdo artificial, distanciando do habitat rural desejado pela maioria dos visitantes.

Por último, e não menos importante também observamos que determinados proprietários aproveitaram-se da nova “tendência do mercado” para agregar rendimentos às suas propriedades, aderindo principalmente ao modismo do turismo no espaço rural, pois a atividade vem sendo praticada aleatoriamente por qualquer proprietário interessado em aumentar os lucros.

De maneira geral, podemos afirmar que em todas as propriedades privilegiam-se os elementos do espaço natural como o atrativo mais importante. Porém, falta às mesmas, uma melhor ordena o de seus afazeres e um planejamento mais eficaz das tarefas realizadas nessas propriedades.

O turismo no espaço rural, quando devidamente planejado e orientado, propicia diversos benefícios, como por exemplo: diversifica o de renda; gera o de empregos; preserva o do patrimônio natural e cultural; melhoria na qualidade de vida local e outros. Atingir esses benefícios de uma maneira otimizada sem colocar em risco a própria existência desse processo, não   uma tarefa fácil;   preciso buscar informa es que possam tornar a propriedade mais produtiva, mas utilizando-a de uma maneira mais racional.

Um desses caminhos   buscar um planejamento mais coerente com que a propriedade disponibiliza para atender a demanda turística, sem comprometer a rotina diária da propriedade e também evitar o máximo possível às atividades impactantes.

Nesse processo de compreensão da realidade turística local, o planejamento   de fundamental importância, pois pretende-se sair de uma situa o atual para uma situa o planejada. Para que isso ocorra,   necessário que se elabore um diagnóstico e uma síntese da situa o atual.

Em sua elaboração o diagnóstico consiste em precisar a natureza e a magnitude dos problemas que afetam a atividade que se examina. Saber com certa precisão o que está efetivamente ocorrendo e como melhorá-la, quais esforços exigem um crescimento mais rápido e como se pode modificar a distribuição atual dos frutos desse crescimento e quais as implicações políticas que teriam esses esforços devem ser os caminhos a seguir.

Faz-se necessário levar em consideração os aspectos relevantes do local, podendo englobar dois tipos de espaços naturais: o primeiro tipo seria aquele que já foi apropriado pela atividade turística, apresentando, portanto, características particulares resultantes dessa apropriação, e o segundo seria aquele que em virtude de sua vocação, seriam organizados para a exploração.

Um outro aspecto a ser considerado, seria uma maior integração com outras propriedades do município, seja através de sindicatos ou mesmo de associações que estão envolvidas com turismo, o que possibilitaria resultar num maior fortalecimento de seus proprietários, para que juntos, possam alocar recursos para seus investimentos e ao mesmo tempo em que buscariam um maior envolvimento do poder público local.

Não menos importante, outro aspecto a se considerar é a participação da comunidade local nesse processo, uma vez que seus membros se encontram mais familiarizados com o produto turístico local, podendo ser uma importante fonte de apoio ao desenvolvimento da propriedade, desde que sejam preparados para exercer essas funções.

Por fim, o turismo no espaço rural deve ser concebido como uma atividade de pequena escala, artesanal, que deve propiciar um incremento na qualidade de vida dos moradores locais, tendo uma função muito importante no âmbito do desenvolvimento local. Sua presença tem de emergir inserida num conjunto mais amplo, não apenas o simples fenômeno turístico, mas sim, pensá-lo a partir da diversidade, e qualquer especialização excessiva resulta potencialmente perigosa.

Recomendamos aos envolvidos na atividade turística do município de Araponga, que informem à comunidade sobre o turismo, seus benefícios, problemas, planos de desenvolvimento e outros, salientando também que esse trabalho de conscientização deve ser dirigido também a outros profissionais que trabalham na infra-estrutura urbana e turística, visando a uma melhoria na qualidade dos serviços ofertados.

Recomendamos às propriedades envolvidas com o turismo a elaboração de um plano gestor visando o seu desenvolvimento natural, sem, no entanto colocar em risco sua

própria sobrevivência, seguindo etapas simples como: reconhecimento da realidade local, identificação das potencialidades e suas aptidões e outros fatores.

Recomendamos também a continuidade deste estudo, nos demais municípios da Microrregião de Viçosa que fazem parte do Circuito Turístico Serras de Minas. Estes dados compilados, permitiriam posteriormente o mapeamento do turismo no espaço rural e sua realidade local.

Sugerimos aos órgãos públicos e órgãos não-governamentais, bem como a iniciativa privada que trabalham com o turismo, a realização de ações mais concretas que possam promover o desenvolvimento, o fortalecimento e a manutenção do turismo na microrregião. Destacando as seguintes ações:

- a) Criação de um plano de gestão para o turismo municipal;
- b) Melhorias e manutenção das principais vias de acesso às propriedades envolvidas no turismo ;
- c) Identificar outros possíveis locais turísticos;
- d) Estimular uma maior participação de órgãos públicos como IEF, UFV, EMATER e outros;
- e) Fomentar a participação da comunidade local;
- f) Estimular a capacitação de profissionais que estão envolvidos direta ou indiretamente com o turismo;
- g) Incentivos às festas e culturas populares;
- h) Elaboração de uma legislação a nível municipal que contemple as especificidades das atividades, envolvendo todos os atores sociais;
- i) Identificar e desenvolver os produtos locais que podem representar a região; e,
- j) Criar uma política de incentivo e fomentação do turismo, visando a criação de linhas de créditos específicos.

Um desses caminhos é buscar uma maior articulação entre os diversos segmentos envolvidos com o turismo, pois a falta dessa articulação tem levado a esforços individuais resultado num efeito pouco eficaz. Outro caminho é buscar a criação de uma cooperativa ou associação dos envolvidos com o turismo ou mesmo estimular a participação em

entidades já existentes como o Circuito Serra de Minas, visando buscar um maior desenvolvimento em conjunto.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFREDO, A. Geografia do Turismo: a crise ecológica como crítica objetiva do trabalho. O turismo como “ilusão necessária”. **GEOUSP: espaço e tempo**. Revista da pós-graduação em geografia. São Paulo, n.9, p.37-62, jun. 2001.

ALMEIDA, J. A. A.; RIEDL, M. (Org.) **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

\_\_\_\_\_. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

ALMEIDA, J. A. A.; BLOS, W. O marketing do turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A. A.; FROELICH, M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE TURISMO RURAL. **Turismo rural em Minas Gerais**. Belo Horizonte: [s.n.], 1999.

ARAÚJO, J. G. F. **ABC do turismo rural**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.

ANDRADE, J. V. **Turismo – fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1998.

ASSIS, L. F. A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens da Ilha de Itamaracá –PE. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 21,n.2, p. 103-135, jul/dez. 2001.

ASSIS, G. G. **Conhecer Araponga**. Araponga: [s.n.], 2003.

BARBANTI, V. J. **Dicionário de educação física e do esporte**. São Paulo: Manole, 1994.

BLOS, W. O turismo rural na transição para outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J. A. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

BONTEMPO, M. **Análise sócio-econômica do turismo ecológico no Brasil**: um estudo de caso. 1194. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1994.

BRAMANTE, A. C. Lazer: concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 9-17, 1998.

BRICALLI, L. C. L. Turismo rural familiar e turismo rural empresarial: uma contribuição ao estudo das tipologias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 4. 2003. Piracicaba. **O turismo como vetor do desenvolvimento rural sustentável**: anais. Piracicaba: ESALQ, 2003.

BUTLER, R. Sustainable tourism – looking backwards in order to progress? In: HALL, C. M.; LEW, A. A. **Sustainable tourism: a geographical perspective**. Essex: Logman, 1998.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo Rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do espaço. **Revista Geografia & Ensino**, Belo Horizonte, UFMG, v. 8, n. 1, p.47-56, jan/dez 2002.

\_\_\_\_\_. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

CARVALHO, A. (Org.) **Enciclopédia dos municípios mineiros**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1998.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

COVOLAN, A. C.; DELGADO, J. M. Crime e castigo no processo de desenvolvimento do turismo: um estudo de caso. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE O TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3, 2002, Santa Cruz do Sul. **O rural como nova opção para o turismo: anais.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CRISTÓVÃO, A. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A.L.B. (Org.) **Turismo rural: tendências e sustentabilidade.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CRUZ, J. A. W. O papel da ecologia de paisagens no turismo rural. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE O TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3, 2002, Santa Cruz do Sul. **O rural como nova opção para o turismo: anais.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

CURI, W. F. **Eficiência e fontes de crescimento da agricultura mineira na dinâmica de ajustamentos da economia brasileira.** 1997. 182f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1997.

DALE, P. J. **Novas dimensões da ruralidade: turismo e desenvolvimento territorial.** 2000. 154 f. (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** 7. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DUARTE, C. B. **Os circuitos turísticos de Minas Gerais: análise e proposições.** Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Helio Alonso, 2000. Mimeografado.

DURÁN, R. F. M. **A participação de atores sociais na formulação do plano de desenvolvimento rural do Município de Tombos – MG.** 2001. 140f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2001.

ELESBÃO, I. Caracterização das atividades de turismo no meio rural no Município de Quinze de Novembro (RS). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 4. 2003, Piracicaba. **O turismo como vetor do desenvolvimento rural sustentável**. anais... Piracicaba: FEALQ, 2003.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO - EMBRATUR. **Turismo rural**: manual operacional. Brasília, 1994.

FEIO, R. N. Estudos de fauna na Serra do Brigadeiro – MG. In: SIMPÓSIO [sobre] CONTRIBUIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO INTEGRADO E PARTICIPATIVO DO PESB E ENTORNO. 1. 2000, Viçosa. **Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e entorno**: anais. Viçosa, MG: UFV, 2000.

FENNELL, D. A. **Ecoturismo**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

FUCKS, P. M.; ALMEIDA, J. A. A paisagem cultural rural: interface entre cultura, patrimônio arquitetônico e turismo rural. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3. 2002, Santa Cruz do Sul. **O rural como nova opção para o turismo**: anais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GJORUP, G. B. **Planejamento Participativo de uma Unidade de Conservação e do seu Entorno**: o caso do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. 1998. 113f. . Tese (Doutorado em solos e nutrição de plantas) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1998.

GOMES, P. M. O turismo no nordeste do Brasil – avaliação e perspectivas: o caso PRODETUR. In: LIMA, L. C. (Org.). **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998. v.2.

GUIMARAES, C. V. R. M.; PAIXÃO, J. L. F. Turismo rural e agricultura familiar: a experiência de Fervedouro-MG. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3. 2002, Santa Cruz do Sul. **O rural como nova opção para o turismo: anais**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

GUIMARÃES, S. T. L. Percepção Ambiental e Conservação de Recursos Paisagísticos em Áreas de Turismo Rural e Ambiental. In: FERREIRA, Y. N. (Org.). **Construção do Saber Urbano Ambiental - a caminho da transdisciplinaridade**. Londrina: Humanidades, 2002. p. 334-345.

GUEDES, H. S. Paisagem e imagem: uma reflexão sobre o espaço turístico de Passa-Quatro. **Revista do Departamento de Geografia/USP**, São Paulo, n.13, p.131-144, set/99.

GUTIERREZ, G. L. **Lazer e Prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades brasileiras**. Disponível em < [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) >. Acesso em: 10 fev. 2004.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico brasileiro 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Pioneira; Thomson Learning, 2003.

IRVING, M. A. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

LADEIRA, A. S. **Proposições de pacotes turísticos para o município de Viçosa: ênfase na UFV**. Viçosa: [s.l.], [s.n.], 2000. Mimeografado.

LA TORRE, O. **El turismo, fenómeno social**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económico, 1992.

LOZATO, J. P. **Géographie du tourisme**: de l'espace regardé à l'espace consommé. Paris: Masson, 1985.

LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, L. C. (org.) **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998. v.2.

MACHADO, E. V. Turismo, paisagem e ambiente: o viés do desenvolvimento sustentável – algumas notas como contribuição ao debate. **GEOSUL**: Revista do Departamento de Geociências da UFSC, Florianópolis, v. 13, n. 25, p. 36-44, jan/jun 1998.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MAGNANI, J. G. C. Lazer, um campo interdisciplinar de pesquisa. In: BURHNS, H. T. & GUTIERREZ, G. L. (Org.) **O corpo e o lúdico**: ciclo de debates lazer e motricidade. Campinas: Autores Associados, 2000.

MAGRO, T. C. Ambiente natural e turismo em meio rural. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A.L.B. (Org.) **Turismo rural**: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

MELLO, C. C. **Educação ambiental no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - MG**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

MELO, D. L. M. **O Parque Estadual do Rio Doce - MG e a qualidade de vida da população de seu entorno**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2001.

MENEZES, M. R. **Inventário da oferta turística**: Viçosa-MG, 1999-2000. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2000. Mimeografado.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa de Minas Gerais. **Municípios Mineiros**. Disponível em: <[www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br)> Acesso em: 01 set. 2004.

MINAS GERAIS. **Atlas turístico do Estado de Minas Gerais.** [s.l.: s.n.], 1990.

MINAS GERAIS Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG. Departamento de Planejamento Programas e Estudos Econômicos. **Zona da Mata: diagnóstico e indicações de ações prioritárias para seu desenvolvimento.** Belo Horizonte, 2000.

MINAS GERAIS. Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais – INDI. **Microrregião homogênea da Zona da Mata de Viçosa.** Disponível em: <[www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br)> Acesso em: 02 fev. 2004.

MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro. **Anuário Estatístico de Minas Gerais v.9** , 2000-2001. Belo Horizonte: FJP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2000.** Belo Horizonte: PNUD / IPEA / FJP, 2003.

MINAS GERAIS Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN. **Perfil sócio-econômico da Região de Planejamento II Mata.** Volume II. Belo Horizonte: SEPLAN, 1994.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais. Disponível em: <[www.descubraminas.com.br](http://www.descubraminas.com.br)> Acesso em: 29 fev. 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MORAES, W. V. **Ecoturismo: um bom negócio com a natureza.** Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2000.

NOVAES, M. H. O desenvolvimento do turismo no espaço rural: considerações sobre o plano de Joinville – SC. In: ANSARAH, Marília G. R. (Org.) **Turismo: segmentação de mercado.** São Paulo: Futura, 1999.

PADOVANI, E. G. R. **Parque temático**: modernização e consumo do espaço. 2002. 228f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002.

PIMENTEL, G. G. A. Lazer e natureza no turismo rural. In: MARINHO, A. & BRUHNS, H. T. (Org.) **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003.

PORTUGUEZ, A. P. Turismo e desenvolvimento sócio-espacial: reflexões sobre a experiência do agroturismo no Estado do Espírito Santo. In: LIMA, L. C. (Org.) **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998. v. 2.

RIBEIRO, M. A. Desenvolvimento sustentável: conceitos e paradigmas de gestão ambiental. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v.17, n.2, p. 73-91, jul/dez. 1997.

RIZZNI, I. **Pesquisando...** guia de metodologias de pesquisa para programas sociais. Rio de Janeiro, USU Editora Universitária, 1999.

RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e Ambiente**: reflexões e propostas. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil - ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.) **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

ROQUE, A. M. **Turismo no espaço rural**: um estudo multicaso nas regiões sul e sudoeste de Minas Gerais. 2001. 103f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2001.

ROOS, J. **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1998.

RUSCHMANN, D. V. M. O turismo rural e desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A. et al (Org). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

\_\_\_\_\_. **O planejamento do turismo e a proteção do meio ambiente**. 1994. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SCHMIDT, I. T. Em busca da natureza: expectativa e motivações do turista rural. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3. 2002. Santa Cruz do Sul. **O rural como nova opção para o turismo**. anais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A. A. & RIEDL, M. (Org.) **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: Ed. da EDUSC, 2000.

SEABRA, L. Monitoramento participativo do turismo desejável: uma proposta metodológica preliminar. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Org.) **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003.

SILVA, C. A. O turismo no contexto da geografia humanística: espaço e lugar. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v.22, n.2, p. 73-92. jul/dez. 2002.

SILVA, J. G.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. A., FROEHLICH, M.; RIEDL, M. (Org.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

SILVA, J. M. **Ações estratégicas para o turismo no Município de Lavras-MG**. 2003. 167f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2003.

SILVA, P. S. M. **Turismo: uma alternativa para o desenvolvimento do Município de Ilhéus-BA**. 1998. 101f. Dissertação (Mestrado em Análise da Informação Espacial) –

Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1998.

SIMPÓSIO [sobre] CONTRIBUIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO INTEGRADO E PARTICIPATIVO DO PESB E ENTORNO. **Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e entorno**. 1., 2000, Viçosa, 2000.

SOUZA, E. B. C. Natureza e consumo – a contraditória relação de sustentabilidade na atividade turística. **Revista Ciência Geográfica**, AGB/Bauru. v. IX, n.3, p. 253-258, set/out. 2003.

SPECTOR, N. **Manual para a redação de teses, dissertações e projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

TULIK, O. O espaço rural aberto à segunda residência. In: LIMA, L. C. (Org.) **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998. v.2.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Atlas exploratório da cultura popular nas microrregiões da Zona da Mata de Minas Gerais**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1983.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico Econômico da Zona da Mata de Minas Gerais**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1971.

VALENTE, V. **A agricultura e a organização do espaço – o caso do Chapadão, no Município de Jaguari-RS, nos últimos 40 anos**. 2001. 143f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

VIEIRA, M. L. **Imagem turística de Itanhaém, litoral sul paulista**. 1997. 124f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos potencialidades e possibilidades**. Barueri: Manole, 2001.

WIGHT, P. Tools for sustainability analysis in planning and managing tourism and recreation in the destination. In: HALL, C. M.; LEW, A. A. **Sustainable tourism: a geographical perspective**. Essex: Logman, 1998.

VILLAVERDE, S. Refletindo sobre lazer / turismo na natureza, ética e relações de amizade. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Org.) **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003.

WEISSBACH, P. R. M. **Possibilidades de aproveitamento turístico da área rural de Cruz Alta - RS**. 2001. 203f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

YÁZIGI, E. Sobre o confinamento territorial do turismo: uma discussão sobre a liberdade. **Revista do Departamento de Geografia/USP**, São Paulo, n. 12, p. 37-47, set. 99.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIMMERMANN, A. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. A.; FROEHLICH, M.; RIEDL, M. (Org.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

ZIMMERMANN, A. **Pousadas rurais e hotéis fazenda**. Disponível em: <[www.zimmermann.com.br](http://www.zimmermann.com.br)>. Acesso em: 13 ago. 2004.

## ANEXO 1

### QUESTIONÁRIO PARA AS ENTREVISTAS.

- 1) Segundo seu ponto de vista, qual a importância do turismo para a sua propriedade?
- 2) Na opinião do senhor, quais são os pontos fortes e fracos de sua propriedade?
- 3) Quais são as ameaças e oportunidades que o estabelecimento do senhor enfrenta?
- 4) Que atividades atrativas são oferecidas na propriedade do senhor?
- 5) Que medidas o senhor julga serem necessárias para atrair o turista?
- 6) Como estão os serviços básicos, a infra-estrutura e a qualidade de atendimento aos turistas que visitam a propriedade do senhor?
- 7) Que tipo de estratégias e investimentos o senhor acredita que seja possível desenvolver no seu ramo de atividade para incrementar a indústria turística no município?
- 8) Na sua opinião, a quantidade de estabelecimentos relacionados ao turismo é suficiente para atender a demanda da região?
- 9) Que fatores possibilitariam o desenvolvimento turístico de sua propriedade?